

## *Memórias do Cárcere – II* **de Camilo Castelo Branco**

### XVII

Fez-me agradável companhia nos meus últimos meses de prisão o Sr. José Joaquim da Silva Meio, cavalheiro do Douro, nascido em Sanhoane, na comarca de Peso da Régua.

O Sr. Meio, quando juiz ordinário no concelho de Santa Marta, fora pronunciado como fautor no assassinio do bacharel Francisco da Natividade de Mesquita e Seixas, subdelegado daquela comarca, morto a tiro na noite de 27 de Setembro de 1858.

As bases da pronúncia foram os ciúmes em que andavam mal-avindos os dois cavalheiros, à conta de uma dama de Lobrigos.

Contava-se que o bacharel seduzira uma menina de tenros anos a fugir de sua família para casa dele; acrescentavam que a convivência de alguns meses enfastiara o possessor da fugitiva; que esta, diziam mais, repelida por maus tratos e insultos públicos, fugira ao anojado amante, buscando o abrigo de parentes, e aceitara os galanteios de Silva Meio.

Até aqui é tudo natural e vulgar.

Ajuntavam mais que Silva Meio, sem embargo de ser casado, se possuía de paixão pela mimosa senhora, e meditou vingá-la das injúrias recebidas, como paga do sacrifício de sua honra e fama. Outros diziam que a Sr<sup>a</sup> D. Ana Amália Peixoto Cabral oscilava entre renunciar ao primeiro amante, e aceitar o segundo, perplexidade que induziu o segundo a desembaraçar-se do rival.

É certo que o Dr. Seixas, ao entrar em sua casa, foi varado por uma baia, e levou para a sepultura o segredo do seu assassino, se o viu.

O Sr. Meio, porém, conta-me a sua história assim:

– Estive eu na botica de Santa Marta jogando o voltarete com o bacharel Seixas e outros. As dez horas da noite retirou-se Seixas e eu fiquei até à meia-noite, e fui depois para minha casa acompanhado de alguns amigos. Na manhã do seguinte dia recebi, como juiz ordinário, um officio do juiz eleito, participando-me que o bacharel fora assassinado à sua porta. Fui ao local, interroguei os vizinhos e nenhum esclarecimento obtive acerca do assassino. Oficiei ao juiz de direito para se proceder ao exame, e ele me encarregou de o fazer eu. Convoquei os parentes para me indiciarem os inimigos do morto; responderam-me que tinha muitos, mas, nomeadamente, desconfiavam de um feitor da quinta, onde residia o bacharel. Dei ordem de ser preso o feitor; mas não o encontraram.

Um sujeito da terra, querendo vingar-se de inimigos, foi procurar-me com um rol de testemunhas que culpavam certos indivíduos no assassinio do bacharel. Recusei-me a aceitar-lhas, porque o denunciante não soube esconder de mim a sua infâmia.

Este mesmo homem divulgou que os assassinos de Seixas eram meus criados, e disto avisaram o secretário-geral do governo civil de Vila Real.

Foi preso um dos meus criados, e interrogado pelo secretário civil. Às respostas negativas seguiram-se as violências, e o levarem-no em prisão para Vila Real.

À meia-noite algemaram o meu criado, e conduziram-no a um pinhal, onde o rapaz se encontrou com um homem mascarado, e outro vestido de sacerdote. O mascarado fingia de algoz; o sacerdote devia absolver o padecente: faziam-lhe ao menos

o favor de o deixarem ir para o purgatório, mediante a absolvição.

A vida era-lhe, porém, concedida sob condição de dizer o meu criado que fora eu o matador do Seixas. Hesitava o moço, e tinha já o instrumento de morte apontado ao peito, quando o padre o mandou ajoelhar para o ouvir em confissão. Ajoelhou o rapaz, e acreditou que estava morto. A autoridade fez-lhe então a suprema interrogação, e o moribundo respondeu: – Pois se querem que eu diga que foi meu amo que matou, está dito, foi meu amo. – O verdugo baixou o cutelo, o padre ergueu as mãos ao céu, e o meu criado foi novamente recolhido à cadeia.

No dia seguinte, chegou o governador civil proprietário, chamou o rapaz à sua presença, interrogou-o, e mandou-o soltar.

Chegou o moço a Santa Marta e foi depor à administração do concelho os ridículos sucessos do pinhal. A autoridade lavrou auto, que remeteu ao governador civil, e o secretário pediu a demissão, para evitar o vexame de lha darem.

Era meu dever solicitar uma justificação perante o juiz de direito. Deferiu este ao meu requerimento, e, quando eu me estava justificando, o ex-secretário, e outras autoridades, vulgavam ter sido eu o assassino do doutor, para assentarem a pronúncia na voz pública. O juiz, porém, não aceitava tal base, nem uma falsa carta de amores que me atribulam, escrita a D. Ana Amália. Guerrearam o juiz, a ponto de o fazerem passar a vara ao substituto. Este, já prevenido, pronunciou-me logo, e indiciou comigo a infeliz mulher.

Fugi.

Decorridos seis meses, intentei livramento como ausente, e consegui ser julgado ao cabo de dois anos, tantos embaraços as autoridades me sugeriram!

Esgotados os recursos da malquerença, a que as leis se amoldaram, consegui ser julgado e absolvido por falta de prova.

Cal na indiscrição de vir ao Porto para tratar da apelação, temendo que os meus poderosos inimigos me cavassem aqui o abismo, que não tinham lá podido levar à última profundidade.

Fui denunciado por dois *amigos* a quem contei o meu destino; fui preso.

Não tenho mais que lhe contar. Aqui estou esperando o que de mim farão os homens, convencido de que a Providência é estranha a tais acontecimentos.

Até aqui o Sr. Silva Meio. Agora uma carta, que a Sr<sup>a</sup> D. Ana Amélia Peixoto Cabral me dirigiu, há poucas horas:

«Estava eu com minha família, em Lobrigos, no dia 27 de Setembro de 1858, quando lá chegou a notícia de ter sido assassinado o bacharel Francisco da Natividade de Mesquita e Seixas. Perguntei a quem se atribuía o assassínio; disseram-me que o criminoso suspeito era um feitor da mesma quinta onde residia o Seixas que fora ameaçado.

O bacharel tinha-me contado as suas desavenças com o feitor, e eu naturalmente lhe disse que se acautelasse das emboscadas. Respondeu-me com aspereza que não temia os seus inimigos.

Algumas pessoas que me ouviram estas inocentes palavras tiraram delas a horrível indução de que eu conhecia o perigo em que andava o homem que eu tinha amado, e por quem me perdera.

Antes de ser sepultado o cadáver, fui eu chamada à presença do secretário do governo civil de Vila Real. Antes mesmo de chegar à casa onde me esperavam, soube que estava tomada uma cavalgada para me conduzir à cadeia de Vila Real.

Às perguntas respondi com a naturalidade do espanto que elas me causavam. Perguntavam-me a mim quem eram os inimigos do Seixas, e quem presumia eu que o tivesse morto!

Queriam que eu dissesse, com a voz pública, ter sido o Melo o assassino. Não pude responder o que a voz pública me não tinha ainda dito. Pediram-me que os desculpasse do incômodo que me tinham dado, e mandaram-me embora.

Correu depois o boato que tinha sido eu a causa daquela morte, porque Melo me suspeitava amante do Seixas. O público achou plausível o boato, e a autoridade judiciária requereu querela contra mim. Depuseram testemunhas, e eu mesma fui citada para depor contra o Melo. Temi, como fraca e mulher de vinte anos, semelhante espectáculo, e escondi-me para não jurar. Longo tempo esteve aberto o auto de investigação, até que eu, solicitada pelo próprio querelado, me apresentei a juramento. No interrogatório sofri dolorosos vexames. Entraram no mais secreto da minha alma, como se me julgassem incapaz de pudor. O juiz condeou-se de mim, e observou ao delegado que certas perguntas eram afrontosas a uma mulher, e inúteis à averiguação do crime. O delegado reagiu, dizendo que o segredo do assassinio o tinha eu. A isto respondeu o juiz que seria melhor darem-me um vomitório. Era preciso, para satisfazer às perguntas, que eu apontasse o Melo como matador, ou dissesse que a voz pública o considerava tal.

Dias depois tive a acerba notícia de que estava indiciada juntamente com o Melo. Fugi para casa de uma parenta, onde estive quinze dias, preparando alguns arranjos para mais distanciar a fuga.

No dia 22 de Dezembro saí com direcção ao Porto, na intenção de me assoldadar em alguma casa como mestra de meninas.

À entrada de Amarante encontrei um homem de cara sinistra, que me examinou atentamente. Palpitou-me de medo o coração.

Passei a vila, e apeei-me no alto de Pildre, para mandar lançar penso à cavalgadura. Estava eu a chorar o meu destino, quando vi chegar ao pé de mim um homem, que apeou do cavalo, e me perguntou para onde ia. Outro chegou logo depois, dizendo que o administrador ordenava que eu fosse à sua presença. Outro homem ainda chegou com ordem escrita de prisão.

Voltei para Amarante, e fui miudamente interrogada sobre as minhas intenções, e pessoas que me acompanhavam. Perguntou-me a autoridade pelo passaporte, e, porque eu o não tinha, pretextou-se a minha captura e do criado que me acompanhava.

Meteram-nos na cadeia, onde pernoitei. Passadas vinte e quatro horas requeri a minha liberdade, e foi indeferido o requerimento.

Três dias depois, à oito horas da noite, fui chamada ao administrador, e interrogada; nada respondi que satisfizesse. Tive uma particular conferência com a autoridade, em que fui novamente instada para dizer o que sabia, sob promessa de não escrever as minhas respostas. Disse o que dissera sempre.

Saí de Amarante presa para a minha terra. Fui levada ao juiz substituto, e novamente perguntada.

Então chorei muito, porque já não podia sofrer tanto. Pedi que me deixassem, porque estava inocente, e nada sabia da morte do Seixas. O juiz mostrou-se compadecido, prometendo-me uma breve liberdade, e dando-me a escolher a cadeia de Mesão Frio, ou a da Relação de Lamego. Pedi que me levassem para a do Peso da Régua, mas a parte alegou que tal cadeia não era bastante segura para mim, pobre mulher! Fui para Mesão Frio, Tirei folha corrida em toda a comarca, não tinha culpa alguma, e requeri com ela a minha liberdade.

Despachou o juiz que em férias divinas não havia despacho. Férias divinas eram só para mim. No entretanto, o ministério público inquiria testemunhas. Duas testemunhas me culpavam: uma dizendo que eu ia fugindo para o Porto, e que a inocência não foge; outra depondo que eram notórias as minhas ligações com o suposto

assassino.

Oito dias depois requeri de novo, e já estava pronunciada. Estive, pois, dezoito dias presa esperando que me culpassem. Parece que a lei o não consentia assim.

Fui removida para a cadeia do Peso da Régua, e a autoridade judiciária entreteve comigo a sua curiosidade, perguntando-me pormenores do meu namoro com o Melo, e tendo a bondade de me dizer que em caso de precisão de dinheiro, recorresse à sua boa vontade de me servir, com o qual oferecimento sofri muito na minha pobre dignidade de mulher infeliz.

Novas perguntas me fizeram, às quais não respondi, por ter requerido curador, como menor de vinte e cinco anos.

A autoridade, que me oferecera recursos, recorreu dias depois a minha transferência para Lamego, alegando que os Melos, como homens de valia e audácia, podiam tirar-me da fraca prisão. Nomeei fiador à prisão, e não mo aceitaram.

Saí para a Relação de Lamego. Levei algumas cartas para cavalheiros da terra, as quais mandei entregar quando me vi presa entre onze mulheres esfarrapadas na mesma enxovia. Ninguém fez caso de mim; não me serviram de nada as protecções. A minha desgraça fazia nojo aos felizes do mundo, se eram felizes em sua consciência, repelindo o infortúnio suplicante.

Ali estive quatro dias, e louvei a Deus que me deixassem tomar, como único alimento, algumas chávenas de chá.

Voltei para a prisão do Peso da Régua, e agravei da injusta pronúncia.

Três meses e tantos dias me demoraram a cópia do processo para o agravo! Não podia ir mais longe a crueza! Podia, podia. Tiveram-me três meses fechada num quarto, sem poder falar a alguém.

Alguém se condoeu de mim e pediu ao delegado que fosse mais humano; que se compadecesse da minha orfandade de pai, e dos meus anos; que bem me bastava a prisão; que me deixassem passear ao menos na sala que servia de tribunal; que já a minha mãe tivera impulsos de ir ajoelhar à autoridade pedindo-lhe que me não mortificasse tanto enquanto o meu delito era incerto.

O delegado respondeu que, se a mãe lhe tivesse pedido, talvez conseguisse tudo.

Resolvi, já quebrada de bríos pela desgraça, pedir eu mesma; mas alguém me aconselhou que não me expusesse a algum ultraje. Aceitei a continuação dos sofrimentos.

Vinte dias estive ainda esperando o processo, e escrevi ao juiz queixando-me da malvadez do escrivão. O juiz forçou o mau funcionário a entregar a cópia, viu a injustiça da minha pronúncia, reparou o agravo, e mandou-me dar liberdade em 15 de Maio de 1859.

Dois dias depois vim para o Porto, onde me estava esperando a continuação dos meus infortúnios.

*Ana Amália Peixoto Cabral»*

## XVIII

Aí fica a exposição do réu, e a carta da co-ré despronunciada.

Já tive ensejo de perguntar ao agente do ministério público, de quem amargamente se queixa a Sr<sup>a</sup> D. Ana Amélia, se considerava o Meio o assassino do bacharel Seixas; respondeu-me como devia, asseverando-me que era essa a sua íntima convicção. O juiz, todavia, que despronunciara D. Ana, e absolvera o réu, decerto os julgou inocentes.

Que provas, pois, são essas que inclinam a tão inconciliáveis juízos as consciências dos dois magistrados? Não sei; não as li no processo.

Devia o tribunal da Relação do Porto decidi-las; mas tamanha desventura é a do inocente, ou tão justiceira a Providência contra o criminoso, que, no momento em que Silva Melo é preso no Porto, surge como milagrosamente um homem dinheiroso contra ele, requerendo assinar-se parte, e consegue-o, contra os manifestos artigos do código penal. Que não conseguirá este homem, se ele veio rico do Brasil, e para lá voltou, deixando a sua firma valiosa como penhor dos serviços solicitados? Que importava ser ele irmão do morto, se volvesse pobre a pedir justiça? Pai e irmãos tinha o bacharel Seixas; mas pobres, mas desvalidos, mas incapazes de fazerem valer a justiça das suas queixas, ou a prepotência de sua injustiça!

Estava, pois, capturado o réu, e a apelação no tribunal da Relação. Animavam ao preso justificadas esperanças de lhe ser confirmada a sentença do juiz, quando a Relação acordou que o processo estava insanavelmente nulo por não ter sido intimado ao curador do réu o despacho de pronúncia.

Ora a lei não manda aquilo. Os julgadores é que inventaram um *curador*, onde a lei dizia *réu*, e o réu não podia ser intimado, porque era julgado ausente. Além de que, a intenção da lei, quando manda intimar o réu, é toda a favor dele, para poder agravar, e aduzir no agravo novas provas de sua inocência. Ao réu é que importava queixar-se da falta de intimação, e nunca ao autor, a quem são favoráveis as omissões que redundam em desfavor do réu. – Mas a lei não distingue – responde a hermenêutica jurídica; e eu que podia teimar em ver a lei a pernear abafada na toga dos juizes, mando-os a eles, e mais a hermenêutica, de presente ao diabo, e mais ao brasileiro, em cujo corpo está o demónio tentador, que traz energúmenos os julgadores.

Recorreu de revista o Sr. Melo, e espera em ferros que o supremo tribunal..., o mande amarrado para as cadeias da sua terra natal, e lá o faça julgar novamente. A doença da família dos togados é como aquela peste que ataca os membros de uma mesma família, derramados por diversos pontos. São incuráveis esses tabardões morais, como os outros de que reza Frei Luís de Sousa na *Vida do Arcebispo*. Caem de podres; mas caem a gargalhar, como na morte de uma certa erva da Tessália. Basta de erudição, a propósito destes onagros, que ornejam acórdãos, e se espojam no lameiro, como usam os javalis, esnodeando-se de lama para que o venábulo da sátira não ache fibra a descoberto onde lhes crave o tiro.

Inclinemos o assunto a mais simpática tristeza.

A Sr<sup>a</sup> D. Ana Amália é uma criatura que tereis muitas vezes encontrado nas ruas do Porto, sozinha, mais pobre que modestamente vestida, com um véu espesso sobre o rosto. As supremas aflições não lograram ainda delir-lhe os últimos sinais de formosura. A luz dos olhos quase vai apagada nas lágrimas. A transparência da pele deixa já de ser bela, porque é árida, e mais serve de mostrar as miúdas formas dos ossos. Tem vibrações na voz; mas é o tremor dos soluços com que o coração não pode. A elegância natural ainda revê nos modos; é certo, porém, que a desgraça desfaz os enfeites da

natureza, e o contínuo hábito de suplicar encurva os corpos mais garbosos.

A suplicar vive ou vai morrendo a pobre há três anos, de advogado em advogado, de protector em protector. A todos enfada a desventura pertinaz, e todos a aterram com as incertezas da justiça, devassa caprichosa que afivela às orelhas todas as máscaras, e tira dos olhos a venda, para oferecê-la, como corda de estrangulação, aos pobres que não podem comprá-la.

Pobre senhora! Não desamparou ainda as grades do preso. E ele casado; e sua mulher estima a devotada criatura, que solicita a liberdade de seu marido.

Que passado para nenhum futuro! Que noites, na solidão do seu pobre quarto, e que visões dum provável degredo para ele e para ela, se o brasileiro fizer arrastar a justiça por doze dos seus pretos!

José Joaquim da Silva Melo, no dia seguinte ao da sua prisão, era grosseiramente injuriado pela máxima parte da imprensa portuense. Os localistas não hesitaram em denominá-lo *assassino*, e pediram a cabeça do homem como remuneração do estilo pavoroso, que puxaram da imaginação. Como foi preso em casa de D. Ana Amália, escolheram para ela o epíteto mais frisante, e não tiveram de que arrepender-se, porque a desvalida senhora não tinha pai, nem irmão. Eu soube que ela se vira definida nas gazetas, engolira a injúria, e escondera as gazetas do preso, para que ele se não visse cuspidor por entre os ferros, por beijos que ele poderia ter fechado com os gargalos de algumas persuasivas garrafas da sua adega. Soube-se depois, que o brasileiro apenas amigos, que derramassem nos escritórios dos jornais a notícia da prisão do *assassino*, em casa da *meretriz*, epítetos que se alugam, e Deus sabe a quem eles se roubam!

Silva Melo foi encarcerado num quarto de companhia com um ladrão e um homicida. Deu-se pacientemente com os seus companheiros, e aí permaneceu até lhe darem um quarto infecto, onde vive sozinho.

Na véspera de Natal do ano passado, consegui, mediante o meu valimento com o carcereiro, que D. Ana Amália entrasse ao seu quarto a cear com ele. Um preso adverso a distinções, quis dar um exemplo monumental de igualdade, atirando-lhe ao peito uma facada, que resvalou na roupa. O Sr. Melo fechou a sua porta, e disse à pálida conviva do seu festim de lágrimas:

– Ceemos. Na cadeia, uma facada é o mais natural presente que eu podia receber em véspera de Natal.

Que noite de festa!

A pobre senhora lembrar-se-ia das consoadas em casa de sua família?

Veria ela os seus quinze anos?

Parece incrível a profundidade da escala do infortúnio!

A mim o que mais me espanta é a força da vida humana!

E vive-se daquele viver!

Glória a Deus nas alturas <sup>1</sup>!

---

<sup>1</sup> O Sr. Melo está ainda preso, e sem esperanças de liberdade. (*Nota da segunda edição.*)

## XIX

Um dos meus vizinhos mais próximos era o Sr. Cruz, condenado a pena capital, por ter assassinado, nos arrabaldes de Coimbra, um homem, por ordem de certo cavalleiro de extremada linhagem. Não consta do sumário das testemunhas quem assalariasse o sicário; a suspeita infere-se das regalias que o sentenciado goza na cadeia, ministradas pelo timbroso fidalgo.

Se bem que o Sr. Cruz, julgado em Coimbra, tivesse padrinhos de alto coturno, os jurados deram-lhe por provado o homicídio, e a Relação confirmou a sentença.

Tive medo deste vizinho, e, por muito tempo, ao entardecer, saí sempre armado de meu quarto, como quem se afoita a passar de noite um pinhal infamado de salteadores. Sabia eu que o Sr. Cruz era constituinte do procurador, que, esporeado por acicates de ouro, solicitava com feroz zelo a minha perda. Tive de fora avisos, que me preveniam contra um envenenamento ou ataque pessoal de algum dos celerados que me cercavam. Sabia, além disso, que o condenado se correspondia com o procurador, e rasgava logo as cartas que recebia. Observava mais que tudo os olhares torcidos do meu vizinho, e as aproximações embaraçadas com certo ar de tímida irresolução. Quer-me parecer que esta concatenação de coisas era capaz de incutir desconfiança ao leitor menos timorato, decerto, que eu.

Ao lusco-fusco de uma tarde entrou subitamente no meu quarto o Sr. Cruz. Já dentro da porta pediu-me licença para entrar, e eu concedi-lha amplíssima, tomando de sobre a mesa o punhal, arma, com verdade, inútil para a grossa véstia de peles do Sr. Cruz.

Achegou-se da mesa, sentou-se a meu pedido, e disse-me:

– Tenho minha mulher a morrer em Lisboa, e venho pedir-lhe o favor de me notar um recado para eu saber pelo telégrafo como ela está.

Acendi o candeeiro, espiano sempre os movimentos do consternado esposo. Segui os primeiros raios da chama, e vi que o Sr. Cruz tinha os olhos marejados de lágrimas. Acreditou-se algum tanto, para comigo, o homem que chorava. Varreram-se-me as suspeitas e ouvi-o atentamente.

– A pergunta é muito simples – disse-lhe eu –; queira escrever.

Redigi o despacho, e perguntei-lhe se era nova sua mulher.

– Tem dezoito anos – respondeu o Sr. Cruz enxugando as lágrimas. – É linda como as flores, e casou comigo há dois anos, quando eu era feliz como aqueles que o são. Fui a Lisboa a tratar de negócios do meu antigo amo, e namorei-me dela, que vivia contente e abastada com seus pais. Apaixonou-se por mim e casou comigo, que tenho mais vinte anos do que ela. Logo três meses adiante caí preso sem saber por que me prendiam. Apareceu um homem morto na estrada onde eu passei, e disseram que o matara eu. Minha mulher, quando tal soube, caiu doente, e foi de mal a pior, até que hoje recebi da mãe dela uma carta, em que me diz que a minha mulher está a passar. Oxalá que um raio me partisse na hora em que eu desinquietei a pobre menina, que tão bonita era, e tanto estava para gozar o mundo!

Dito isto com sincera mágoa, o Sr. Cruz mandou o seu recado à estação telegráfica, e voltou ao meu quarto a contar-me a história do seu processo e condenação com tais cores, que eu acreditei na inocência do sujeito. Esta minha crença resistiu ainda à história que me contaram de outro homicídio dele, o qual expiara em dez anos de galés. Imaginei mesmo que ele podia também ter ido inocente da primeira vez; porém, mais tarde, um cavalleiro empregado no tribunal da Relação, viu o processo a meu pedido, e asseverou-me que o Sr. Cruz matara dois homens assalariado.

Voltaram as minhas desconfianças anteriores, instigadas pelas repetidas paragens que o vizinho fazia ao pé do meu quarto. Uma vez comuniquei a José Teixeira do Telhado as minhas suspeitas, e este me disse:

– Esteja descansado. Se alguém aqui tentasse contra a sua vida, três dias e três noites não chegariam para enterrar os mortos.

Pacifiquei-me com este programa de José do Telhado. Não o achei exagerado nem impraticável, nem despido de interesse dramático. É certo que, daquele dia em diante, ao escurecer, José Teixeira andava sempre passeando nas proximidades do meu quarto. Numa ocasião atravessava eu de noite os corredores, e vi que era seguido pelo Cruz, talvez sem intenção. Parei, e encostei-me à parede para lhe sondar o intento; mas, ao aproximar-se ele de mim, estava José do Telhado a dois passos dele. O Cruz passou, e o célebre sargento da junta disse-me ao ouvido: «Agora parece-me que todas as cautelas são necessárias.» Nesse tempo, em um jornal de Lisboa, apareceu um artigo, onde se aludia ao perigo em que estava a minha vida na cadeia. O Sr. Camilo Aureliano, funcionário cujas intenções são sempre boas e honradas, disse que eu estava fazendo romances. Estimei sinceramente que o senhor procurador régio se não enganasse. De feito, eram romances o meu susto; porque é já agora coisa de todo o ponto certa que eu não fui sequer assassinado pelo Sr. Cruz.

Procurou-me, um dia, o meu jubiloso vizinho para me dizer que sua consorte estava restabelecida, e vinha brevemente para o Porto. Elogiei-lhe a dedicação de sua esposa, e o ditoso marido chorou de ternura.

Efectivamente veio a menina, com sua criada e bagagem.

Não lhe encarecera a beleza o marido. Era o fino tipo da lisboeta: alta, airosa, magra e pálida, senhoril em modos, e bem falante. Constituiu-se paraíso terreal para o Sr. Cruz a cadeia. Recendiam-lhe a benjoim aqueles ares, e nem as colunas de missanga dos paços de D. Branca sorriam mais aos olhos do moiro, que as paredes verde-negras do cárcere ao meu vizinho.

Voaram dois meses neste enleio. A esposa alugou casa nas vizinhanças da cadeia, donde o marido a estava vendo costurar à janela ou moirejar. na casinha.

Ao termo, porém, de dois meses, imaginou o Sr. Cruz que sua mulher amava um guarda da cadeia, e desde então pagou usurariamente à desgraça as alegrias de dois meses.

Contavam-me que ele se lhe lançava a ela de joelhos, rogando-lhe que o não traísse; e ela ajoelhava também, suplicando-lhe que a não ultrajasse com o seu ciúme. Cena bonita, digna de melhor teatro!

Era uma doença o ciúme do Sr. Cruz. Nenhuma razão nem prova lhe demovia as suspeitas, víboras do inferno que o espedaçavam, como se outro castigo de seus crimes lhe não quisesse dar a Providência. Se este homem tivesse conhecimento do Moiro de Veneza, taxá-lo-iam de vil imitador; e mais ainda se soubessem no que arremataram aqueles ciúmes, conquanto ele não afogasse a Desdémona nos travesseiros.

Foi assim o caso. A pobre caluniada já não podia com os insultos, e disse ao marido que voltava para seus pais. Esta ameaça exasperou o marido, que exclamou:

– Não hás-de ir com vida! Hei-de matar-te com este cordão que te dei!

Era um grosso cordão de ouro que ela tinha ao pescoço, e pelo qual ele puxava com frenesis de possesso. A estrangulada gritou; acudiram os vizinhos, e arrancaram-lha das mãos, onde ficou em pedaços o cordão.

No dia seguinte, a mais amada das esposas foi para Lisboa duvidosa de que o ciúme seja prova irrespondível do muito amor.

O Sr. Cruz, Otelo malogrado, não quis dar mais ansa à tragédia. É crível que vendesse os fragmentos do cordão conjugicida, e os comesse em carneiro com batatas,



petisco que saía das suas mãos como da culinária dos anjos.

Nunca me entendi bem com os amores conjugais do meu vizinho.

O que eu de sobra vi foi .que ele era mestre no jogo da faca, em exercícios com o José do Telhado, seu émulo em destreza. Ambos eles tinham tirado a prova real na prática da sua habilidade. Diziam, a seu modo, que do vê-lo ao dizê-lo ia muita diferença. Queriam dizer que as teorias do jogo da faca eram muitas vezes sacrificadas a uma facada menos artística. E então argumentavam com factos inconcludentes para a sua inocência.

## XX

Tirado à sorte o herói ou heroína deste capítulo, sai a Sr<sup>a</sup> Joanhina.

Começando pelo princípio, era conhecida em Lamego por Sr<sup>a</sup> *Joanhina*, uma galante moça, filha de artistas. Isto, há cinquenta anos, quando ela tinha dezasseis.

O arcedíago de Lamego (que estas *Memórias* não lembrem ao diabo os pecados velhos do cónego!) bebia os ventos pela mocinha e armava-lhe quantas engenhosas boíces inspira o amor a um cónego rico e inerte. Joanhina tinha o defeito de invejar as saias e as plumas das fidalgas de Lamego; e o arcedíago, nos furtivos instantes em que podia azoiná-la, dizia-lhe que ela podia ter plumas e saias de lapim.

Ora o padre não era repelente nem velho. Muito boa gente, no pensar de Joanhina, aceitaria às mãos ambas, o que ela rejeitava por uma pouca de má vergonha. Por esta brecha entrou o espírito imundo, e saiu o virginal pudor da moça. Os pais andavam uma manhã à cata dela, e o arcedíago chamou-os à puridade para lhes dizer que remediassem a sua vida com o dinheiro dele, e não dessem à língua, que seria pior por ser inútil.

Há cinquenta anos um prebendado de ilustríssima prosápia lamecense calava e convencia assim um pobre mecânico, um carpinteiro!

Teve Joanhina as suspiradas plumas e cetins. Foi muitas vezes às Caldas com o arcedíago. Foi a Lisboa às festas da aclamação de D. João VI. Esteve no Teatro de S. Carlos, e na Rua dos Condes. Voltou a Lamego com ares da corte; e rebateu muitas tentações de fidalgos, que invejavam o cónego. Manteve-se fiel quarenta anos; é acariciou a velhice do padre, que morreu saciado de prazeres, e contente da carreira em que, por pouco, se não encontra com a mitra da sé lamecense!

Herdou Joanhina o grande cabedal do arcedíago, e retirou-se a uma quinta de sua herança para se fechar de todo a impressões mundanas.

Era cuidado em demasia para os seus cinquenta e seis anos; mas o seu temperamento lá o conhecia ela.

Conjuraram a tentá-la seis opositores à sua mão de esposa. Joanhina muito pôde consigo, resistindo a cinco. O sexto era um lavrador, maduro de anos, viúvo, vizinho das suas terras, e pai de umas moças que lhe faziam boa companhia a ela, e prometiam amá-la como mãe.

Casou, pois, a Sr<sup>a</sup> Joana, e levou para sua casa os enteados e as enteadas.

Um daqueles era rapaz que tinha cursado aulas de teologia em Lamego, onde fora reprovado. O outro fora cabo de esquadra, e estava em casa com baixa. Andavam ambos à competência em ruindade de costumes, e destemiam o pai, que já não podia domá-los.

A Sr<sup>a</sup> Joana, quando se viu atormentada por exigências dos enteados, arrependeu-se de ter casado. Pediu ao marido que afastasse de si os maus filhos, e conseguiu impontá-los para o Brasil.

Decorrido um ano voltaram os rapazes, alegando que se davam mal com o clima. A madrastra recebeu-os mal, e o pai carinhosamente, decidindo-se a favor dos filhos nas pendências em que ela andava rixada com eles. Joana lançava em rosto ao marido o dispêndio dos seus bens com filhos alheios; e o marido dizia-lhe que ali não havia *teu* nem *meu*, que era tudo do casal.

– O casal do Sr. Arcedíago! – exclamava ela.

– Tem vergonha, mulher! Não digas de quem te veio o casal! – retrucava ele.

– Tu não o sabias? Para que me quiseste?!

– Tentou-me o diabo. Agora é gemer na cama, que é parte quente, e aturar-te as sovinices e a velhice.

E chamava-lhe *cascata* umas vezes por outras; com o que a Sr<sup>a</sup> Joanhina se

afligia, e provava que era cascata com o enxurro das lágrimas.

Os rapazes, cobrando ousio do exemplo do pai, escarneciam a madrasta, se ela se queixava de lhe roubarem alguma prenda de valor, recebida das mãos do arcediogo em horas de saudosa meiguice. Falavam-lhe nos passados amores; e no auge da petulância, chegaram a denominá-la *reverenda arcedioga*, e carunchosa trave do cabido de Lamego.

Chamarem *trave* à pobre mulher que se vira aplaudida de bela no Teatro de S. Carlos e na Rua dos Condes!

Amargurada existência era a da infeliz, que todos os da casa abandonaram!

Pensava ela que abrandaria o seu cruel destino, com o casarem-se os dois rapazes. Deixou vender parte dos seus bens para dotá-los, e fez quanto pôde por conciliar a estima das enteadas e do marido.

Não melhorou. Os rapazes desconchavaram-se com os sogros, e foram com as mulheres para casa do pai. Eram inimigos em duplicado que ela comprara com os seus bens.

Levada de desesperação, a Sr<sup>a</sup> Joana fugiu de casa, e procurou o abrigo de parentes. O marido, citado para divórcio, simulou arrependimento, e obrigou os filhos a pedirem perdão à madrasta.

Joana voltou para casa, e maravilhou-se da mudança. Respeitavam-na, cuidavam dela, não a deixavam levantar antes do almoço, e reservavam-lhe ao jantar os melhores acepipes.

Passados alguns meses sentiu a acarinhada mulher dores fortes no estômago; lembrou-se de que a envenenaram lentamente. Disfarçou as suspeitas, e entrou a rebuscar, em horas seguras, os escaninhos da casa. Como encontrasse um cartuchinho com pó de vidro, escondeu o embrulho, e nunca mais almoçou senão com a família.

Perguntou-lhe o marido por que não almoçava na cama; e ela teve a imprudência de sorrir-se.

Todos os comensais compreenderam o sorriso, e desataram a máscara.

Aos maus tratos antigos acresceu o espancamento, porque a Sr<sup>a</sup> Joana negou a sua assinatura à venda de outras propriedades. Quis ela tentar segunda fuga; mas achou-se vigiada, e rebatida pelos enteados. Quis vencer a violência, e foi arrastada e fechada num quarto, onde esteve alguns meses, esperando a cada instante a morte nas comidas que lhe davam.

Joana pediu que a deixassem falar com seu marido. O lavrador, prevendo a realização do seu plano, foi ao quarto da mulher, e viu-a humilhada e de joelhos, sujeitando-se a tudo, prontificando-se a assinar todas as vendas, contanto que a não tivessem fechada.

Deram-lhe larga na casa; mas espiando-a sempre.

Joana fingiu-se resignada com tudo, e era ela a primeira a sugerir despesas e caprichos a seus enteados.

– Foi ótima a lição! – diziam eles ao pai. E o pai achava graça ao escárnio triunfante dos filhos.

Um dia disse ela a um dos enteados:

– Vou-lhe dizer um segredo; mas peço-lhe por quanto há que o não diga a seu pai, nem a ninguém. Dou-lhe o meu relógio de ouro, se me for fiel.

– Sou – disse o enteado na melhor intenção.

– Eu quero matar-me – tornou ela –; estou farta de viver, e não faço falta a ninguém. Depois que eu morra não se me importa que saibam que me matei. O senhor arranja-me uns poucos de pós dos ratos?

– Eu! Ora essa! Vossemecê está a mangar! – replicou ele.

– Não estou a manganar; faça-me o que eu lhe peço, que é um segredo que morre comigo. Que lhe custa isto?!

– A falar verdade, não sei para que vossemecê há-de dar cabo de si!...

– Não me faça reflexões. Aqui tem já o meu relógio. Vai buscar-me os pós?

O enteado tomou o relógio, e redarguiu:

– Mas se depois sabem que fui eu?

– Ninguém o sabe. Se eu morrer amanhã, enterram-me depois. Quem há-de ir à cova saber de que eu morri?

O diálogo continuou assim até ao definitivo assentimento do enteado. Disse-me a Sr<sup>a</sup> Joanhinha que suspeitava ter seu marido sido avisado pelo filho do intento dela: não creio, em vista dos sucessos posteriores.

Obteve o filho do lavrador em Lamego os pós de Joanes, e deu-os à madrasta, que os recebeu com expressões de muito agradecida. Estava à porta a véspera de Natal. As filhas do lavrador, casadas fora, vieram no solene dia cear com o pai. Além do vinho da casa, o velho trouxera de Lamego algumas garrafas do velho do Douro para compor o estômago sobre as rabanadas e o arroz-doce.

Joana foi à prateleira, e vasou o veneno em duas das três garrafas.

É de uso, nas províncias do Norte, ocuparem a véspera do Natal no cozinhado da ceia, e tomarem as famílias um leve repasto ao meio-dia para terem o estômago desimpedido à noite.

O lavrador, porém, como achasse leveiro de mais o bolinho de bacalhau que as filhas lhe deram ao jantar, procurou a compensação no vinho velho, e abriu uma das três garrafas às escondidas dos filhos. Acertou de beber bom trago de uma das garrafas envenenadas, e bebeu segundo para se convencer de que o vinho estava azedado.

Meia hora depois o marido da Sr<sup>a</sup> Joanhinha espolinhava-se no sobrado com ânsias de morrer, e gritava que o tinham envenenado.

A herdeira do arcedíago foi à beira de seu marido, e aí podia ser muito mais dramática do que foi. Se isto fosse romance, a Sr<sup>a</sup> Joana devia dizer coisas pavorosas ao ouvido do agonizante, e cruzar os braços, e rir-se sarcasticamente do estertor do marido envenenado por favor de seu próprio filho, e morto nos paroxismos que quisera dar-lhe a ela.

Nada disto. Fingiu-se aflita, se o não estava sinceramente, por ver gorada a sua traça. Era plano dela envenenar toda a família, na hipótese de que as garrafas seriam abertas à sobremesa. Quem diria que ali num cantinho da Beira se estava maquinando um festim de Bórgias!

Morreu o lavrador amaldiçoando a mulher, contra a qual gritou a família inteira, excepto as esposas dos filhos nas horas em que se iam à cozinha a comer às furtadelas os grelos ensopados e os ovos mexidos.

Foi a Sr<sup>a</sup> Joanhinha encarcerada nas enxovias da Relação de Lamego, onde se encontrou com a Sr<sup>a</sup> Benedita, já historiada.

Negou o crime; mas a prova dispensava a confissão da ré. Foi condenada a pena capital, e de Lamego removida para a Relação do Porto, onde, decorridos anos de prisão, teve comutação para África com prisão por toda a vida.

Falei com a condenada, e requeri ainda em nome dela, pedindo que a deixassem morrer na cadeia, sem o degredo, visto que tinha sessenta e seis anos, e doenças de breve despacho para a sepultura. Este requerimento foi encontrado pela lei, que não dispensava a sentenciada de cumprir sentença.

A Sr<sup>a</sup> Joanhinha pudera salvar da naufragada herança do arcedíago um saquito de dinheiro em ouro, de bom tamanho, o qual levou consigo.

É coisa para pensar o destino em que pararam as relíquias dos haveres do

arcedíago de Lamego! No cárcere de um presídio africano!... Pessoa mais vezada a esmiuçar moralidades nos acontecimentos podia deste sucesso haurir muitas páginas de religiosas meditações, e exemplaríssimas advertências às moças, para que não aceitem heranças de padres, e aos padres, para que não deixem heranças às moças.

A mim só me basta dizer que esta desgraçada Joaninha podia ter morrido serenamente no gozo dos bens do arcedíago, se o secreto inimigo das vilipendiosas herdeiras lhe não aparecesse na figura do vizinho, o qual, por ser a figura do demónio, morreu sem me causar dó.

Era muita gente apostada a fazer criminosa a pobre Joana! Deus sabe quantas agonias a espedaçaram antes dela resolver a mortandade de tantas famílias!

## XXI

Noite alta sai do meu quarto. Os corredores estavam em escuridão cerrada. A luz da lâmpada apagara-se sob a pressão aquosa do ar.

Ouvi o rressonar cavernoso dos guardas, e o fremente assovio do norte nos zimbórios majestosos daquela caverna miasmática.

Passei avante, apegado às arcarias. Escorregavam-me os pés no soalho lamacento, e a frialdade gordurosa das paredes regelava-me as mãos, e filtrava-me ao peito uma dor glacial, angústia indescritível.

Encostei-me às portadas do cubículo, que fora oratório de padecentes, e avoquei à fantasia quantos pavores podiam acender-me em chama febril.

E o vento, raspando nos ferros exteriores, semelhava os gemidos dos padecentes, conglobados num só gemido.

È passei avante, sofrendo a respiração, para que o menor som daquela infernal e misteriosa harmonia calasse em minha alma.

Não sei que tempo vivi naquelas trevas, nem quantas vezes o brado das sentinelas revooou nas profundas abóbadas.

Súbito, um gemido, longo como o grito estertoroso da vítima, lentamente sopesada em mãos de algoz, me espertou da sepulcral letargia.

Era voz de mulher, se anjo da agonia não vinha assim geme na terra, com as notas dos cânticos do Céu.

Acompanhavam-no acordes de música, plangentes como de harpa, dulcíssimos como as melodias dos arroubamentos dos santos, perdidos de alma na bem-aventurança de além-mundo.

E fui avante, porque os sons clamorosos e música pungitiva vinha do lado em que bruxuleava uma lâmpada.

Dei de face ante uma porta cintada de ferro, e trancada de um ferrolho, que simulava grossa alavanca, suspensa entre anéis.

E esta porta abriu-se de par em par, e os ecos não lhe ouviram um rugido leve dos gonzos.

Estava eu em frente da enfermaria dos presos. Ajustei o rosto à fresta da porta, que os separava do meu recinto, e vinham de lá umas lufadas fétidas, que nauseavam, e me batiam de encontro ao crânio como pancadas surdas de vaivém de ferro.

E permaneci imóvel àquele respiráculo da morte, como se ali fosse pedir àqueles que se estorciam a minha agonia.

Contemplei, e vi.

Ao topo do extenso corredor estava arvorada cruz enorme com a imagem de Jesus Cristo. O escarlate lustroso das chagas reluzia na penumbra da lâmpada. Ladeavam a cruz duas jarras de flores murchas, e mortas ao ar mortal do hálito dos enfermos.

E ouvi o gemer roufêngo do arquejar de um agonizante. Nem um padre, nem uma voz humana, nem a consolação de um amigo ou inimigo compadecido.

E ouvi o blasfemar de outro agonizante, que sacudia os braços, e afuzilava nos olhos o raio frouxo da luz, cujos raios morriam ao pé do seu catre, como se a esperança do expirante houvesse de morrer com eles.

Esperei, e vi trespassar o primeiro. Fugi à visão medonha do segundo, porque o pulmão se me rasgava com a peçonha daquele ambiente.

Pus os olhos fitos nas chagas de Jesus, e disse:

«Ó Cristo! O teu código tem mil e oitocentos e sessenta anos! A justiça dos homens é haurida dos teus divinos preceitos! Contempla da tua cruz, ó Filho de Deus,

esses homens que te maldizem, porque ninguém lhes ensina que a justiça, que assim os mata, não é obra tua, Senhor Deus de Tiberíades, do Cedron, do publicano, da adúltera, de Dimas, e de Madalena!»

E a toada dos anos e os harmónicos da harpa, coaram outra vez em meus ouvidos.

Voltei o rosto para as trevas fronteiras, e apalpei-as, até encontrar a frialdade de um possante ferrolho.

Abriu-se de par em par a porta, e o canto gemente veio em ondas dum ar infecto com exalações cadavéricas.

Era a enfermaria das presas.

Ali não estava o Cristo, nem lampadário, nem símbolo de piedade. Era tudo simbólico de morte sem esperança, porque as trevas do túmulo não são mais carregadas.

E caminhei entre duas alas de grabatos, que eu pressentia no ressonar alto de umas, e no convulsivo gemer das outras presas.

Na extrema desse corredor estava uma outra porta, por cujas físgas azulejavam umas betas luminosas, que pareciam coadas dos interstícios de antigos sepulcros.

Não sei que mutação se fez em minha alma; porque do interior daquele ergástulo saíram resplendores a jorro; e, entre ondas de luz vivida como a do relâmpago, vi dois anjos, em seus envoltórios de éter, tristíssimos no aspecto.

Era um deles O ANJO DA DESGRAÇA, e tinha em suas mãos uma grinalda de espinhos; era o outro O ANJO DA PACIÊNCIA, e tinha em suas mãos a urna das lágrimas.

E os cantares tristes e a soada celestial da harpa vinham dali muito perto, sem que meus olhos pudessem ver os lábios que vibravam gemidos, nem os dedos que pulsavam o alaúde.

«Vem»! disseram os anjos.

E tomaram de sobre uma pobre enxerga, que assentava no pavimento, uma formosa criancinha de três anos, e disseram:

«Temo-la pedido para os nossos irmãos do Céu; mas a mãe chora em nossas mãos, e pede-nos maiores tormentos, para melhor merecer a vida de seu filho.»

E eu ia beijar a criancinha, e o anjo da desgraça afastou-me dos lábios, clamando:

«Não lhe filtres o vírus da tua desgraça. Os teus lábios estão viscosos da taça do crime. Deixa-o dormir, que está vivendo na sua pátria, e entende as alegrias do céu.»

E o anjo, que falara assim, apertou-me ao seio com amargo transporte, e disse-me:

«Com que amor te hei querido! Que espectáculo vou dar-te como prova extrema de amar-te muito!»

E fendeu-se um véu de trevas, ao fim dum lôbrego passadiço, por onde os anjos me guiavam, sem radiarem sua luz à escuridão circumposta.

E vi uma mulher sentada a um piano, sobre o qual goteavam as abóbadas. Dedilhava nas teclas, e imergia os olhos nos recantos escuros da sua caverna.

E o anjo da desgraça pôs-lhe a mão no seio, e ela chorou.

E o anjo da paciência, recebendo as lágrimas na urna, pôs-lhe a mão na fronte, e ela sorriu.

Um anjo dissera: SOFRE.

E dissera o outro anjo; ESPERA.

E o cântico, um instante suspenso, continuou: e os lábios diziam estas palavras, que se abriam em minha memória a buril de fogo:

«Ó minha infância! Ó meu doce amor das flores, e do céu estrelado!

Ó minhas irmãszinhas, fugidas pombas, que vos não amerceais de mim no céu!

Ó minha mãe, que me deste a tua derradeira bênção, e as tuas derradeiras lágrimas!

Ó meu pai, que achavas este mundo indigno da tua filha querida!  
Descei, larvas queridas, e dai-me uma dobra de vossa mortalha para eu limpar as lágrimas!

Vinde, minhas irmãs, e tomai da minha coroa ensanguentada alguns espinhos, e ide com eles a Deus a pedir-lhe misericórdia!

Vinde ao meu túmulo, se vos não afronta a minha ignomínia! Vinde, virginais corações de minhas irmãs, e ajudai-me a lembrar a minha mocidade! Levai-me ao berço de nossos irmãozinhos mortos, e dai-me flores para eu os coroar para o céu!»

Calou-se, e aconchegou do seio as mãos geladas, e murmurou:

– Que frio, meu Deus!

E o anjo da desgraça juntou as suas mãos às dela, e disse-lhe:

– Aquece-as no incêndio que te devora os pulmões. Cospe nelas uma golfada do teu sangue, que calcina como lava vulcânica.

E a mártir continuou o seu cantar.

Era já outra a voz, e terrível de rispidez o acompanhamento da música.

Confrangeu-se-me o coração, porque era este o dizer dela:

«Foram à minha inocência, e à minha formosura, e lançaram em pregão uma e outra.

E quando eu pedia que me deixassem uma primavera mais para chorar sobre as minhas flores, mandavam-me sotopor o coração a um cofre de ferro em brasa, cheio de ouro e lágrimas.

E, se eu caía de vergonha diante de mim própria, covarde para a rebelião contra a prepotência de meus pais, levantavam-me do meu abatimento com a ponta do pé, ou queimavam-me as faces com bofetadas para que as lágrimas secassem depressa, e mas não visse o homem que me comprara!»

Aqui, o canto era um desabafar em crebros soluços, e as mãos corriam vertiginosas sobre o teclado, como se em cada tecla chamejasse uma língua de lume.

E o anjo da paciência pôs-lhe a mão na fronte e selou-lhe os lábios. E as lágrimas rebentaram a quatro para a urna, que as evaporava em perfumes a Deus.

E, outra vez, aconchegou as mãos ao seio, murmurando:

«Que frio, meu Deus!»

E vi-a levantar-se já serena, mas hirta como os fantasmas de Macpherson.

Caminhou ao longo do corredor lóbrego, e ajoelhou-se no chão, e debruçou-se sobre o filhinho, que dormia, e sorria, e ciciava umas palavras, que ela parecia entender-lhe.

E, depois, abriu a janela, e encostou a um varão de ferro a fronte afogueada.

O horizonte do mar estava rúbido, como os tectos duma cidade em lavaredas.

E o norte vinha de lá refrigerar-lhe a fronte, e apagar-lhe no seio os borbotões do sangue fervente.

Mas ela bafejava as mãos, e dizia:

«Que frio, meu Deus!»

E voltou, de golpe, para as sombras do seu antro, murmurando:

«Se eu pudesse dormir!...»

E então lhe disse o anjo da desgraça, tomando-a pela mão:

«Aqui tens a tua enxerga nas tábuas, e a manta da caridade para te cobrires.»

E ela deitou-se, aconchegando da barba convulsa a orla da cobertura.

Eu vi sentar-se a seu lado o anjo da paciência, e dizer-lhe:

– Dorme!

E ela adormeceu envolta em uma coluna de luz, que rompia as abóbadas, e topetava com a profundidade dos céus.



Vi-a sorrir adormecida; e eu disse ao anjo da paciência:

– Sorriem estes lábios!?... Que visão lhe deu à desgraçada o Senhor que te enviou a ela?!

– Vê as almas das suas irmãs, que descem na coluna luminosa a consolá-la – respondeu o anjo.

E eu ajoelhei ao pé dela.

.....

Restrugem os ferrolhos nos seus anéis. Acordo. Vejo o dia no meu quarto!

Era um sonho! Mas que magnífico e pavoroso sonho eu tive!

Antes assim, meu Deus! Que feia seria a vossa criação, se, debaixo do vosso trono, fosse possível a desgraça da mulher da minha visão!

Bem hajas tu, chaveiro, que me espertaste daquele pesadelo, em que eu vertia por compaixão da mártir as lágrimas que não tinha para as minhas dores!

## XXII

Longe de nós os sonhos! Vamos a realidades bem chagadas. Bem em carne viva, bem postas em galerias de painéis, que pintem a vida, o homem, a perfeição, a obra do último dia, após o qual Jeová, vendo que era ótimo o feito, descansou.

Eu é que não descanso de trazer a lume aquelas amostras de perfeição, que demoram obscuras nos seus antros como se ali mesmo não estivessem por conta de Deus, que paternalmente as fez.

Tem assinalado lugar nestas minhas biografias o Sr. A. A. d'A. S., morgado do R\*\*\*, natural de Entre Ambos-os-Rios.

Não sei em que árvore de rei godo entronca a vergôntea dos Sodrés, cujo representante ali está na Relação e de lá irá sumir-se nas areias africanas, como delgado fio de linfa, relíquias de torrente, que veio soberba através dos séculos.

O morgado de R\*\*\*, filho e neto de perdulários e façanhosos fidalgos, foi fiel às tradições e ao exemplo, dando muita pancadaria, e dissipando à toa o morgadio, já retalhado e ferido de morte.

Parece ter quarenta e cinco anos. Aparenta estrutura débil, e não desdiz das raças apuradas na delicadeza de feitio. As feições são finas e simpáticas. O ar, os modos, este complexo de nadas, que denotam cultivo de boa sociedade, não os tem. Ressabe ao montezinho, e logo se denota como homem de aldeãos costumes e convivência de ralé.

A mocidade do morgado foi borrascosa em desordens de feiras, onde ele campava, não de valente com um varapau nas unhas, mas de destro em desengatilhar as pistolas, companheiras fiéis dos seus coldres.

Casou muito moço com uma senhora, parenta de uma das principais famílias do Porto. Foi casamento de contrato, e de martírio para a sacrificada menina. As famílias daqueles sítios pasmaram de tal consórcio, e lastimaram a vítima, ainda antes de ela implorar a piedade pública, para alívio de secretos desgostos.

O morgado não mudou de vida para melhor; piorou-a em ligações adulterianas com diferentes criaturas venais, ou talvez timoratas da sanha despeitosa dele.

Em uma de suas quintas alojara o Sr. S\*\*\* uma das mais dilectas concubinas, servida de estado e regalias, que negou à esposa. Os filhos dela eram mais estimados que os legítimos. Lã passava temporadas, saboreando-se no amor de família, que o anojava nas carícias da família própria. O melhor dos produtos de sua lavoura era recadado na casa da mulher vil de nascimento e vil de instinto, que autorizava a flagelação da santa esposa, sem lhe amar o marido.

Nos primeiros tempos de marido, foi o Sr. S\*\*\* culpado num homicídio mas venceu com dinheiro a vindicta da parte. Esse sucesso vingou-lhe créditos de invulnerável à justiça, e a impune arrogância de vencer pelo terror.

No decurso de vinte anos o morgado granjeou fama de todas as ignomínias. Nos arredores do seu solar temiam-no como salteador, arguição não provada em depoimento de testemunhas. Assentava, talvez, a hipótese no facto de ele ter esbanjado todo o seu património, e continuar a possuir bons cavalos, e a despender em custosos caprichos.

Quando, porém, o viram descarnadamente pobre, solicitando empréstimos insolventes de amigos e parentes, o terror que tinham dele disparou em menosprezo e contentamento de vingança.

Mas não era o morgado do R\*\*\* homem que desmaiasse de instintos bravios pelo acidente da pobreza, que só debilita os orgulhos postiços, e as almas de todo o ponto baixas.

Contam os seus conterrâneos que, sendo ele um dia instado em termos desabridos

de um credor para pagar-lhe, o morgado pagou-lhe em prata, e disse: «Agora hás-de receber o juro em chumbo.» E dizendo, abriu-lhe com uma bala na cabeça larga fenda à vida. Isto contou-me o reitor da paróquia do Sr. Morgado, com santo horror do feito, e eu conto a coisa assim para aviso de usureiros, a quem possa descontentar o pagamento de suas onzenas em semelhante espécie.

Contam que outro credor fora assassinado por igual teor; mas eu vacilo em crer todas as atoardas que giram à conta de um homem seguro entre ferros.

O morgado caíra em extrema pobreza há dois anos. As colheitas dos pouquíssimos e desamanhados bens escasseavam para o segundo mês do Inverno. Em casa não havia um lençol, nem uma cama decente para a infeliz senhora. As famílias principais esmolavam-lhe a ela alimentos e roupas; e a virtuosa repartia do pão e da cobertura com a mãe dos filhos de seu marido, tirando aos seus o que podia esconder de suas lágrimas suplicantes.

Tem a senhora um parente no Brasil. Chegou lá a notícia da: pobreza dela. Desde logo o primo, que fora pobre, e a trabalhar enriquecera, lhe estabeleceu mesada de doze mil réis, que ela entregava inteira a seu marido, e hoje do mesmo modo Lhe remete para a cadeia.

Quase atidas a estas migalhas viviam as duas famílias do. morgado do R\*\*\*, quando se não azava o ensejo ao desacreditado fidalgo de enganar algum incauto sobre a presunção de possuir bens hipotecáveis.

Agarrochado por desgostos e insultos, o morgado acolheu-se ao seio da família, como quem nenhum outro refúgio tinha. Porém, a mulher e os filhos, que lhe davam remanso e sossego, não era a mártir, nem os esfarrapados meninos. O espectáculo duma senhora, ilustremente nascida e educada, assanhava-lhe as impaciências. Três filhos sem educação, sem amor, sem as alegrias que desassombra a tristeza de um pai, eram-lhe incentivos a enojo, e acusação pungente. Dela e deles fugia o morgado, e no estúpido contentamento da mulher prosperada em confronto com o que fora, e dos filhos carinhosos, porque tinham sido acarinhados, é que o amante e o pai desafogava as amarguras, e, para assim dizer, se sentia com bondade e coração. É, pois, certo que em lagoas infectas vicejam flores de agradável vista; luz, a instantes, a virtude nas escuridades do vício.

Destes três filhos, o mais velho era uma menina de vinte anos, morena de negros olhos, de estatura robusta, e de se amar deveras por quem sabe achar o belo fora dos moldes pedagógicos que a arte nos encampa. Não era rafaelesca, nem pedia meças às imagens de Murillo ou Tintoreto. Era uma cara portuguesa de lei, minhota de primor, que se não amorenara ao sol da Arábia; mas que, em verdade, devia ter lá dentro tempestades calcinantes como as do simum.

Dilectamente a estimava o pai, e a tinha em conta de pura, e pura de *impérvia virgindade*, como diz o oratoriano Bernardes a propósito de grandes santas.

Era ilusória a crença.

Maria queimara-se desde os dezasseis anos, como borboleta doida, na primeira flama que vira em olhos de homem. Atraiçoada fora; mas, ainda traída, quão galharda se saiu na lição que deu ao sedutor!

Iria ela queixar-se ao pai?

Sair-lhe-ia aos banhos?

Publicaria sua desonra, para que o mundo forçasse em clamorosa censura o pérfido a esposá-la? Isso era vulhar para aquela moça, que tinha a distinção da suprema desventura.

Uma vez, após longas noites ansiadas sem vê-lo, convicta do abandono, saiu aforrada de casa, e transpôs sozinha os dois outeiros que os distanciavam.

Sentou-se ao portal do amado, que o era ainda, e meditou. Era a vez primeira que se sentia mulher. Tinha um punhal no seio, e o ferro cortava-lhe primeiro as fibras a ela. O coração arquejava contra o instrumento da morte; mas a víbora da vingança, com maior pungimento, lhe alheava o espírito em ímpetos de raiva.

Quando cogitava aflita, chegou o moço, o benquistado de outras, que, porventura, vinha contando com filaiuciosa infâmia o número das suas triunfadas praças.

Maria levantou-se ante ele e perguntou-lhe porque a não procurava, sabendo que era esperado.

Perguntas destas a enfatiado amante são rebates de remorsos, que trovejam contra a vítima.

Respondeu-lhe ironias, porque a surpresa lhe não dera tempo de inventar a mentira. Forçado no extremo reduto, fingiu a seriedade de conselheiro, e encarecia-lhe os benefícios da resignação e do juízo.

Maria não chorou, nem com rogos fez mais feia e menosprezada sua desonra.

Tirou do punhal, quando não tinha já que tirar do peito, exauridas as criminações.

Sorriu-se do feito o amante, e ela, afrontada da mofa, apontou-lhe o ferro ao seio, e descarregou o golpe.

Não lhe valeu a ele o rebatê-lo com o braço. Entrara funda a lâmina, e as pernas do ferido oscilaram como se o golpe o fulminasse.

Maria seguiu impertérrita o caminho de sua casa. Entrou ao seu quarto despressentida, e confessa que lavara com suas lágrimas as nódoas de sangue do punhal.

Ao outro dia contava-se o sucesso. O ferido estava-o gravemente; mas dava a esperar salvar-se. Quem o ferira, ninguém sabia, nem ele. Corria que um vulto, ao passar por ele, lhe correria uma facada.

Foi lento o convalescimento: e, no entanto, Maria emagrecia, insulava-se de todos, falava em morrer, e orava a intervalos com pouca fé, e consolação nenhuma.

Restaurou-se o ferido, e desapareceu da terra. Esporeara-o a vergonha ou o medo? Sabe-o ele; e ele, se quiser, que o diga, quando voltar da América.

A mais se condensaram as trevas no ânimo do morgado do R\*\*\*, vendo ameaçada de morte a filha, a mais amada, a primeira que lhe sorrira, e por quem mataria um homem, possuidor do pão negado à fome dela.

Suspeitou do enredo de infelizes amores, e instou com ela a contar-lhos, jurando vingá-la.

Maria, sorrindo, dizia:

– Eu me vingaria, meu pai...

Andava o suspeito pai inquirindo da vizinhança se alguma vez suspeitaram de sua filha em namoros ou conversações a desoras. Ninguém o esclarecia; nem um rasto de luz, que ele pudesse cobrir de sangue!

Perguntou a facultativos se sua filha podia assim morrer, sem paixão de alma. Diziam-lhe uns que a alma não tem que ver com a morte do corpo; outros concordavam com ele na conjectura de algum grande desgosto.

O morgado do R\*\*\* abafava de cólera sem fito onde apontar a clavina, respiradouro único de suas ânsias.

Neste comenos chegou, vindo do Brasil, um sujeito a Entre Ambos-os-Rios.

Voltara moço de mais para ser rico. Sobejavam-lhe, ainda assim, os recursos que andara mealhando com muito labor, e esperança de os desfrutar na pátria.

De pequeno fora o brasileiro muito da casa do morgado, como usam ser os meninos pobres da sombra hospitaleira dos proprietários ricos. Quem ele procurou primeiro, depois de sua família, foi o morgado, que afectuosamente o recebeu, e

apiedou com sua pobreza.

O moço valeu-lhe naquela hora, e em muitas. A sociedade queria endurecer-lhe o coração contra o dissipador; ele, porém, que o estava sempre vendo na prosperidade em que o deixara, vinte anos antes, esquecia-se das penosas fadigas do Brasil para se despendar em benefício das duas famílias.

Uma e outra já ele conhecia, porque o morgado lhe dera à distinção de falar com a sua estremecida filha, e diverti-la dos pensamentos tristes.

O brasileiro amou Maria. Nunca outra mulher lograra roubar-lhe instantes à canseira de seu viver. Outra alguma não vira, cuja imagem lhe agitasse as insónias, ou dourasse os sonhos.

Devera dizer-lho no primeiro dia, que seria todo coração nas vozes; mas não podia, nem sabia, nem pensara no destino que o forçava à sua confissão.

De o verem frequentar a miúdo a casa, diziam os vizinhos que o morgado mercadejava os únicos domínios que tinha; e iam ao mesmo tempo dizer ao morgado que vigiasse a honra de sua filha.

– Tomara eu que ela vivesse – dizia o pai – que ela se vigiará, quando eu a não vigiar.

Ressaltou espontâneo dos lábios o amor, que trazia as asas entalhadas nos embaraços do pejo. Falou o brasileiro, e Maria ouviu-o com pudor, o segundo pudor, que enrubesce mais a pele que o da inocência, o pudor da paixão que se vê requerida e chamada, sem desar, do coração recôndito.

A morte já não tinha que fazer ali. Maria recobrou o viçor fenecido. Esqueceu-se. Transfigurou-se-lhe o mundo. Aqueceu-a o antigo sol. Relembrou-lhe as cantilenas da infância. Reconheceu as amigas dos brinquedos e das folias. Já os prados lhe davam *malmequeres* para consultar; e a noite de S. João agouros, nas sortes abertas na água, e nas formas das congelações, no vidro enchido à meia-noite na encantada fonte.

O morgado alegrou-se do efeito; mas converteu em rancor a causa. O brasileiro achava-o outro e mal-assombrado quando o surpreendia a sós com Maria. Humildou-se o amante, e perguntou-lhe porque o via com maus olhos. O morgado respondeu brutalmente que não pagava as suas dividas com a filha. Envilecida alma que pôde responder assim! Mais baixeza há nisto, que ferocidade nos homicídios de sua passada vida!

Foi Maria repreendida e ameaçada; mas a submissão filial, na moça, não podia ser exemplar, quando havia nela instintos varonis, e arrojos que não tropeçavam no sangue.

Respondeu que amava o brasileiro, e tinha glória nisso.

Redarguiu o pai, que se ela tinha glória, também ele tinha uma clavina.

Maria pediu ao amante que a deixasse, e calou os receios. Obrigada a justificar-se, confessou que temia expô-lo ao ódio do pai

O pobre moço entendeu a malquerença do morgado, como de razão era que a entendesse. Pediu-lha para esposa, cuidando ser acolhido com extremoso abraço. O pai ficou-se carrancudo, e disse:

– A filha do morgado do R\*\*\* não casa com um homem, que vinha à minha porta pedir pão.

Desde este dia o brasileiro não voltou a casa de Maria; mas contou à mãe dela a resposta do morgado.

Soube a moça o desfecho da sua ilusão de um ano, e avergou ligeiramente ao quebranto. Estava emancipada para todos os direitos de ser infeliz, e nenhuma força de conselho ou razão lhe empecia os planos. Foi ela procurar o homem, que mais merecera pela injustiça da injúria, e disse-lhe:

– Leva-me para onde quiseres.

Para esposa é que ele a queria, e Maria respondeu-lhe:

– Não posso ser tua esposa; serei tua amante.

E contou-lhe a breve história da sua desonra.

A revelação espontânea, feita sem lágrimas, valeu no coração do amante como reabilitação de pureza, e nova coroa de virgem para a frente dela.

– Não importa – disse ele –; serás minha mulher.

– Nunca! – redarguiu a mulher, que seria absurda, se isto fosse um romance, se eu não tivesse nos ouvidos as palavras dela. – Se me queres em tua companhia, aqui estou; se me não queres como sou, e devo ser para ti, adeus e esquece-me; mas, se me aceitas, fujamos desta terra, que meu pai mata-te, ou tu matas meu pai.

Maria não voltou a casa de sua mãe. O brasileiro cuidava em vender as propriedades, que recentemente comprara, para se afastar com a mulher que ele, mais tarde, esperava reduzir à honestidade de esposa.

No entanto, o morgado do R\*\*\* espiava os passos do suposto raptador de sua filha. Aconselhavam-no a dar querela contra ele, e o morgado respondia que a acção da justiça era muito demorada.

O brasileiro sala uma tarde de casa dum lavrador, onde legalizava a venda dos bens, e encarou fito a fito no morgado. Proferiu algumas palavras pacíficas, tartamudeando-as ante a clavina que o temeroso inimigo atravessara nas mãos. Animou-se a chegar-se a ele para lhe explicar o procedimento desculpável. O morgado fez pé atrás, meteu-lhe ao peito a arma, e trespassou-o com os zagalotes. O brasileiro caiu subitamente cadáver.

O homicida fugiu, galgando sebes das cortinhas próximas; mas os homens, que presenciaram a morte, correram depós ele, cortaram-lhe as evasivas, e prenderam-no. Foi encarcerado na cadeia da comarca; porém, as autoridades, receosas da fuga em prisão mal segura, removeram-no para a Relação do Porto, em Agosto de 1861, alguns dias depois do assassínio.

Anunciou-se a entrada de um fidalgo, cuja fama viera adiante contando e desfigurando os crimes. Assisti à entrega do preso, e descri da nomeada, que o seu bom gosto contradizia. Trajava jaqueta de pano e chapéu baixo. Acendia uns cigarros na ponta dos outros, e pedia licenças repetidas para mandar buscar genebra, que bebia copo sobre copo.

– Quer aturdir-se para o suicídio! – disse eu comigo. Recolheu-se ao quarto que lhe deram; era uma furna de cantaria sem janela, nem mais luz que a sombra das abóbas eminentes. Azado sepulcro!

Ao amanhecer do dia seguinte perguntei por ele ao varredor dos quartos de malta. Disse-me que estava na cama, e pedira um cirurgião, se havia um cirurgião que lhe fizesse uma visita por caridade.

Fui ao antro do morgado do R\*\*\*, ouvi-lhe a consulta dos seus padecimentos, e mediquei-o tão acertadamente, que o enfermo, ao outro dia, estava no uso da sua genebra e aguardente.

Algum tempo depois, o Sr. S\*\*\* remunerou-me a visita e o remédio com uma boceta de morcelas de Arouca.

E Maria?

Maria é o mais indescritível e infernal episódio desta longa crónica de desgraças, de nojos, de infâmias e de ferocidade e degradação humana!

Maria seguiu as pisadas do pai para o Porto. Chegou ao Porto, e alugou uma casa térrea, fronteira ao quartel militar de S. Bento, onde o pai podia vê-la. Depois mandou dizer ao pai que estava ali. O pai foi às grades eminentes à casa térrea, e viu a filha sentada no degrau da porta. Maria fincou os cotovelos nos joelhos, e a barba nas palmas

das duas mãos, e contemplou seu pai. Em seguida passava um grupo de soldados, e pararam defronte dela. E o pai via tudo com a cabeça entre os varões de ferro. E Maria ergueu-se do limiar da sua porta, e entrou com o soldado numa taverna vizinha. E depois saiu da taverna, e entrou com o soldado em sua casa.

E o pai viu tudo com a cabeça entre os varões de ferro.

E depois...

Na lista da prostituição foi inscrito o nome de M\*\*\* E\*\*\* S\*\*\*, que disse ser filha do morgado do R\*\*\*.

Digam lá a um romancista que desfibre com o seu escalpelo o coração desta mulher!

Foi um destino?

Foi uma vingança?

Foi um suicídio?

Foi uma demência?

Não sei. Está ali uma mulher com as faculdades de alma assinadas nos livros de metafísica.

Se ela for dissecada num hospital, hão-de encontrar-lhe coração, baço, fígado, cérebro, sistema sanguíneo, e um qualquer lugar onde a alma esteve por hipótese.

Se submeterem as entranhas de M\*\*\* S\*\*\* à análise de um fisiologista, há-de ele dizer-lhe que viu nelas todos os sintomas de terem funcionado regularmente.

É uma mulher, sem questão, aquela máquina que ali está. Remontemos. Aqui está a Bíblia, o Génesis, o livro da criação.

E leio:

«Formou pois o Senhor Deus ao homem do limo da terra, e assoprou sobre o seu rosto um assopro de vida; e recebeu o homem alma e vida.»

Não sei mais nada.

## XXIII

Os oficiais de juízo – nome bastante sonante que destoa de beleguim, alguazil e quadrilheiro – levaram, um dia, à Relação uma mulher doida, e apresentaram ao carcereiro o mandado de captura, que a culpava de desordeira.

Desceram a mulher à enxovia, e ferrolharam sobre ela o alçapão. A doida olhou para o firmamento escuro do calabouço, e perguntou que porta era aquela que se fechava no tecto. Riram as presas; e a juíza perguntou à recém-chegada se ela sabia que tinha de pagar doze vinténs. A doida riu-se, a seu turno, dos direitos consuetudinários da juíza, e pediu de jantar. Ora como as locatárias da enxovia se demorassem a estender a toalha hospitaleira à hóspeda, a presa manifestou o seu desgosto, distribuindo algumas bofetadas sem distinção de pessoa, e sacudindo pelas grenhas a cabeça inviolável da juíza.

Gritaram as presas, e o carcereiro interino foi baldear a doida pelo alçapão, e reteve-a na «sala livre» enquanto não chegavam ordens da autoridade fiscal da cadeia. Se a autoridade recebesse exactas informações da demência da presa, oficiaria ao juiz que a fez capturar, alegando que à cadeia não é hospital de doidos. O juiz, o administrador, o governador civil, ou quem quer que deva ser, oficiaria à mesa da Santa Casa da Misericórdia, e esta mandaria dar baixa nas suas enfermarias à doida.

O Sr. Procurador Régio, mal informado, mandou fechar a presa num quarto.

Fora ela capturada de manhã, a hora em que provavelmente não tinha ainda comido; passara o dia sem alimento, porque à distribuição do caldo e do pão não estava ainda inscrita, nem tinha tigela. À noite arrastaram-na ao quarto e fecharam-na.

Para enganar a fome, dormindo, a cama que a presa encontrou foi uma rima de ferragens, como ferrolhos, barras, varões, refugio das obras novas que se haviam feito nas enxovias.

Desde que entrou até ao romper do dia seguinte, a presa distraiu a sua fome, jogando a barra contra a porta e a janela. Durou a noite toda este estrépito, acompanhado de clamores, ora raivosos, ora suplicantes.

De manhã, viu a doida a luz quando lhe abriram a porta, e pediu que a deixassem ver seus filhos. O carcereiro repreendeu-a do estrondo e ameaçou-a com as algemas. Rebramiu a doida, atirando-se furiosa aos guardas. O carcereiro mandou-a segurar pelos braços, e lançou-lhe as algemas. Algemas, meu sensível e cristão leitor do século da humanidade, são uns anéis de ferro que roxeiam as carnes e as mordem e deslassam até aos ossos.

A doida sacudiu as algemas, e irrompeu em gritos de dor e desespero. Meia hora de impotente esforço, em mulher quebrantada de fome e insónia, bastou a tirar-lhe o acordo. Ergueram-na desmaiada, e mudaram-na para a enfermaria das mulheres. Os presos, denominados *varredores*, que a transportavam como canastra de lixo, deixavam-na cair e deleitavam-se segundo o som da pancada que o corpo fazia na pedra da escadaria.

Atiraram-na ao catre da enfermaria.

A doida, recuperando os sentidos, saltou da cama, e investiu contra a enfermeira. Foi o carcereiro chamado, e mandou amarrá-la de pernas e braços com cordas que lhe sangravam a carne ao repuxarem-nas. A enfermeira e as outras presas doentes, quando assim a viram segura, entraram a espancá-la à competência, e a rirem das imprecações que a desgraçada vociferava, contorcendo-se nas roscas inflexíveis da corda.

Nesse dia foi à cadeia o Senhor D. Pedro V. Quando o rei apeou, o carcereiro mandou abafar a doida de modo que ela não pudesse gritar, quando Sua Majestade



visitasse a enfermaria.

O rei não visitou a enfermaria das mulheres, e por isso foi pouco duradoura a agonia da presa. Não lhe tinham atado mordança; mas apertaram-lhe a voz na garganta com um resto de esparto. Foram uns meros ensaios de estrangulação, que seria executiva se o Senhor D. Pedro V visitasse a enfermaria.

Neste dia escrevi ao Sr. Lemos, juiz do crime substituto, pedindo-lhe que fizesse remover a doida que Sua Senhoria inadvertidamente mandara para a Relação. O digno magistrado respondeu-me, confessando a sua ignorância da demência da presa, e prometendo-me removê-la dali para o hospital.

Foi o carcereiro avisado para lhe dar soltura; mas reagiu ao alvará, dizendo que sem ordem da Santa Casa a não soltava. Averiguei a intenção desta malvadez estúpida, e pude saber que o abjecto gaiato, autorizado ou não autorizado, queria reter a mulher na enfermaria, para flagelar uma senhora que vivia nu quarto, paredes meias com as presas enfermas. Procurei o Carcereiro, e mostrei-lhe com quanta facilidade eu partia uma cabe dura nas grades do portão. Este argumento, verdadeira lógica de ferro, incutiu juízo no mariola, e a doida saiu. Estes grandes miseráveis são de uma covardia ascosa, que os salva de trazerem o corpo negro como a alma.

O Sr. Procurador Régio, quando na imprensa denominou *empregado honrado* aquele homem, enganou-se sem dúvida, e, mais tarde, emendou o juízo precipitado demitindo-o virtualmente por ladrão. Chamava-se ele *José Francisco Guimarães*. Este nome anda nas secretarias solicitando empregos; honrem-no os poderes públicos; dêem-lhe o pão do estado, e deixem perecer de míngua os requerentes que o serviram. A demência daquela mulher tem uma história breve e triste.

Era filha de lavradores abastados de Avintes. Vinha semanalmente ao Porto, e cativou-se dos affectos de um official de officio, com quem casou contra vontade de seus pais. Abandonada destes, azedou a pobreza do marido, e caiu depressa no seu desagrado e ódio. Era amiudadas vezes espancada, e muitas vezes saiu com dois filhos a pedir esmola às suas amigas de infância que vinham ao Porto.

Quando estava em convalescença de seu terceiro parto, o marido, raivoso de se ver pai dum terceiro filho, quando dois caíam de fome, injuriou ferozmente a mulher, e fez mais sensível a injúria com as bordoadas. A enferma teve um acesso febril, e enlouqueceu.

Poucos dias além, o pai dos três meninos foi para o Brasil e deixou-os a pedir pão à doida, que umas vezes os aflagava chorando, outras os sacudia de si a repelões vertiginosos.

O lavrador de Avintes levou para si a filha e os netos. Estes lá se criaram, e por lá vivem fartos se não estimados. A mãe, essa nunca mais volveu à razão, nem se demorou um dia na casa paterna.

É cómica a razão por que a prenderam. As saias-balões das senhoras eram objecto odioso à doida, mormente se as portadoras de tais adornos se lhe afiguravam senhoras postiças, armadas daqueles panos largos que enganam de longe. Uma destas se ia toda peneirando e seciando na Praça Nova, quando a doida, encostada à grade, aquecia o peito nu ao sol. Ao perpassar por ela a inflamada dama, sentiu-se agarrada pelos pandos encontros, e logo despojada do merinaque, que a doida, a empuxões, lhe fez cair aos pés.

A senhorita era duma estofa que fez rir as turbas; mas os cabos de policia, que a viram apanhando em ânsias as entortadas aduelas do balão, prenderam a iconoclasta doida, que derrubara o ídolo de sua peanha, e a conduziram ao Carmo, e daí à administração, e daí ao tribunal do crime.

E o que sei da pobrezinha que saiu da cadeia com os pulsos em carne viva, e duas

vezes doida, por assim o dizermos, pela mortificação das dores.

Que destino de esposa, de mãe e de mulher!

Estas cenas passam-se debaixo do céu, onde está o Senhor!

Glória a Deus nas alturas!

E as bênçãos da paz e do ouro ao esposo e ao pai, que foi para o Brasil!

## XXIV

Eu tive há onze anos, no Porto, um alfaiate, que chamava para minha casa, quando precisava de alguma obra de engenho e imaginação: por exemplo, a miscelânea de três capotes num, um casaco de dez algibeiras, umas botas de briche, ou coisas assim, que só podiam ser gizadas na presença do génio que as concebia.

Duma feita chamei o Sr. Joaquim – penso que era Joaquim – para me fazer umas polainas, e dei-lhe a fazenda e o salário, para ele as costurar em casa, O Sr. Joaquim por lá consumiu as polainas, que eu nunca mais o vi, nem elas me viram.

Acaso soube que o artista estava na cadeia expiando gentilezas mais credoras de tal destino, que o esquecimento de me restituir a obra.

O mestre alfaiate era casado, quando foi preso.

Ao mesmo tempo entrou na cadeia a Sr<sup>a</sup> Quitéria de Avintes, a mais bela mulher que ainda viram as enxovias da Relação.

Era também casada a Sr<sup>a</sup> Quitéria.

Viu-a o alfaiate, e a padeira também viu que era contemplada.

Contemplavam-na todos os presos; mas nenhuns olhos lhe disseram o que ela leu nos olhos do meu alfaiate dos capotes mistos!

Amaram-se como aves de longes climas, que se encontram na mesma gaiola, saudosas das suas florestas e ribeiras.

Mas barreira de vida e morte os separava! Ele tinha mulher que lhe trazia o caldo; ela tinha marido que lhe trazia a regueifa.

Viam-se ao menos e conversavam momentos em dias santificados, quando lhes era permitida a fusão nos corredores, fusão de corações em infusão de vinho, que bebiam todos até resvalarem às enxovias respectivas.

Bons tempos aqueles! Dizem os presos de agora, coevos das folias domingueiras, que podia estar-se preso por prazer naquele tempo! Eu alcancei ainda os belos paroxismos da idade de ouro. Aos domingos franqueava-se a saída das enxovias e das prisões superiores. Saia tudo a um recinto ladeado de fruteiras, de doceiras, de belfurinheiros. Os amigos, conhecidos das encruzilhadas, abraçavam-se e jubilavam como em véspera de uma assaltada auspiciosa. Os assassinos contavam ufanamente as proezas que a justiça sublimara às alturas da forca. As mulheres dos condenados riam com eles, como esquecidas das galés.

A onda de vinho banhava, como a onda de Letes, todas aquelas memórias. Alguma vez estrugia na cara dum o soco prometido, ou provocado no momento; mas o alarido era tamanho, e o secado odiava tanto os processos criminais, que se calava com o mimo, e fazia as pazes mediante a meia canada conciliadora. Aí era então o armarem-se paixões entre o preso e a presa, que a um recanto murmuravam seus colóquios, como se, à sombra do salgueiro, remirando-se nas águas, se estivessem à compita de finezas.

Aí foi, pois, que Joaquim e Quitéria se identificaram numa só aspiração ao impossível de se ajuntarem decorosamente sobre a terra.

A consorte do mestre mordia-se de raiva, quando os surpreendia a trocar olhar enternecidos; o marido de Quitéria, mais racional que cioso, ia saber do carcereiro se sua mulher estaria segura na enxovia. Basta filosofia tinha ele para resignar ao coração da gentil esposa; o que ele queria era a incorruptibilidade daquilo que o Evangelho lhe dizia que era seu: – «a carne da sua carne, e o osso do seu osso». Mestre Joaquim estava condenado a dois anos de prisão, e a Sr<sup>a</sup> Quitéria a quatro. A liberdade lá lhes sorria ab longe; mas a liberdade de se amarem, quem lha daria?

Deu-lha um estupendo acaso. A mulher do mestre morreu de fome, e o marido de

Quitéria morreu de indigestão. Em menos de seis meses, ansiosos de infecunda ternura, os dois amantes estavam livres.

Decorridos alguns dias de irrequeto desejo, honesto desejo de se matrimoniarem, legalizaram canonicamente os seus papéis e receberam-se no altar da enfermaria, onde as testemunhas disseram que nunca ajoelhara noiva de mais chibança!

Desta doce união nasceram dois meninos em dois anos, ao fim dos quais o alfaiate cumpriu sentença e saiu livre. Quitéria ficou a cumprir a sua, cheia de saudades, que o marido refrigerava com amiudadas visitas, enquanto as autoridades não proibiram a comunicação de maridos, que tivessem sido presos, com as mulheres ainda encarceradas.

Penetrou de morte o coração de Quitéria esta punhalada do mal-compreendido arbítrio da autoridade. Requereu ela com a eloquência da paixão, pedindo as consolações do esposo; mas a regra estabelecida não podia ser quebrantada.

Foi um pasmar a rapidez com que desmedrou o sadio semblante de Quitéria! Envelheceu em seis meses. O fel da saudade empeçonhou-lhe a índole, que era dada e benfazeja. Como juíza que era da enxovia, tornou-se selvagem, feroz e intolerante. Para maior suplicio, devoravam-na ciúmes do marido, a ponto de lhe arremessar púcaros e garrafas da grade, quando ele parava na rua a fitá-la com lagrimosos olhos. Logo que um acaso lhe deu ansa a confirmar suspeitas, rebentou a bomba em estilhaços que mal feriram a reputação da filha de um guarda. Requereu querela contra o marido e contra a suposta rival. A queixa era tão absurda, ou tão sem esperanças de ganância, que nenhum procurador a tomou a seu cargo. O leal esposo dava-lhe sobejas explicações da sua inocência; mas Quitéria exasperava-se e batia com a testa nas grades, quando estendia por elas os braços enganados pelo desejo de colher às mãos o pescoço do marido.

Aquela mocetona, cujas carnes roeram os vermes do ciúme, deixou de erguer-se um dia, e foi transferida para a enfermaria.

Foi permitido ao marido visitá-la, e com branduras e carícias cuidou remoçar a criatura, que amava ainda na nublosa imagem do passado, tão perto deles. Dava-lhe para os braços as crianças, que ela afastava com rude gesto. Cuidava em distraí-la da tenebrosa tristeza com as descrições da vida livre, que já vinha perto. Não se abria um riso nos lábios da moça, porque nenhum lampejo de esperança a chamava aos seus anelados prazeres da liberdade.

Há poucos dias que eu entrei na Relação a esclarecer pontos duvidosos nas minhas recordações, e passou por mim, na escada, o esquife da Misericórdia, que levava Quitéria a descansar numa cova de Agramonte.

Perguntei pelo marido, e responderam-me que estava a expirar, espumando, como ela, o pulmão a pedaços.

## XXV

– Ó Margarida! Minha irmãzinha! Onde eu te vim topar!

Clamava uma mulher da rua para a janela da enfermaria.

A sentinela aproximou-se da mulher, e disse-lhe:

– É proibido falar para as grades.

– Mas vejo ali minha irmã, que não vi há três anos! – disse ela com as mãos fechadas em postura implorante.

– Não quero saber de contos; retire-se.

Minutos depois subiu a mulher ao escritório da Relação, e pediu licença para falar com sua irmã.

Foi-lhe concedida. E eu esperei.

Desceu da enfermaria Margarida, e recebeu impassível os abraços e clamorosas exclamações da irmã.

As perguntas que esta lhe fazia eram-me ininteligíveis por serem em segredo. O que Margarida respondia serenamente fazia benzer a irmã.

Separaram-se, uma debulhada em lágrimas, a outra serena como descera.

No dia imediato safa eu da cadeia, e vi no pátio a mulher. Acerquei-me dela, e perguntei-lhe por que chorava. Levantou-se, e perguntou-me se eu era dessembargado. Folguei de me ver assim conceituado pela gravidade do meu aspecto; mas tive de me despir do prestígio aos olhos da criatura.

– Vi-a ontem – disse-lhe eu – a conversar com sua irmã Margarida. Por que está ela presa?

– Oh, senhor! – exclamou ela. – Aquilo é fado!

– Mas, se lhe não custa, diga-me como é que vossemecê ignorava que sua irmã estava aqui.

– Pois eu podia lá cuidar que a nossa Margarida estava nos ferros de el-rei!

– Naturalmente fugiu de casa? – adiantei eu para encarreirar a história.

– Foi o pecado, senhor! Minha mãe, Deus lhe perdoe, morreu estarecida, e meu pai não lhe vai longe, e morre de pasmo em sabendo que ela aqui está.

– Ora diga-me: como foi que ela fugiu? Talvez seduzida por algum malvado que a deixou!

– Não foi isso; antes fosse isso, que, enfim, como o outro que diz, umas vezes se cai, outras se ergue a gente.

– Então foi talvez com medo de algum castigo... Conte sem medo o que foi, porque o crime por que sua irmã está condenada sei-o eu.

– Sabe?!

– Sei; é um ano de cadeia que ela há-de cumprir por ter furtado um anel de ouro ao patrão.

A mulher sentou-se de golpe, escondeu no regaço o rosto, e deteve-se em arquejos e soluços.

Quando a vi mais desafogada, instei:

– Descanse, e diga-me o que souber, que há-de ficar mais aliviada em desabafando.

A lavradeira encarou-me com muita atenção, e disse-me:

– Olhe, senhor, esta minha irmã, desde muito menina, pilhava quanto podia em casa, e dava tudo por coisas de nada, que não valiam um chavo galego. Depois, deu lá com uma vizinha, que a aconselhou a roubar os lençóis, as toalhas, a carne dos cevados e os franguinhos. Meu pai dava-lhe a bom dar; mas era o mesmo que nada. Assim que

visse dinheiro, ou tesoura, ou lenço, era uma limpeza em tudo. Meu pai arranjou a ser presa a vizinha, e lá a teve na cadeia de Ponte de Lima até que a levou a breca. Neste entrementes, a nossa Margarida já não roubava, porque não tinha a quem dar as coisas. A gente estava sempre a dar graças ao Senhor por lhe tirar aquela ruim inclinação... Nós, graças a Deus, temos muito e éramos só três; eu, ela e um meu irmãozinho, que quis embarcar para o Brasil, e eu vim despedir, e mais o meu tio do Eirô. Vai senão quando, como eu disse, a rapariga estava outra, que era mesmo um louvar ao Senhor e a sua Mãe Santíssima, que nos fez o milagre, e até à conta disso eu fui à Senhora dos Remédios levar-lhe uma vela de cera, grossa como um fueiro, e minha mãe, Deus lhe fale na alma, também foi de romaria em Bom Jesus do Monte. Ali pelo tempo das castanhas, a minha Margarida foi passar uma temporada até à matança dos cevados, com licença de vossemecê, à Portela do Meio, onde está casada uma tia minha com meu tio João do Ribeirinho, que também já lá está. Logo adiante uns dias, veio onde a nós o tio João e disse a minha mãe que andava em aflições, porque lhe tinham roubado uma caixa de prata, que um homem da Ponte lá tinha empenhada, e mais um dobrão de cinco moedas de ouro, que lá estava também de penhor. Assim que isto ouvimos, deu-me um toque cá dentro, que mesmo parece que me caiu a espinhela, salvo tal lugar. Minha mãe fez-se vermelha como uma laranja e meu pai entrou a tremer, a tremer, a tremer como canas verdes. E vai ao depois, minha mãe pega a chorar, e tirar do interior uns ais que era mesmo um clamor. «Tu que tens, Maria? – disse o tio João. – Parece que estás atrigada! Ó mulher, não chores, que eu graças a Deus, ainda lá tenho uns bezerros que venda para pagar a caixa e mais o dobrão. Tantos diabos levem quem os levou, como de reais valiam os penhores.» – «Credo! Credo!» – disse minha mãe a caminhar daqui para ali, e a dar uns arrancos, e meu pai com as mãos agarradas à cabeça que era mesmo o fim do mundo. E vai ao depois, minha mãe pôs-se em joelhos, e disse à milagrosa imagem do Bom-Jesus: «Meu Senhor Jesus do Monte, levai para vós aquela desgraçadinha, tirai-a deste mundo pelas vossas cinco chagas.» Meu tio João estava assim a modo de aparvalhado sem saber o que vinha a ser aquilo, eis senão quando, meu pai chegou-se a ele, e disse-lhe: «João, quem te roubou foi a nossa Margarida; quem te há-de pagar sou eu; mas manda-ma amanhã para casa.» Então é que meu tio ficou amarelo como cidra, e benzeu-se com ambas as mãos. Foi-se embora, e voltou ao outro dia com a nossa Margarida. Meu pai fechou-se com ela na casa da eira, e deu, deu, deu até não poder mais. A minha desgraçada irmã confessou que tinha roubado a caixa e o dobrão; mas que tinha tudo enterrado no vão de um pinheiro manso que está mesmo na picota do montado do Manuel da Igreja. Foi lá meu pai, a mais ela, e deu com tudo metido na terra, e coberto de calhaus. Ficou assim muito tempo a rapariga sem roubar nada. A gente andava sempre a esconder tudo dela, que era mesmo uma vergonha para os vizinhos, que sabiam tudo. Ai, senhor, o que é fado há-de cumprir-se; como o outro que diz, mais por aqui, mais por ali, quem tem de correr o seu fadário, lá vai bater. Lá na nossa terra há um senhor padre, chamado Amaro, que vai às vezes para Braga, e deixa ficar a chave da casa a meu pai, e leva consigo a moça, que, pelos modos... sim...

– Entendo; faz favor de continuar. O padre Amaro deixava a chave a seu pai...

– É como diz; e vai, uma vez ele foi, e a chave ficou no prego da casa da tulha. Ninguém deu fé dela faltar; mas o Sr. Padre quando veio, mal tinha entrado, pega a barregar que estava roubado. A gente correu lá, e vimos o Sr. Padre Amaro com as mãos agarradas à cabeça, a clamar que lhe tinham roubado dez peças de oito mil réis em ouro, que ele tinha na gaveta da escrivania que estava arrombada. Meu pai salta a correr a casa em cata de Margarida, e não a topa. Vai pelos campos fora e pelo caminho a perguntar por ela; mas ninguém a vira. Andou por lá toda a santa noite, e de Margarida nem rasto. Voltou para casa, e vendeu a égua e uma vitela para pagar as dez

peças. Botou editais na porta da igreja a dizer quem soubesse de sua filha lhe desse parte. Foi o mesmo que nada. Ficámos todos em acreditar que ela se botara a afogar; e minha mãe, tal paixão se lhe meteu no interior, que nunca mais endireitou, até morrer passadinha.

Suspendeu a narrativa, embargada pelos soluços, e continuou depois a mulher:

– Nunca mais soubemos dela; eu até botei luto, e meu pai, quando fez testamento, já lá pôs que tinha só uma filha e um filho. E vai agora, quando eu andava a ver a cadeia por fora, enquanto meu tio Eiró foi comprar uma melancia, dou com a minha Margarida na janela!

Rompeu novamente o pranto a torrentes, e os meus olhos não estavam enxutos.

– Sua irmã – disse-lhe eu – tem a sua sentença quase cumprida. Pode ser que os trabalhos a tenham emendado, e que ela ainda volte a ser uma sua boa irmã, e filha arrependida, digna do perdão de seu pai.

– Oxalá! Mas isso bom é de dizer!... Aquilo é fado, senhor. Se vossemecê ouvisse o que ela ontem me dizia, quando eu estava a chorar...

– Que lhe dizia sua irmã?

– Que não tomava mais para casa, e que havia de roubar enquanto achasse quê.

– E ela disse-lhe por onde passara estes três anos? Um sei eu que o passou na cadeia; mas os outros dois?

– Olhe, senhor, disse-me que andara por ai enquanto lhe duraram as dez peças do Sr. Padre Amaro; depois... contou-me umas vergonhas tamanhas, que eu não tenho cara de as dizer

– Perdeu-se? Fez-se má mulher?

– Ora ai está! Olhe vossemecê para que uma mãe cria uma filha ao seu peito!

Nova e mais ansiada explosão de lágrimas!

– Depois – prossegui eu – foi obrigada a servir para ter de comer?

– Acho que sim.

– E furtou ao patrão o anel, e o patrão entregou-a à justiça.

– Ah! Vossemecê sabe isso?

– Suponho que foi isso.

– Pois é tal e qual.

– Boa criatura, peça muito a Deus que dê a sua irmã uma nova alma, porque a justiça do mundo o que faz é matar a possibilidade da emenda.

A mulher não me entendeu.

Neste comenos chegou o tio Eirô, e subiu com ela as escadas da cadeia para irem falar a Margarida.

À noite cogitei devagar e com tristeza naquela incorrigível criminosa, no seu temperamento, na palavra *crime*, na palavra *castigo*, no livre arbítrio, no direito de castigar aleijões de organização, e lembrou-me de ter visto na *Reforma das Cadeias* do Sr. Dr. Aires de Gouveia, uma página, que então reli, e reza deste teor:

«Se fordes a Windsor Castle e vos meterdes de gorra com os guardas que mostram o castelo, ouvireis que um dos filhos da rainha tem uma irresistível tendência para a rapina: é uma pega humana.»

Mais abaixo:

mesmo que se dava com o filho da soberana inglesa, dá-se também, segundo é voz pública, com o de um ilustre personagem francês.»

E segue:

«Aqui aparece uma criança com inclinação para o furto, ali uma com ela para briga sanguinosa com seus irmãos ou domésticos, acolá outro com propensão para mentiras prejudiciais, além ainda outro com ela para maltratar os animais. Do *nosso rei*

D. Miguel (o *nosso* é coisa particular do Sr. Doutor: é pronome possessivo no plural como usam os escritores de certo tomo. O entre-parênteses é que é meu) se conta que, já mancebo saído da puerícia, se entretinha a maltratar animais, chegando um dia a ser encontrado arrancando as tripas a uma galinha viva com um saca-rolhas.»

Destes e de outros factos infere o Sr. Dr. Aires que a maneira razoável de castigar os erros da organização, estranhos à vontade do delinquente, não é matarem-no, é penitenciarem-no. Quer dizer que lhe não cortem a cabeça; mas que lhe mutilem na vida os órgãos todos, todas as liberdades, que lha possam fazer agradável e suportável: a liberdade de mover-se, de falar, de crer, de amar, de repousar, de trabalhar, segundo sua vocação, a liberdade mesmo de esperar sua reabilitação.

– Devagar! – exclama o professor. – O criminoso reabilita-se!

Não lhe vejo jeito, depois que o Sr. Doutor nos disse:

«O crime não nasce nunca de vontade diretamente esclarecida; não pode nascer. Dimana exclusivamente e inclusivamente da particular natureza complexa do criminoso, da desarmonia congénita ou adquirida dela. *O delicto é uma necessidade; o delinquente é um enfermo.*

Completemos o nosso pensamento: o crime para o criminoso é como a virtude para o virtuoso, a feridade para o tigre, o veneno para a víbora, a poesia para o poeta, resultado da sua natureza, etc.»

Se isto tem siso comum – o que não é de todo o ponto averiguado – não se domestica o tigre, nem se desmpeçonha a víbora, nem se moraliza o criminoso.

Noutro ponto deste livro me socorrerei ainda dos ditames do Sr. Dr. Aires em relanços que careçam de avocar a sibila à trípode.

Voltando a Margarida, eu creio que hão-de matá-la a pedaços nas enxovias, sem lhe incutirem a ferro em brasa uma nova alma. Não me afoito à absurdez de reprovar o castigo, que o mesmo seria pregoar a impunidade do latrocínio. Ignoro mesmo se Deus deixou remédio para os defeitos das suas obras; confesso só que é um blasfemo atrevimento querer-lhas corrigir.

Buscar o remédio no sistema das cadeias consistiria em reclusão penitenciária, segundo aventa a moderna escola.

*Penitenciária!*

Se os crimes são involuntários, como se há-de penitenciar o delinquente? Com que direito racional se lhe escarpela, fibra a fibra, a vida? Como hei-de eu considerar social, humana e justa a lei que demarca um túmulo entre as quatro paredes de um cubículo, a Margarida, que é ladra pela mesma razão que o tigre é feroz, e peçonhenta a víbora, e poeta o poeta?

Abundo nas ideias de um filósofo que disse:

«O Criador conserva o homem e a mulher e o mundo, como eles são, por honra da firma.»



## XXVI

Este nosso Portugal é um país em que nem pode ser-se salteador de fama, de estrondo, de feroz sublimidade! Tudo aqui é pequeno: nem os ladrões chegam à craveira dos ladrões dos outros países! Todas as vocações morrem de garrote; quando se manifestam e apontam a extraordinários destinos. A Calábria é um desprezado retalho do mundo; mas tem dado salteadores de renome. Toda aquela Itália, tão rica, tão fértil de pintores, escultores, maestros, cantores, bailarinas, até em produzir quadrilhas de ladrões a bafejou o seu bom génio! Aí corre um grosso livro intitulado *Salteadores Célebres de Itália*. E ver como debaixo daquele céu está abalizada em alto ponto a graduação das vocações. Tudo grande, tudo magnífico, tudo fadado a viver com os vindouros, e a prelibar os deleites da sua imortalidade. Schiller, Victor Hugo, Charles Nodier, se fada má lhes malfadasse o berço em Portugal, teriam de inventar bandoleiros ilustres, a não quererem ir descrevê-los ao natural nos pináculos da república. Apenas um salteador noviço vinga destramente os primeiros ensaios numa escalada sai a campo o administrador com os cabos, o alferes com o destacamento, o jornalismo com as suas lamúrias em defesa da propriedade, e a vocação do salteador gora-se nas mãos da justiça. Faltava o fio eléctrico para tolher que vinguem os génios espicaçados pelo amor ao dinheiro amuado nas arcas dos proprietários, inimigos de empresas industriais e da circulação monetária, artéria de primeira ordem na prosperidade de um país. Faltava o telégrafo para matar à nascença as iniciativas auspiciosas. Apenas lá das povoações serranas desce à vila ou cidade a nova dum roubo, o arame palpita de horror, e a cara do ladrão é para logo litografada na fantasia de todos os esbirros sertanejos. A civilização é a rasa da igualdade: desadora as distinções; é forçoso que os bandoleiros tenham os mesmos tamanhos, e roubem civilizadamente, urbanamente. Ladrão de encruzilhada, que traz o peito à bala e o bacamarte apontado ao inimigo, esse há-de ser o bode expiatório dos seus confrades, mais alumiados e aquecidos ao sol benéfico da civilização. Roubar industriosamente é engenho; saquear a ferro e fogo é roubo. Os daquela escola tropeçam nas honras, nos títulos, nos joelhos dos servis, que lhes rojam em venal humilhação; os outros, quando escorregam, acham-se encravados nos artigos 343, 349, 87, 433, 351, e mais cento e setenta artigos do Código Penal.

Diz algum tanto como exemplo desta lastimável anomalia a história de José Teixeira da Silva do Telhado, o mais afamado salteador deste século.

Vulto de romance não o tem, porque neste país nem se completam ladrões para o romance. Disse-me uma dama francesa de eminente espírito, que em Portugal era a natureza, o céu e o ar que faziam os romances. Nem isso, minha senhora. Aqui anda A sempre o gume do prosaísmo a podar os rebentões da natureza, mal eles infloram. Frutos de servir para a novela, levantada da comezinha chaneza dum conto à lareira, nem mesmo os deixam amadurar na fama e nas façanhas de um salteador.

Senão, vejam:

José do Telhado nasceu em 1816, na aldeia de Castelões, comarca de Penafiel. Seu pai era o famigerado Joaquim do Telhado, capitão de ladrões, valente como as armas, e raio devastador em franceses que ele matava, porque eram franceses, e porque eram ladrões, posto que, na qualidade de membro da nação espoliada, o Sr. Joaquim chamasse somente a si o que era fazenda nacional. Um tio-avô de José Teixeira, chamado ele o *Sodiano*, já tinha sido salteador de porte, e infestara o Marão durante muitos anos. Se arrepiássemos carreira na linhagem do Sr. José do Telhado, iríamos encontrar-lhe um avoengo em Roma, com uma sabina roubada no colo.

A infância de José Teixeira correu desassinalada de algum facto que pressagiasse

as porvindouras maldades. O pai escondia dos filhos o roubo e a arma homicida. Voltando das excursões demoradas explicava licitamente a ausência, e regalava a família de farta mesa e esquisitas prendas do estrangeiro, cujos direitos ele não pagava decerto, nem as tomadias lhe eram encarregadas pelo fisco.

Tinha José Teixeira uma tia, irmã de sua mãe, casada em Lousada com um francês, hábil no lucrativo mester de castrador..

Este francês tinha uma filha de toda a bizzarria e gentileza, muito estimada, e educada com certos ares de senhora. O primo já de criança a preferia a todas, e dos catorze anos em diante sentiu que o magoava a ausência. Saudoso dela, pediu ao tio que lhe ensinasse o ofício, e o tivesse consigo algum tempo de aprendizagem. O francês anuiu à proposta, e a moça, que adivinhara o segredo, não cabia na pele de contente.

Esteve José Teixeira cinco anos na companhia de sua prima, e desses anos falava ele com lágrimas, quando me contava pueris incidentes, entalhados em sua memória com o buril da paixão. Era a caça o seu emprego nas horas desocupadas; mas, as mais das vezes, o caçador assomava num outeiro, donde avistava a varanda em que sua prima costurava, e aí estava contemplativo nela até que as sombras da noite, baixando da serra, lhe escondiam o lenço branco da prima, que o chamava a repetidos acenos.

Que era isto senão doce poesia, como ela abrolha nas mais bem formadas almas?

Onde estava o instinto de salteador naquele tempo?

Quando ele, ao descer da última quebrada da serra colhia flores silvestres para tocar os cabelos da prima, que bom coração de Gessner, que eflúvios do meigo Florian lhe recendiam no ambiente da vida!

Forçado já pelo amor e pela honra, José Teixeira, aos dezanove anos, pediu sua prima ao pai. Negou-lhe o francês, dizendo que estivera muitos anos a ganhar dote a sua filha para casá-la com lavrador abastado. O moço, amante e honrado, revelou ao tio a culpa, cujo remédio estava no casamento. O francês recebeu a confissão como insulto, e repeliu de si a violentos empurrões o sobrinho. José Teixeira escassamente pôde dizer a sua prima que lhe fosse leal, e o esperasse até ao dia em que ele pudesse desprazar o património.

Foi o moço para Lisboa, e jurou bandeiras no segundo regimento de lanceiros, denominado o da Rainha.

A esbelta figura de José Teixeira era o encanto dos oficiais. Nenhum camarada caía tão airoso na sela, nem meneava mais garboso a lança. O cavalo entendia-lhe o mais ligeiro tremor de pernas, e enfeitava-se orgulhoso do possante e galhardo moço, que lhe embridava os ímpetos, para realçar-lhe as soberbas graças.

Na conhecida revolta dos marechais, em 1837, saiu José Teixeira na comitiva do duque de Saldanha, e mostrou quem era nos combates do Chão da Feira e Ruivães.

«Lá ouvi» – me dizia ele – «a cantiga das primeiras balas, e algumas me queimaram o cabelo, e vinham dizer-me ao ouvido que estivesse sossegado. O barão de Setúbal disse-me uma vez que choviam balas; e eu mostrei-lhe a lança, e disse: cá está o guarda-chuva, meu general; deixe chover!»

Não esqueceu o valente Schwalback o afoito gracejo, quando a derrota lhe desordenava as filas. Como, em remate de luta, tivesse de emigrar para Espanha, o barão de Setúbal levou consigo, como sua ordenança, José do Telhado.

Fez-se a convenção de Chaves, a tempo que o lanceiro recebia carta de sua prima, chamando-o a toda a pressa para se casarem com o consentimento do pai. Requereu o soldado a baixa, e obteve-a do barão de Vilar de Turpim, comandante da terceira divisão militar. Recebeu-o o francês em braços paternos, e dotou a filha com abundantes bens para mediania aldeã.

Ditosos derivaram os primeiros anos deste suspirado enlace. José do Telhado era

querido dos seus vizinhos, porque aos ricos? nada pedia, e aos pobres dava os sobejos da sua renda e do seu trabalho de castrador. O seu primeiro filho era o complemento: daquela conjugal felicidade; e os outros que depois vieram a mais a aumentavam, porque sobrava o pão e o agasalho para todos.

Quem não invejaria José do Telhado há dezoito anos? Quantos, benquistos hoje do mundo e afortunados, olhariam então cobiçosos para o tecto do ditoso casal de Caíde?

José do Telhado, em 1845, levado de sua generosa intrepidez, defendeu, na feira de Penafiel, um vizinho perseguido por muitos. Foi luta grandemente desigual, donde ele saiu moribundo, arrancado de entre os muitos que caíram em roda dele. Venceu a morte, ladeado dos carinhos da esposa, que, com suas próprias mãos, lhe curava os ferimentos, e robustecia o espírito quebrantado pelo desaire.

Seguiu-se a revolução popular de 1846.

A população carecia de um chefe, e rejeitava os ilustres caudilhos, que saíram de suas casas nobres a especular com o braço do povo. Conclamaram à uma José Teixeira, e quase o forçaram a comandá-los.

O chefe, conhecendo-se obscuro de mais para aceitar a responsabilidade e prestígio de cabecilha guerrilheiro, convenceu os seus amigos da precisão de se ajuntarem, sob outro chefe, às legiões populares que confluíam para a cidade heróica.

Entrou José do Telhado ao serviço da Junta na arma de cavalaria. Comprou cavalo, e fardou-se à sua custa a todo o primor. Repartia do seu dinheiro com os camaradas carecidos, e recebia as migalhas do cofre da Junta para valer aos que de sua casa nada tinham.

José Teixeira empenhou-se grandemente para satisfazer o que em parte era capricho, e em parte largueza de alma.

Acompanhou a expedição a Valpaços, e foi dado como ordenança ao Sr. Visconde de Sá da Bandeira. As proezas cometidas nessa temerosa e mal sortida batalha, estão escritas na condecoração da Torre e Espada, que o general por sua própria mão lhe apresilhou na farda. Fora o caso que do cômodo duma ribanceira alguns soldados do regimento traidor apontavam as armas ao general, conturbado pela fumaça das descargas. José Teixeira arranca do cavalo a toda a brida, toma as rédeas do cavalo do general, e obriga-o a saltar um valado. Mal deram o salto, passaram as balas poucas polegadas acima da cabeça de ambos. A este tempo três soldados de cavalaria avançavam desapoderados sobre o visconde de Sá. José Teixeira embarga-lhes a arremetida, e desarma o primeiro de um golpe, fere mortalmente o segundo, e persegue o terceiro, que fugia, até lhe arrancar a vida pelas costas. Quando voltou da facção já o general tinha suspensa a medalha, que o valente recebeu com mais delicadeza que entusiasmo de honras.

Feito o convénio de Gramido, José Teixeira arrancou as divisas de sargento e foi para casa, onde o esperava a saudosa e atribulada mulher com os seus cinco filhos.

Como se disse, a casa estava onerada de dividas, os credores perseguiam-no, e as autoridades, avessas à sua política, esquadriavam disfarces para o aflagirem.

Joaquim do Telhado, irmão de José, mantinha nessa época as tradições de família, saindo à estrada, com um séquito de populares foragidos à perseguição política.

Mal pude estudar o espírito de José Teixeira na penosa passagem de vida honrada para a malta de seu irmão. Averigüei artificiosamente aquela fase de sua alma; mas ele teimava nesta resposta:

– Eu via-me quase pobre, e perseguido pelos credores e pelas autoridades. Pedi às pessoas importantes, que me sacrificaram, o patrocínio necessário para arranjar uma qualquer ocupação fora da minha terra, mas ninguém me atendeu. Contentar-me-ia com

um lugar de guarda do contrato; e, se mo dessem, teria feito muitos serviços, e seria ainda hoje um homem útil e honrado, e teria educado os meus pobres meninos.

José Teixeira nunca proferiu as palavras os *meus pobres meninos*, que se lhe não vidrassem os olhos.

A hoste de Joaquim do Telhado, quando viu a adesão do valente José, nomeou-o chefe, e o irmão submeteu-se.

Estreou-se José Teixeira na noite de 12 de Dezembro de 1849, salteando de surpresa uma casa na freguesia de Macieira, que tinha nomeada de rica em dinheiro velho. O proprietário, Maciel da Costa, foi ferido, e arrastado para confessar onde tinha a saca das peças, ao mesmo tempo que o criado, seu único doméstico, gemia amarrado de mãos para as costas, pedindo a Deus que terminasse depressa o inventário dos haveres de seu amo.

Era valioso o tesouro do lavrador, e a repartição foi equitativa.

Poucos dias depois, tirada a devassa, José Teixeira foi pronunciado com seu irmão, se bem que Joaquim já o estava nos célebres roubos de Canelas do Douro, Margaride e Baião.

A mulher de José Teixeira, quando soube que seu marido estava culpado num crime, que a infeliz nem sequer sonhara, tentou suicidar-se, e matar com ela os filhos. Contiveram-na eles, de todo desamparados pelo pai, que resolveu ir para o Brasil depois da pronúncia.

De feito, embarcou o fugitivo com passaporte na barca *Oliveira* em fins de 1849. Apresentou-se no Rio de Janeiro ao cônsul-geral, dando-se a profissão de carpinteiro. Passou à província do Rio Grande do Sul. Tirou em Porto Alegre passaporte para Santa Catarina. Visou-o em S. José, com destino em Sorocaba, em Março de 1851, e já em Novembro desse mesmo ano assaltava em Portugal a casa do Dr. António Fabrício Lopes Monteiro, de Santa Marinha do Zêzere.

O *Comércio do Porto*, bosquejando uma biografia de José do Telhado, até à data da sua prisão em 1859, escreve que ele «voltou do Brasil, segundo se diz, por ter feito um grande roubo naquele império».

Perguntei ao preso que razão teve para sair do Brasil.

– Saudades de minha mulher e dos meus meninos – respondeu.

– Mas é fama que o senhor fizera lá um grande roubo.

– E mentira. Eu andei por lá dezanove meses tão aflito do coração, que não parava em parte nenhuma. Cuidei de morrer de saudades, e por isso vim, sem já me dar de ser preso e enforcado. O que eu queria era estar perto dos meus meninos, e morrer onde minha mulher me aparecesse à hora da morte.

Agora vão em fileira os crimes de José do Telhado, indicados pelo libelo geral da acusação, depois da sua volta a Portugal.

O assalto do Zêzere, já mencionado, foi infrutuoso por a desesperada tenacidade com que os sitiados se defenderam.

Seguiu-se o vulgarizado assalto de Carrapatelo, à casa de D. Ana Vitória de Abreu e Vasconcelos. Esta senhora estava com visitas, que tinham ido desanojá-la da morte de seu pai, falecido poucos dias antes. Era de noite. Os cães, reclusos em casa, latiam impacientes. Um criado abriu-lhes a porta, e pela abertura recebeu na cabeça um golpe de machado. Penetrou a horda na cozinha, e um dos invasores, para aquietar os gritos do criado, cortou-lhe a voz na garganta com uma bala de pistola. Entraram à saleta onde estavam as espavoridas senhoras, e trouxeram-nas processionalmente à beira do cadáver, observando-lhes que teriam igual destino se fizessem motim, e não entregassem o dinheiro que estava em casa. Entregou a senhora sem hesitação o

dinheiro e valores que tinha, excepto um anel, que José do Telhado urbanamente lhe devolveu, tirando-o da mão de um subordinado. O facto seria galante, se o chefe não dissesse, no mesmo ponto, que José Joaquim de Abreu, o recém-morto pai da senhora, tinha trinta mil cruzados em moeda. A dama ignorava que tal dinheiro houvesse em sua casa, e respondeu que só sabia do que entregara. Foram em seguimento a tal resposta, novamente conduzidas as senhoras ao espectáculo do cadáver, e ajoelharam para receberem a morte.

Neste lance, lembrou-se uma criada que o dinheiro poderia estar no quarto não aberto ainda, desde que o defunto saíra para a cova, e proferiu, em voz alta, a sua conjectura. Ficaram três sentinelas às damas, e José do Telhado entrou no quarto, arrombou as gavetas, e senhoreou-se das sacas do dinheiro. Voltando à cozinha, mandou erguer as moribundas senhoras, conduziu-as à saleta, onde as tinha encontrado, recomendou-lhes que estivessem caladinhas, que eram bonitas, fechou-as por fora, e retirou-se a passo mesurado.

Eram sete os quinhões a repartir do espólio, reputado em quarenta mil cruzados; mas, passados três meses, encontramos a mesma malta no lugar de Paradela, em Celorico de Basto, saqueando a casa de Domingos Gonçalves Camelo. Vê-se que tinham ambições arremessadas! Abundava aí dinheiro de remota herança, que a Sr<sup>a</sup> Maria Francisca, amante da vida, denunciou à quarta ou quinta coronhada, que lhe deram, em igualdade com o marido.

Na noite de 22 de Maio deu José do Telhado batalha campal à tropa, no local denominado *Eira dos Mouros*. O destacamento de infantaria 2 conseguira capturar dois salteadores, e descera com eles a uma estalagem, para descansar. Ai o surpreendeu a horda com o chefe montado em fogosa égua. Chegou ele ao terreiro da estalagem, e exclamou: «Carregai com quartos, rapazes, que está aqui José do Telhado.»

Saiu fora a tropa, e empenhou-se um tiroteio, que rematou pela retirada do destacamento. O chefe sustentou sempre a vanguarda da avançada, fazendo fogo de pistola e clavina.

Estavam os dois salteadores prisioneiros na cavalaria da estalagem: um fugira logo que rompeu o fogo, o outro ficara na impossibilidade de erguer-se sobre as pernas cortadas de balas.

- Vem! – disse o capitão ao salteador ferido.
- Não posso; matem-me, que estou sem pernas.
- Faz o acto de contrição – retrucou o chefe.

O ferido resmoneou o acto de contrição, e a estalajadeira verteu lágrimas piedosas.

José do Telhado estirou-a com uma bofetada, e desfechou contra o peito do camarada, dizendo:

– Acabaram-se-te os teus trabalhos, e os meus estão em começo. Adeus! – O cadáver não podia responder a este saudoso *vale* do seu chefe.

O libelo acusatório diz que José do Telhado furtara uma junta de bois em 1853. Dizia-me o salteador que era esta acusação a maior afronta que podiam fazer-lhe: «Eu! Furtar uns bois!» – exclamava enraivecido. – «Eu, que tantas juntas de bois por ali dei de esmola a caseiros pobres!»

Estavam cortadas todas as avenidas da povoação de José Teixeira pela policia; sem embargo, raríssima era a noite que ele faltava em casa. Quando mais não fosse, beijava os filhos mais novos, tranquilizava a mulher, e ia pernoitar nas lapas conhecidas na serra, ou a casa de dedicados amigos, uns de máxima valia, que o temiam, outros de baixa condição, que lhe exploravam as liberalidades.

Numa dessas noitadas cercou a polícia de Mancelos a casa onde ele dormia. José

do Telhado aquietou os terrores do seu hospedeiro amigo, vestiu-se vagarosamente, abriu uma porta, e assomou no patamar da escada. O regedor gritou ao vê-lo, e chamou àquele ponto as dezenas dos cabos. O salteador voltou-lhes as costas, e saiu por outra porta, que eles tinham desguarnecido; mas, mal contente com a pirraça, voltou à chusma dos sitiantes, e mimoseou-os com dois tiros, um dos quais entrou nas costas do regedor. Depois subiu à serra, e esperou por lá o arraiar da aurora.

Noutra noite, cercou-lhe a tropa a casa, estando ele no primeiro sono. Despertou-o a mulher, e ajudou-o a vestir muito de seu vagar. Caminhou para uma porta transversal, e retrocedeu a ir buscar o relógio esquecido, e a dar ordens ao criado para lhe conduzir de madrugada o cavalo a designado sítio. Abriu uma janela e disse aos soldados:

– Que tal está a noite, rapazes?

Retirou da janela,- e abriu a pequena porta, que defrontava com uma cortinha, para a qual relevava saltar por cima de um quinchoso. Aí estavam postados três soldados. José Teixeira aperrou a clavina de dois canos, e disse:

– Agachem-se que quero saltar. Os dois primeiros que se moverem passo por cima deles mortos.

Os soldados agacharam-se e ele saltou. Já de dentro da cortinha, atirou dois pintos aos soldados, e disse-lhes:

– Tomai- lá para matar o bicho à saúde de José do Telhado.

E foi seu caminho pacífica e detidamente como se andasse espreitando a toupeira no seu meloal. Teria ele tempo de palmilhar um oitavo de légua, quando lhe deram uma descarga.

Ousara o salteador a audácia de entrar em Vila Meã num dia de feira, e deter-se a provar de um vinho que lhe ofereceram. De repente vem para ele um redemoinho de povo armado. José Teixeira sai do terreiro a passo rápido, encontra fora da feira um lavrador bem montado em travada égua, apeia o lavrador, que obedece pasmado e algum tanto apertado pela mão de ferro, cavalga a égua, e diz um adeus de chapéu aos centenaes de homens, que o corriam e apupavam. A meia-légua encontrou um passageiro; apeou-se, entregou-lhe a égua, e disse-lhe: «Pergunte na feira pelo dono desta burra, entregue-lha, e diga-lhe que, se José do Telhado lhe for prestável, não tem mais que mandar.»

Estas investidas assustavam mediocrementemente o contumaz bandido.

Em 24 de Fevereiro de 1859 foi ele visitar com os seus sequazes a Sr<sup>a</sup> D. Ana Ricardina Ferreira Pinto de Carvalho, à sua casa de Senra, no concelho de Felgueiras. Como lá encontrasse uns homens, contra a sua expectativa, enfeixou-os numa corda, e mandou-os estar quietos, como uma gabela de achas. A Sr<sup>a</sup> D. Ana sofreu alguns empurrões, até declarar onde tinha o dinheiro e coisas valiosas, com as quais se despediram, encarregando a dama de desapertar por caridade os jornaleiros que estavam emolhados.

José Teixeira folgava de entremeter incidentes cómicos nas suas assaltadas. A uma dama de Carrapatelo dera ele um beijo na despedida e à mulher do Sr. Camelo perguntara de que lhe servia o dinheiro, se não podia comprar uma cara mais nova e menos feia.

O Sr. Bernardo José Machado, muito conhecido comerciante no Porto, ia um dia para Cerva, sua terra natal, e alcançara, a distância curta do Torrão, um cavaleiro bem posto no seu corpulento cavalo, e acamaradou-se com ele na jornada. Falavam de vários assuntos, e caiu a propósito os perigos de viajar por tais sítios, infestados pelo terrível José do Telhado. O cavaleiro mostrou-se também horrorizado pela hipótese de o encontrarem, e ouviu da boca do Sr. Machado a história dos flagícios do célebre bandido. Apearam numa estalagem, e jantaram o mais lautamente que podia ser. O

cavaleiro mudara de estrada, e despediu-se do Sr. Machado, que lhe ofereceu o seu préstimo. Pediu o comerciante a conta à estalajadeira, e soube que o outro sujeito pagara a despesa. Perguntou o viandante quem era aquele cavalheiro, e a mulher respondeu que era o José do Telhado.

É bem de ver que o Sr. Machado, em vista do panegírico com que o brindara, não foi muito a seguro de o topar adiante com outra cara, ocasionando-lhe um facto novo para realçar a história.

Em Março do mesmo ano, estava o Sr. Padre Albino José Teixeira esmoendo a copiosa ceia refestelado no frouxel da sua poltrona, quando ouviu um grito agudo, vociferado por sua sobrinha Narcisa. Correu à cozinha, e viu um grupo de homens com a menina filada pela gorja. Gritou o padre, e um salteador desfechou com ele; porém, como a escorva resistisse, o ladrão arrancou dum punhal, e correu sobre ele. José Teixeira susteve o ímpeto do covarde, e sacudiu-o a um lado com aspecto ameaçador. Continuou a gritar o padre, e acudiram vizinhos, que retiraram aleijados de ferimentos. No entanto, as caixas e gavetas do padre ficaram disputando o vácuo com a cabeça teológica de seu dono. Consta que fora medrado o saque.

O libelo cerra a meda dos crimes de José do Telhado com a tentativa de evasão para reino estrangeiro sem passaporte.

A morte de José, denominado o *Pequeno*, por antífrase, não vem incluída na acusação.

José Pequeno era agigantado de estatura, e o mais cruel da malta, comandada por José do Telhado.

Custava muito ao chefe refrear-lhe o instinto sanguinário; mas com melindre o fazia, porque o parceiro era o único de quem se ele receava em luta de braço a braço.

Andava José Pequeno cogitando no expediente mais-azado a livrar-se de perseguições, e tentou-o o demónio a atraiçoar os companheiros. Foi a malta surpreendida, estando ausente o denunciante. Comandava a força o destemido Adriano José de Carvalho e Melo, administrador do Marco de Canaveses. Carregou tão brava a policia sobre a chusma de ladrões, que lhes foi remédio a fuga. Aí recebeu José Teixeira uma bala nas costas, a qual, segundo ele diz, o fizera saltar dez passos avante contra sua vontade. A bala produziu-lhe na coluna vertebral um choque eléctrico meramente.

Ao outro dia, José Teixeira teve de evidência que o seu companheiro o denunciara. Ao anoitecer, foi à Lixa, onde pernoitava o traidor, entrou-lhe em casa, e disse-lhe:

– Não te quero matar à traição; previne-te como quiseres, que um de nós há-de morrer aqui.

– Ou ambos! – disse José Pequeno, lançando mão da faca.

– Ou isso! – redarguiu José do Telhado, sacando de uma tesoura. E acrescentou: – Hei-de cortar-te com ela a língua.

À primeira arremetida que se fizeram, apagaram a luz da vela, e arcaram peito a peito. Revolveram-se na escuridade um quarto de hora, rugindo alternadamente injúrias e pragas ferozes. José Teixeira já tinha um braço rasgado; mas José Pequeno expedira o último rugido pela fenda que a tesoura lhe abria na garganta. O chefe ergueu o joelho de sobre o peito do cadáver, quando os dois gumes da tesoura se encontraram ao través da língua que o denunciara.

O homicida apareceu na Lixa ao outro dia, e disse à multidão parada à porta do morto:

– Se não sabem quem matou este traidor aqui o têm.

E passou adiante, obrigando o cavalo a garbosas upas.

Coisa é digna de reparo, que o ministério público não desse querela contra o

assassino. Bem pensada a irregularidade, dá de si que a moral pública, representada pela policia criminal e administrativa, propôs um voto de gratidão ao matador do formidável celerado da Lixa.

José Teixeira deixou com vida muitos traidores, deliberando, afinal, fugir para o Rio de Janeiro. Dois de seus sócios o denunciaram quando ele veio aforrado ao Porto, e se acantou na despensa da mesma barca em que tinha ido para o Brasil, onze anos antes.

Não valeu ao mais cúmplice dos delatores salvo-conduto da denúncia. Foi ele o morgado de \*\*\*, que eu vi preso na cadeia de

Penafiel, moço de vinte e cinco anos donosamente apessoado com belas barbas negras e vestido com jaleca de alamares. Já então estava condenado a degredo por dez anos com trabalhos públicos; e José Teixeira, alguns meses depois, passando para o Marco de Canaveses, onde foi julgado, pernitoou na mesma prisão! Nenhum deles se deitou. Velaram a noite inteira, espiando-se, e esperando cada qual o ataque do outro.

José Teixeira já nesse tempo amolgado pela desgraça, afeito às injúrias e aos desprezos, teria escassamente coragem para a defesa.

Disseram-me que o morgado de \*\*\* morrera na cadeia em Agosto do ano passado.

O pavoroso caudilho de salteadores, encontrado de cócoras sobre três quintais de bolacha, no esconderijo da barca *Oliveira*, foi entregue a dois soldados da Municipal, que o conduziram pacificamente ao Carmo.

Ali amarraram-lhe as mãos, e mandaram-no entre trinta baionetas para a cadeia, ladeadas de cavalaria.

Ridiculíssimo aparato de força para o homem inerme, que se deixara guiar por dois soldados! Não seria maravilha se José Teixeira os tomasse debaixo dos braços e fugisse com eles.

Nos primeiros meses concorriam os curiosos a conhecerem o bandido. O escritório da cadeia era o tablado do espectáculo, em que o carcereiro exhibia o preso, sem lhe avaliar a dor daquele mais ignominioso lance da sua vida.

José Teixeira entrou para a Relação com seiscentos mil réis. Deu largas ao seu antigo prazer de esmolar necessitados, e em volta dele todos o eram. Alimentou e vestiu o parricida Mendes, seu secretário, advogado e particular amigo. As levas de degredados distribuía grandes esmolos; e presos indigentes de outras repartições da Relação acharam sempre nele a ardente caridade que seria a glória e o céu dum justo. Algumas vezes o visitou a mulher no cárcere, e rogava-lhe de mãos erguidas que despendes se menos para ela poder com os rendimentos da mesquinha casa alimentar os filhos. O pai chorava com ela; mas parecia ter adoptado filhos todos os presos famintos e nus.

Afinal, empobreceu. Algum tempo ainda lhe mandou a mulher uma pequena mesada; mas a justiça sequestrara-lhe da casa o bastante para pagamento de custas. Adoeceu a golpeada mãe, quando seus quatro filhos lhe pediram inutilmente pão. O mais velho estava já no Brasil, enviado pelo pai, e prosperamente ocupado no comércio. Este, porém, nascido naquele feliz tempo, naquele ambiente de família honrada, nem respondia às cartas do pai, nem queria ouvir proferir-lhe o nome. José Teixeira dizia que o filho ingrato estava sendo o seu primeiro carrasco.

Cessaram as mesadas e o preso sentiu a fome. Os favorecidos viram nele um preso da sua condição, logo que o sentiram pobre. Pediu ao parricida seis moedas, que lhe emprestara, e o devedor, que lhas não podia pagar, vingou-se denunciando-o como cúmplice numa tentativa de fuga.

As autoridades removeram-no para um quarto de malta, incomunicável e sem luz.



Bramia urros medonhos o infeliz naquela injusta e bárbara flagelação. Deram-lhe ao segundo dia a liberdade de ver a luz. Falei-lhe duma grade próxima, animei-o, e desde aquele dia fiz quanto pude para quebrar os espinhos da sua expiação, que não era a da lei, nem a da caridade.

Chegou a véspera de ser levado ao tribunal do Marco de Canaveses, e não tinha dinheiro para suas despesas de jornada, nem vinte e cinco moedas para pagar a defesa ao Dr. Marcelino de Matos, com quem no princípio se ajustara por cinquenta. Escreveu-lhe esta carta, cujo autógrafo conservo, porque há nele vestígios de lágrimas:

*Dou parte a Vossa Senhoria, que até agora nada pude arranjar. Mandei empenhar a minha roupa. Se alguma coisa arranjar, participarei; se não, mande-me Vossa Senhoria os papéis para eu os entregar ao defensor, que o for por caridade. Etc.*

Marcelino de Matos defendeu gratuitamente o seu cliente. Querer dar-lhe a liberdade era um paradoxo; querer salvá-lo da pena capital era um arrojado. E salvou-o! Não foi o sofisma que embaiou os jurados; foi a sincera e comovida eloquência, que os pungiu a lágrimas. Muitas deviam ser necessárias para lavar tanta nódoa de sangue acusador! Acaso iria o patrono, ladeando os abismos daquele facínora, até o encontrar sentado à beira do berço de seu primeiro filho, reflectindo aos lábios da esposa amada o sorriso da criancinha dormente? Vê-lo-ia no viso do outeiro onde ele ia aos dezoito anos, com imaculada alma, colher as flores para os cabelos negros daquela menina, que ali estava enferma e decrépita nas escadas do tribunal, com a face encostada ao rosto descarnado de seus filhos famintos? Relancearam-lhe no espírito os feitos ilustres daquele réu nos momentos em que, ao relâmpago dos pelouros, ele cuidava ver o caminho da glória e da honra dos valentes?

Marcelino de Matos venceu muito; fez que José do Telhado fosse julgado como réu de uma única morte sem premeditação, e como caluniado na maioria dos roubos arguidos. Fez muito ali, onde estavam as testemunhas, os roubados, os feridos, a multidão que o vira, ou só o vira pelos olhos do seu terror!

José Teixeira foi condenado a degredo perpétuo com trabalhos públicos.

A meio caminho, quando voltava ao antecipado inferno da reclusão incomunicável, encontrou sua mulher, que lhe saiu a despedir-se... para sempre!

Lembrariam eles os anos de sua infância? As alegrias dos primeiros dias em que se amaram? O júbilo doido com que ela lhe escreveu a chamá-lo de Chaves para se casarem? A paz, a probidade, e a fartura de oito anos com os seus cinco meninos asseados, nutridos e quinhoeiros dos contentamentos de seus pais?

Se as lágrimas daquela mulher coaram ao coração do marido, será absurdo dizer que lá geraram remorsos, e os remorsos iriam a Deus numa oração de agonias, oração que, piedosamente cremos, Deus não enjeita?

O condenado sofreu ainda alguns dias de soledade no cárcere. Depois a crueza fatigou-se de esmagar a desgraça, o ónagro compadeceu-se do leão moribundo, e recolheu as ferraduras contundentes. Foi concedido a José do Telhado passear nos corredores, com privação de entrar nos quartos dos presos. Entrava no meu, tremendo do castigo cominativo. Eu aquietava-lhe o susto com aceitar a responsabilidade da transgressão, e o pobre homem já não tinha senão lágrimas para conversar, e um desejo sincero de morrer.

Um dia, quando eu já era livre, foi-lhe intimada imprevista ordem de embarcar paia Lisboa. José Teixeira entroixou a sua pequenina bagagem, desceu a entrar na escolta, estendeu os pulsos às cordas, e pediu a um preso circunstante um vintém de es-

mola para cigarros. E recebeu a esmola mais alegre do que tinha recebido, em Valpaços, uma condecoração por ter salvado a vida ao *Bayard* português <sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os jornais têm contado façanhas de José Teixeira do Telhado contra a negraria. O comércio de África deve-lhe muito, e espera muito mais daquele braço de ferro, e sede de sangue. Os pretos é que pagam os agravos que os brancos lhe fizeram cá. Se José Teixeira for esperto, pode morrer, pelo menos, rei daqueles sítios. (*Nota da segunda edição.*)

## XXVII

Eu tive, há nove anos, um barbeiro na Foz, que era mesmo um D. João de Marana, na alma somente, que no corpo dava a lembrar o fabulista da Frigia, que as mulheres amaram muito.

O Sr. Tomé, sobre ser expansivo, era jactancioso de suas conquistas, que fatuamente me contava. Uma vez me revelou, meio orgulhoso, meio compadecido, tal qual faria um elegante de primeira plana, que uma criada de servir fora despedida por causa dele, e outra espancada pela ama por ter deixado esturrar a calda do arroz – tudo no mesmo dia!

Não pensem, porém, que o Sr. Tomé fosse sempre ditoso naquele seu viver de rosas. As muitas rosas afogam, às vezes, os seus sibaritas, como aconteceu no festim de Heliogábalo.

Quando ele tinha vinte anos, trinta e quatro antes da época em que o conheci, casou com uma treda, que lhe fugiu com um cabo de esquadra. Sofreu muito por espaço de uma semana o Sr. Tomé, e depois fez-se cínico. Nunca vi nada mais parecido com os grandes heróis dos grandes romances, desculpados em sua devassidão pelas injúrias que receberam quando creram e amaram. A história do Sr. Tomé é a de Byron, é a de Werner, é a de Fausto, é a de Anfred Musset, é a de Espronceda, e a de muita gente obscura, que não conta as suas maldades.

Contava já os seus cinquenta e quatro o Sr. Tomé, e tinha ainda na alma basto fel que cuspir à face da sociedade. O demónio sabe que satânico júbilo foi o do energúmeno, sabendo que a cozinheira apanhara por deixar esturrar a calda do arroz, à conta dele! Para maiores represálias estava sedento aquele coração de vitimas, o coração do Sr. Tomé, que era um receptáculo de víboras, uma forja de frechas, onde um sujo cupido, gerado no orco, se aninhara para opróbrio e desgraça das criadas de servir.

– Sr. Tomé! – dizia-lhe eu há nove anos. – Vossemecê não há-de ter bom fim! Perdoe ao mundo a afronta que lhe fez uma mulher, e deixe as outras em paz com a sua inocência, e as cozinheiras com as suas obrigações. Nesse andar, vossemecê, qualquer hora, perde o aprumo do seu lombo, se não for de todo deslombado. Agradeça à fortuna selvagem e estúpida dos felizes chegar a essa idade com a sua cabeça normal; agora perdoe e descanse. A geração nova o irá vingando, se tem sede de vingança.

O Sr. Tomé, ao dia seguinte destas e doutras que tais admonendas, vinha contar-me que endoicera uma fruteira, e trazia debaixo de olho uma vendedeira de pastéis de Santa Clara e manjar branco. Quinze dias passados a fruteira arreperava a dos pastéis, e esta era despedida do serviço das freiras por ter deixado esborrachar alguns manjares no calor da luta.

Era fatal o Sr. Tomé! Noutro país e com algum dinheiro, andaria já em romances, como o Saphy e o Vautrin. Em Portugal, e entalado na esfera de sua arte, morrerá barbeiro obscuro, e terá simplesmente a glória de entrar no inferno com grande cortejo de almas precipitadas lá por ele.

Poucas horas depois que entrei na cadeia recebi um bilhete, que dizia: «Tomé, o barbeiro que o serviu na Foz, pede humildemente a graça de o escanhoar na cadeia.»

– Que venha – disse eu ao portador, cuidando que ele morava dali perto.

Veio, e disse-me:

– Ainda me conhece?

– Está muito acabado, mestre!

– Se lhe parece!... Três anos de ferros!

– De ferros! Pois vossemecê está preso?

- Aqui me trouxeram os meus trabalhos... Afinal acabou-se a sorte!
- Pois que foi, mestre? Algum desafio por causa da rapariga dos pastéis?
- Não, senhor. Eu estou aqui inocente, em minha consciência.
- Coisas de amor, não é verdade?
- Ora! Isso é de ver.

– Conte, Sr. Tomé, conte, que vossemecê tem direito a ser ouvido perante a posteridade.

– Estava eu na Rua da Rainha como oficial de um barbeiro que tinha uma filha de treze anos, bonita como um cravo, e bem feita como uma imagem. Fiz-lhe dois dedos de namoro, e a pequena não andava muito fora da razão. Fui indo, indo, e quando mal me precatei estava apaixonado. Se eu fosse solteiro, palavra de honra que a pedia ao pai; mas um homem casado, quando adrega de apaixonar-se, ou mar, ou terra, como diz o ditado. A paixão é cega. Quando o coração pode mais que a cabeça, meu amiguinho, faz-se muita soma de asneira. Tanto faz dar-lhe, como não: um homem há-de ir com a cara para diante, e mostrar que é homem. Um dia tentou-me o demónio, e eu dei um beijo no rostinho da pequena, e ela pegou a gritar pelo pai, e a dizer que eu lhe dera um abraço. O pai rompe contra mim, dizendo que eu lhe tinha violado a sua filha. Prenderam-me e tiveram-me aqui oito meses, sem me julgarem; e julgaram-me depois para me condenarem a três anos de prisão. Aqui tem a minha triste história!... Esta só a mim acontece! Ainda ontem no *Brás Tisana* li uns versos em que o autor pede um beijo a uma menina, e não me consta que o pai da menina querelasse do poeta. Por um beijo três anos e sete meses de cadeia. Veja o senhor com que consciência os jurados me provaram o crime do beijo.

– Mestre! – exclamei. – A Providência não é mentira. Vossemecê foi castigado por crimes que ainda clamam justiça, e o beijo foi o pretexto de que lançou mão o oculto juiz das consciências. Lembre-se da moça que deixou esturrar a calda de arroz; lembre-se daqueles manjares brancos esborrachados; lembre-se da fruteira que esmagou o melhor melão do gigo. Curve a cabeça penitente, e ofereça as suas dores em desconto de outras maiores que o esperavam nas trevas inferiores, onde há o ranger dos dentes, mas decerto não há navalhas tão ásperas como as suas.

Tomé afiou a navalha na palma da mão, e disse-me:

– Deixe-me sair da cadeia, que eu me desferrarei. Então é que ela há-de ser falada!

Das conversações que tive, no decurso de um ano, com o Sr. Tomé, conclui que nenhuma cozinheira está livre de ser imolada à sua vingança. A injustiça que lhe fizeram foi uma nova enchente de peçonha que há-de forçosamente sair em seduções, raptos, adultérios, violações e impudícias de todo o tamanho.

O Sr. Tomé saiu da cadeia em Novembro do ano passado. Não sei que estragos tem feito, nem quantas vítimas giram penadas em volta daquele astro fatal!

## XXVIII

Paula, rapariga de dezasseis anos, pálida, triste, como a imagem da desgraça, e indiferente às torturas, como as santas, que não sentiam o martírio, entrou um dia no escritório da cadeia entre dois soldados, deu o seu nome e ocupação, e desceu serenamente à enxovia. Vinha arguida de infanticídio. Dezasseis anos! Formosa! Mãe! E infanticida!

– Saiba-me a história dessa rapariga – disse eu a um guarda.

Voltou o guarda passados dias, e disse-me:

– A rapariga não conta nada. Está sentada a um canto da enxovia, com a cara entre os joelhos, e não chora nem fala.

A segunda semana de presa foi levada à enfermaria, onde morreu quinze dias depois.

À cabeceira dela chegara algumas vezes uma voz compassiva, que lhe pedira o segredo da sua morte. Paula não tinha mais que dar em troca dos bens que recebera senão a sua história, que se cifra nisto:

Viera de Vila da Feira servir para uma casa do Porto quando tinha treze anos. Seus amos eram marido e mulher casados recentemente. Tratavam-na menos como serva e muito como amiga. A senhora enfeitava-a de suas roupas usadas. O patrão, a ocultava da esposa, anediava-lhe os cabelos, e gostava de a fazer purpurear com os beijos. Paula era inocente como os anjos antes que os anjos pleitearam igualdade com Deus.

Da inocência dos beijos passou insensivelmente à inocência da desonra, e da desonra à imerecida punição da maternidade.

Não sabia a pobrezinha ainda chorar a sua queda; se soubesse, bastariam as lágrimas a denunciá-la.

Foi o tempo que a descobriu diante da esposa. Caridade para tais ultrajes, perdão para tais inocências, há-de ainda nascer dos anjos a mulher sublimada a tais virtudes.

A esposa interrogou-a. Paula contou uma história tão simples, que azedou em dobro a ama. Era assim: «Estava uma noite costurando, e esperando os senhores, que tinham ido ao teatro. Às dez horas entrou o dono da casa sozinho. Sentou-se à beira dela, beijou-a, falou-lhe uma linguagem nova, e ela ficou em silêncio.» Acabe agora o período o padre Manuel Bernardes, apostólico varão, que me há-de ferrar da pecha de indiscreto: *E ainda que este mesmo silêncio era suficiente resposta para se entender que o empenho neste caso não era seguro, todavia cegou-se a razão: e a mesma razão dita que tomemos aqui a empréstimo o silêncio, de quem ocasionou a ruína*<sup>3</sup>.

Interrogou a dama seu marido. Este respondeu confessando a culpa, fazendo um acto de contrição, com grande penitência de carinhos.

A criada foi expulsa na mesma hora, e a bonança voltou com o esquecimento.

Paula foi procurar a casa de sua mãe; achou-a fechada. Sentou-se no degrau, e esperou.

– Que fazes aí, Paula? – perguntou uma mulher que passava.

– Espero minha mãe.

– A boas horas, menina! Há oito dias que se deu à terra. Vem para minha casa; não chores.

Paula seguiu a amiga de sua mãe, e no dia seguinte foi procurar o abrigo de uma irmã casada num lugar distante.

<sup>3</sup> *Floresta*, lenda da mulher marinha, liv. 1º, p. 403.

A irmã encarou nela de alto a baixo, e disse-lhe:

– Vieste aqui envergonhar-me!? Ainda bem que nossa mãe morreu antes de te ver assim. Filhos bastam-me os meus. Arranja-te lá onde puderes.

Paula voltou sobre seus passos, e pediu numa casa rica de sua terra que a tomassem para criada.

A ilustre dama olhou-a com reparo, perguntou-lhe quantos anos tinha, fez um trejeito de enojo, e disse:

– Não me serves; vai-te embora, e tem juízo se quiseres ter pão.

Tornou Paula ao Porto, e passou numa rua onde estavam mulheres alegres e bem trajadas sentadas em cadeiras, ou debruçadas nas janelas. Uma chamou-a, e disse-lhe palavras de horrível significação. Paula seguiu seu caminho, e gastou os últimos vinténs, porque tinha fome.

Perguntou, na taverna onde comera, se alguém a tomaria por criada.

Mandaram-na a casa duma inculcadeira, que lhe respondeu:

– Passado algum tempo volte, que eu tenho incumbência de uma ama de leite, e se quer cá estar eu a irei sustentando por pouco.

Paula ficou, e começou a vender a sua roupa.

Acaso vira um bom velho da sua terra; chamou-o, e contou-lhe a sua vida. O velho foi para a aldeia, e convenceu a má irmã a dar casa e um caldo a Paula. Foi a moça para casa de sua irmã, onde a esperavam os desprezos e insultos do cunhado. Saiu, humilde e grata à irmã, e foi à casa onde sua mãe morrera, e pediu ao velho que lhe emprestasse o aluguer do cardenho.

Fechou-se dias e noites sem pão nem luz; mas às vezes o caridoso ancião mandava-lhe o jantar, que ela repartia em três.

Uma noite sentiu-se atribulada; estava só; corria de um a outro canto da casinha, impelida pelas guinadas das dores.

Ouviu-a a vizinhança de madrugada, arrombaram a porta, e viram uma criança morta no pavimento térreo, e a um lado, sobre uma enxerga, Paula sem sentidos.

Ergueram o menino, e mostraram umas às outras as moleirinhas do crânio esmagadas.

– Matou o filho a desalmada! – disseram todas.

Chegou a nova ao regedor, e entraram facultativos a examinar a criança, e decidiram que tinha sinais de morte violenta.

Paula ignorava tudo, ou o idiotismo e a febre a deslembrou de tudo.

Saltou da enxerga para a rua num acesso. Era de noite, e andou léguas até ao dia. De madrugada encontraram-na sem alento uns lavradores, e deram-lhe casa, cama, alimentos e socorros da medicina.

Convalesceu Paula, e fez o caminho para o Porto. Procurou uma casa onde servir, e encontrou-a. Estava no fim da primeira semana, quando a prenderam como infanticida.

Já sabem o restante.

E devem também imaginar que o cavalheiro, marido da dama que expulsou Paula, é um moço feliz, que estava ontem no teatro lírico de binóculo posto para um camarote, em que sua mulher lhe mostrava um vestido de senhora muito mais rico e adornado que o seu.

Glória a Deus nas alturas.

## XXIX

Estava na Relação um sujeito conhecido pelo *homem elástico*.

Principiava a vida comercial no Porto, e prometia boa saída, porque era mui azougado para o negócio, ágil, videiro, e propenso a ardis que, mal definidos, giram com o nome de velhacarias.

Este moço, para tirar proveito de tudo, e assim gratificar à Providência os dons que recebera, fez o melhor uso que podia, da sua extrema magreza, introduzindo-se nos armazéns da alfândega por não sei que orifício, incapaz de dar passagem a uma ratazana das grandes.

Não sei se à saída ou à entrada foi preso o moço; o certo é que foi julgado e sentenciado às galés.

Era de esperar que o elastério, aproveitado para entrar na alfândega, lhe continuasse a servir para fugir da cadeia. Da primeira surtida saiu-se prosperamente nas dificuldades aparentemente insuperáveis; quando, porém, o julgariam livre todos, caiu nas mãos das sentinelas. Na segunda tentativa venceu impossíveis, escoando-se por grades onde mal entra a cabeça de um homem. Era intenção sua descer ao saguão da cadeia, e evadir-se ao abrirem-se de manhã as portas de comunicação para o pátio.

A façanha só pode espantar quem conhecer a altura dos quartos de malta ao saguão central, e o nenhum ponto de apoio que sirva de passagem duns andares para outros. O ardente desejo de liberdade não dá garras de ferro ao fugitivo para suspender-se das cornijas, e cair a prumo sobre outras, que apenas formam relevo nas paredes lisas?! Pois resvalou de umas às outras, até poder fazer o salto a coberto do altar. Nesse salto, porém, tão desamparada foi a queda, que o preso desistiu da fuga, atalhado pelas dores. De madrugada foi encontrado no oratório, e reconduzido à enfermaria. Em breves dias removeram-no para Lisboa; mas tão ferido e canceroso da perna, que lha cortaram logo.

Neste estado moveu o moço à compaixão as autoridades fiscais do Limoeiro, e obteve que a sentença de degredo lhe fosse comutada em prisão na cadeia do Porto.

O infeliz impressionara vivamente o Senhor D. Pedro V, na sua segunda visita aos presos. Dobrara ele o joelho único ao rei, pedindo-lhe a liberdade. Sua Majestade mandou tomar nota do nome e da espécie do crime. O perdão não chegou; mas a esperança enquanto lhe não morreu com o rei, deu-lhe dias de alegria, que o fortaleceram para resistir ao desengano.

A maior injustiça que eu ainda vi desenfreada e às soltas na face da terra foi a que prendeu os Srs. Almeida e Manuel Caetano, a propósito de uma tentativa de roubo ao Sr. Lobo da Reboleira.

Vinham aqueles inofensivos cidadãos pelo seu caminho, mansos e quietos, e desprendidos de cobiça. Passaram à porta do capitalista no momento em que o Sr. Lobo escorregava nas escadas íngremes e oleosas de sua casa, gritando que andavam ratoneiros lá dentro. O Sr. Almeida, quando tal ouviu, receou que o tomassem por um dos salteadores, e estugou o passo. O Sr. Manuel Caetano, menos amedrontado das suspeitas, mas temeroso de ser chamado como testemunha, fugiu também. Os vizinhos do Sr. Lobo, vendo fugirem dois homens, e ouvindo os gritos da criada do milionário, correram atrás deles, e, auxiliados pela guarda do Banco, apanharam-nos. São o queixoso e sua criada convidados a reconhecer os ladrões, e não os conhecem. São chamados os vizinhos, que os perseguiram, e asseveram a identidade das pessoas.

Aqui está a história contada pelos presos, únicos, a meu ver, que a podem contar como ela foi.

Mais haverá de oito meses que eles estão esperando que os julguem. Tomou cargo da defesa Marcelino de Matos.

Se o júri provar a inocência destes dois homens, qual é .o artigo da lei que impõe ao ministério público o sacratíssimo dever de os indemnizar?

Devo crer que a mais pungente impressão que recebi no cárcere, foi o Sr. Almeida que ma deu.

Vivia ele num quarto escuro, onde a custo penetravam os olhos de quem passava. Um dia, chegara-lhe a notícia de estar moribunda sua mulher. Trouxera-lhe uma loira filhinha de oito anos. Almeida estava chorando com a menina sobre os joelhos; e ela com as pontas do seu lenço alimpava-lhe as lágrimas, consoante lhe escorregavam na face.

Encostei-me à parede donde não podia ser visto dele, e ouvi-lhe dizer à filha:

– Que será de mim e de teus irmãos se a mãe te morre?

Passados minutos, a menina entrou ao meu quarto, e beijou-me as mãos, com os lábios ainda quentes das lágrimas agradecidas do pai.

Perguntei-lhe que doença tinha a mãe. A menina relanceou os olhos em redor, como receando que o pai a ouvisse, e respondeu-me:

– É fome.

Se Marcelino de Matos lesse esta página, e a tomasse como texto para a sua eloquência de caridade e de lágrimas, bem pode ser que o júri dissesse: «Ainda na suposição de que este pai de famílias, numa hora de impaciente fome, tentasse pedir com ilegal soberania ao milionário algumas migalhas para mulher e filhos, basta-lhe à expiação o sentar-se todas as manhãs dum ano de cárcere na sua enxerga, e perguntar a Deus quem lhe daria o pão do almoço a si e sua família!»

Havia naquele tempo ali um preso, que cumpria sentença por não sei que culpas. Era o meu alfaiate, e óptimo alfaiate, que tinha seus oficiais, locatários da enxovia. Era um pasmar a pontualidade com que os retalhos da fazenda me eram restituídos! Duvido que ela fosse maior num mosteiro de monges beneditinos quando os monges exercitavam os ofícios necessários à ordem.

O quarto dos saraus era o do engenhoso artista, que tinha baralhos e dominó para os presos, e na tábua da mesa entalhados a esmero os nomes dos mais egrégios parceiros. Ali era também o local dos festins, quando algum novo preso entrava. É lá costume aceitar o recém-chegado das mãos do mais graduado um barril, conhecido por nome de *Joaninha*. Este barril há-de vir tantas vezes cheio da taverna, quantas ele for vazio às mãos do preso. São alguns presos exceptuados desta iniciação; mas não aconselho aos exceptuados que aceitem a distinção, podendo remi-la a dinheiro, para se dispensar da formalidade de tomar o pipote. É bom cativar a estima daqueles vizinhos, que de pouco se prendem. Os mais humildes são os maiores desgraçados, quando as consciências ilibadas se não pejam de descer até ao abismo deles. Agradecem-vos a consideração e não abusam dela. Cuidam que os julgais susceptíveis de se reabilitarem para a honra, e, nesse pensar, já a índole lhes vai melhorada, e perde pouco a pouco a sua fereza.

Eu descobri uma porção incorrupta em cada uma das almas que deixei bosquejadas. Abstenho-me de dizer que seria possível restitui-las sanadas à humanidade, porque desadoro utopias, e sinto-me convictamente materialista na perversão de certos indivíduos. Direi, todavia, que o descaridoso gravame que flagela o preso, se uma justiça misericordiosa o não aliviar, a cadeia continuará a ser um como fogo a que se aquilata a extrema maldade do criminoso. Assim, é matar-lhe a alma, se os legisladores crêem na alma. É roubar a Deus o que é de Deus, na hipótese de que o



Criador há-de chamar a si o que deu de sua imagem ao homem, quer este se chame santo, quer demónio.

## XXX

Nos quatro últimos meses que precederam a minha apresentação na cadeia, experimentei o que é esterilidade, paralisia e ceguidão intelectual. Baldaram-se as obstinadas diligências que fiz, em diferentes lugares onde estanciei, acolhido por amigos ou parentes. Solicitara de mim a versão de um drama italiano a Sr<sup>a</sup> Emília das Neves, artista, cujo merecimento obriga todo o escritor que pode quinhoar das suas glórias. Traduzi a primeira cena em Briteiros, na quinta de Francisco Martins. Para mais de três meses andou aquele *tesouro literário* no meu saco-de-noite. Instou a estremada actriz pelo traslado do seu mimoso drama. Arremeti denodado à obra e verti a segunda cena. Andava eu cobrando adiamento para a terceira, quando o Sr. Comissário Régio dos Teatros me fez saber que a tradução fora cometida ao Sr. José da Silva Mendes Leal. Nunca as boas letras ganharam tanto com a inércia dum escritor, empedrado pelo infortúnio!

Já noutro relanço disse que os meus primeiros trabalhos na cadeia foram a tradução do *Ensaio sobre a Arte de Ser Feliz*, de José Droz, e artigos de política, política inocentíssima, política de estilo para o *Nacional*.

Ao terceiro mês de prisão senti-me revigorizado para o trabalho, e com bastante sossego para prender o espírito às transformações da fantasia. Ensaiei-me, como quem começa, pelas leituras aturadas de livros portugueses. Quando a alma fugia das ideias alheias para se infernar nas suas, lá ia a paciente razão arrancá-la, e de lá a vinha chamando com a luz da esperança que parece alimentar-se do mesmo óleo santo, que flameja e arde na lâmpada da religião.

Da leitura passei à escrita. Tracei alguns capítulos do romance *Anos de Prosa*, para a *Revolução de Setembro*, e traduzi uma novela, muito aprazível e consolativa, para o *Comércio do Porto*. Convidado pelo editor Gomes da Fonseca, pus em linguagem a *Fanny* – romance esquisito que só tem os méritos de sua maliciosa voga, popularidade sobremodo significativa do derrancado paladar dos franceses e das francesas. Fez-me triste impressão saber eu que o Sr. Fonseca publicava deslealmente o meu trabalho num *jornal de anúncios*, com não sei que fito ganancioso. Abaixo daquilo não sei onde está o paradeiro dum escritor decaído! Ri primeiro de mim, como quem é de si próprio espectador nas farsas de sua vida; depois ri da benquerença dum jornalista, que fizera do jornal de anúncios a rasa campa da minha reputação, com o romance vertido, por epitáfio.

Escrevi *Revistas do Porto* nos jornais de Lisboa, e parece-me que também escrevi *Revistas de Lisboa* nos jornais do Porto. Era de mais para quem não via nada! Formei parte de uma redacção programática para o *Nacional* que esteve por um cabelo a ombrear com o *Times* em tamanho corpóreo e intelectual. Saíram-lhe os fados esquerdos, e apenas se manteve em igualdade com o seu cofre de pagadoria.

Tomei parte na redacção do *1º de Dezembro*, jornal anti-ibérico, o qual valeria um Nuno Álvares e um Pinto Ribeiro se o iberismo não fosse um fantasma, e os apóstolos da nacionalidade uns terroristas, que já escassamente se aturam, de enfadonhos que são no palco. O jornal calou-se, há dias, deixando acamadas algumas resmas de mau papel e maus artigos, como pirâmide monumental de seu patriotismo. De crer é que não tenham outro padrão os preclaros heróis de 1640.

Escrevi também um epitáfio a pedido dum venerável sacerdote, que me julgou em maré cheia de inspirações fúnebres. Descreveu-me as virtudes do morto em duas horas, pedindo-me que as mencionasse todas, incluindo nas virtudes ter sido grande gramático o defunto. Engenhei uma oitava, que era uma biografia completa. No dia seguinte, veio

o padre buscar sua encomenda, e chorou a jorros, principalmente no verso em que eu dizia que o defunto teria inventado a gramática, se ela não existisse antes dele. - Encareceu-me o poemeto, comparando-o às melhores inspirações de Nicolau Tolentino, e isto era estreme e liso de intenção epigramática.

Depois de outras duas horas de glossas às virtudes aconsoantadas na oitava, o panegirista meteu a mão à algibeira, e estendeu-me o braço na postura desempenada de quem tira do bolso do colete um império.

- Aqui tem para almoçar! - exclamou.

Abriu a palma da mão, que parecia abater debaixo do peso de cinco tostões, e acrescentou:

- O que é bom paga-se bem!

Ora eu, que sempre fui entusiasta admirador dum quadro em que Hipócrates rejeita os tesouros de Artaxerxes, com magnífico gesto de repulsão, remedei exactamente o velho de Cós na atitude escultural.

- Padre! Guarde os seus tesouros! - clamei com ênfase. - Os génios, quando se abrem são gratuitos, como as nuvens que chovem a abundância do céu, e também fazem a lama na terra.

Respeitou o padre a independência da poesia, e foi-se nas boas horas.

Fui igualmente honrado com as remessas de álbuns, cujos donos acharam bonito possuírem uma página datada da cadeia. Poderei apenas nomear um dos cavalheiros que me enviaram o seu álbum, onde eu escrevi algumas linhas que falavam da amargura de minha alma. Se o leitor as lesse contristava-se, e, sendo-me inimigo, indultava-me de seu ódio. Pois o cavalheiro, cujo capricho delicadamente eu servira, aconteceu depois ser um dos sessenta jurados que deviam julgar-me, e um dos doze que me haviam de condenar, se eu o não recusasse, apenas lhe ouvi o nome, tão manifesta fizera ele a sua ruim tenção, apregoando-a nos corredores do tribunal. Creio que era ourives, e apelidava-se Santa Ana o sujeito que eu denominei cavalheiro, por achar que lhe concerta o epíteto. Aí fica uma revelação que há-de acarear-lhe amigos, e satisfação de sua dignidade e lavada consciência, por ventura de quilate igual ao do seu ouro.

Do livro publicado com o título *Doze Casamentos Felizes* escrevi seis ou sete na cadeia. Senti prazer naquelas ficções, e orgulhei-me de ter nelas imaginado a vida como ela podia ser, sem desbarato do divino engenho que bafejou o lodo dos corações. Dediquei o livro ao Sr. António Rodrigues Sampaio, que exercita a virtude da amizade, como se esta de per si abarcasse todos os ditames do Evangelho.

Coordenei em seguida os apontamentos, que me havia dado o falecido António José Coutinho, na novela intitulada *Romance dum Homem Rico*. É o livro a que eu mais quero, e, a meu juízo, o mais tolerável de quantos fiz. Estava a meu lado um coração que eu ia desenhando naquela *Leonor*, da mão da qual eu me deixaria cair no abismo se para cada homem pudessem abrir-se as fauces de dois abismos. Aquele padre, como todos os bons padres dos meus romances - e creio que os fiz sempre bons para andar ao invés da verdade - copiei-o de uma excepção, como outras excepções que o leitor conhece. É um padre António, que vive obscuríssimo numa aldeia chamada Samardã, em Trás-os-Montes, aldeia que Francisco Manuel do Nascimento, lá de Paris, metia a riso, quando queria dar terra a um selvagem, ou a um brasileiro. Para que não me tomem de esguelha o asserto, dou-lhe o exemplo em nota <sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> CONTO

*Saiu da Samardã certo pedreiro  
Faminto de ouro, em busca da fortuna,  
Embarca, vai-se ao Rio, deita às Minas,*

Nesta Samardã passei eu os descuidos e as alegrias da infância, na companhia de minha irmã, que ali casou, e daquele padre António de Azevedo, alma de Deus, missionário fervoroso, que me podia ensinar tanto latim, tanta virtude, e só me ensinou princípios de cantochão, os quais me serviram de muito para as acertadas apreciações que eu fiz depois das primas-donas. Bem se via que eu tinha a prenda. Aquele santo homem ignora que eu escrevo novelas, nem cuida que a humanidade gaste o seu tempo a ler histórias estranhas à salvação. As raras cartas que me envia, são todas a desandar-me deste caminho errado para o do sacerdócio, em que ele me promete cruces e alegrias, penitências e bem-aventuranças. Lá irei quando a sensibilidade, marasmada para as dores de hoje, carecer de mais afiado gume das dores futuras.

O romance escrito em seguimento daquele, foi o *Amor de Perdição*. Desde menino eu ouvia contar a triste história de meu tio paterno, Simão António Botelho. Minha tia, irmã dele, solicitada por minha curiosidade romanescas, estava sempre pronta a repetir o facto, aligado à sua mocidade.

Lembrou-me naturalmente, na cadeia, muitas vezes meu tio, que ali devera estar inscrito no livro das entradas, e no das saídas para o degredo. Folhee os livros desde os de 1800, e achei a notícia com pouca fadiga, e alvoroços de contentamento, como se em minha alçada estivesse adornar-lhe a memória, como recompensa das suas trágicas e afrontosas dores em vida tão breve. Sabia eu que em casa de minha irmã estavam acantoados uns maços de papéis antigos, tendentes a esclarecer a nublosa histeria de meu tio. Pedi aos contemporâneos que o conheceram notícias e miudezas, a fim de entrar de consciência naquele trabalho;

Escrevi o romance em quinze dias, os mais atormentados da minha vida. Tão horrorizada tenho deles a memória, que nunca mais abrirei o *Amor de Perdição*, nem lhe passarei a lima sobre os defeitos nas edições futuras, se é que não saiu tolhiço incorrigível da primeira. Não sei se lá digo que meu tio Simão chorava, e menos sei se o leitor chorou com ele. De mim juro que...

Agora me ia fugindo a alma com a pena para uma necedade, que seria pueril e perdoável, se esta curva, que faço sobre a mesa, me não estivesse admoestando a retomar o prumo vertical em frente da desgraça.

*E lida e fossa, e sua, arranca à terra  
O luzente metal; que o vulgo adora.  
Vem rico à Samardã; vinhas, searas,  
Casas, móveis, baixela compra fofo;  
Brocados veste, vai-se nos domingos  
Españejar à Igreja \*, acompanhado  
De lacaios esbeltos; vem o cura  
Saudá-lo com água benta., etc.*

O brasileiro vai viajar a Paris e

*volta enfadado*

*À sua Samardã...*

exclamando:

*Gabam tal gente  
De polida? Oh! Mal haja quem tal disse!  
Corri casas, palácios, corri ruas,  
Não vi um só, nem grande nem plebeu,  
Que, ao passar, me corteje co chapéu.*

\* Na Samardã não há vinhas, nem igreja, nem cura. Aqui está como são os poetas!

Escrevi na cadeia outro romancinho, motivado por uma história que duas senhoras me haviam, de muito, pedido que pusesse em livro. Era muito para isso a história; mas faleciam ao bom desempenho dela as intenções, que só as masmorras podiam dar-me, sendo que a maior parte do entrecho decorreria naquela cadeia.

Folheei de novo os livros de assentamentos, e achei o nome da senhora, que era a alma golpeada da tragédia, que as suas amigas me disseram.

Aqui é, pois, onde vem a propósito o romance, que releva ser lido, como se algumas sepulturas se abrissem ante o leitor, e os mortos lhe contassem, uns as flagelações, outros os remorsos, com que lá desceram.

Entrem de coração na seguinte página.

## XXXI

## MARTÍRIOS OBSCUROS

Passaram quarenta anos. Memória da mártir nenhuma há aí. Ninguém lhe conhece a sepultura em Santa Marinha de Gaia.

Os algozes passaram também. Pode a indignação ou a piedade falar deles sem temor de criar inimigos – terríveis inimigos os amigos dos celerados poderosos.

E o céu arqueia-se azulado e esplêndido sobre nossas cabeças. A nossos pés tapizam-se verduras de mil esmaltes. Rimos a tudo, quando pequenas contrariedades nos não enfadam.

Onde estão os mártires?

Quem é que sofre?

A nós, se o há, que nos importa o martírio?!

Ontem, hoje e sempre corremos essas ruas, e de nenhuma casa coou um gemido que nos chamasse o ânimo embevecido nos sublimes cálculos de acrescentar uma cifra ao valor que a sociedade nos dá. Os nossos amigos recebem-nos alegres no grémio de suas famílias risonhas e preocupadas no teatro de ontem, e no baile de amanhã.

Homens que eu já vi protegidos à sombra escura do seu plebeísmo, perpassaram por mim, há pouco, levantados em coxins de faetontes, tirados por orcos fumegantes. Outros, os indigentes, que sujavam o formoso quadro da universal alegria, deliu-os da face da terra a esponja da morte. Se há miseráveis, eu não os vejo.

A vida é linda!

Onde estão os mártires?

Era cônsul espanhol no Porto, em 1818, D. Francisco de la Cueva. Aceitem da discrição do autor este apelido, que não é o verdadeiro, mas é o conveniente.

Casara D. Francisco em Vila Nova de Gala com uma senhora de família comerciante, e por paixão casara, como em vulgar se diz, se o casamento é o resultado final de um namoro de seis meses, durante os quais os namorados se conversam seis vezes, e se escrevem todas as semanas, de modo que, na última carta, já mal sabem como variar as frases da primeira.

Isto se chama casamento de paixão.

Chamava-se Adelaide a senhora que tão despatrioticamente se dedicara ao castelhano, devotando-se de coração a um iberismo, o mais fatal de quantos há, se damas portuguesas seguissem o exemplo daquela.

Castigado foi o estrangeirado coração de Adelaide.

Era o cônsul moço, gentil, dado a amar com escândalo criaturas isentas de escrúpulos.

A esposa fora ciosa das rivais imaginárias, quando as não tinha. Convencida, porém, da deslealdade do marido, excedeu o exemplo das mais intolerantes esposas. Já no primeiro ano de casada fugiu à casa marital, e recolheu-se à dos pais. Decorridos meses conciliou-se com o marido, amargurando, já por hábito, a vida do espanhol, sem mesmo justificar as demasias do seu ciúme.

Eram ambos desditosos, como se tivessem casado por ódio, como se o contrato nupcial fosse o despedaçarem-se mutuamente.

Repetiu-se a fuga, e logo depois a reconciliação. Pessoas valiosas tomaram a peito congraçar as duas almas devoradas de impaciência, esperando aquietá-las com o tempo, que a pouco e pouco vai esfriando os ardores do ciúme, e o das deslealdades simultaneamente.

Terceira fuga ainda, por simplíssima causa. Recovaram a Adelaide que seu marido brindara uma dançarina espanhola com um par de castanhetas laçadas de fitas, onde se lia bordado a ouro o seu nome. Era calúnia. De crer é que D. Francisco de la Cueva admirasse os boleros de sua patrícia; mas, que eu saiba, castanhetas não lhe dera nenhuma,

O resultado da intriga foi Adelaide fugir, e atirar-se ao seio maternal, contando entre soluços o horror das castanhetas, que tão graciosas já foram aos olhos de um pontífice!

Desta feita anojou-se D. Francisco, a ponto de pedir licença ao seu governo, e retirar-se temporariamente para Madrid. Deu vasto brejo à calúnia para espojar-se semelhante passo. A sociedade, conhecedora do facto, deu razão à esposa, confirmando os amores com a dançarina sobre o acaso de ela sair do teatro, cumprida sua escritura, e seguir a Madrid, onde tinha os pais.

Finda a licença voltou o cônsul para o Porto, e viu que o recebiam de má sombra as famílias suas conhecidas e de sua mulher, sendo que algumas pessoas de alto porte o ameaçavam da perda do consulado. Forçado pelo medo, solicitou pazes com Adelaide, e aceitou as forcas caudinas de ir ele mesmo requestar-lhe a condescendência à casa paterna.

Voltou Adelaide.

A sociedade, esquisita em seus juízos, começou a rir da comédia; e o espanhol continuou a rir dos deveres conjugais; e a esposa traída lembrou as costumadas invectivas com que se ia mal pagando da perfídia.

Acontecera orfanar-se uma menina pobre, bem educada, prima de Adelaide. Os parentes, cuidando que a solidão de Adelaide lhe era causa a cismar no seu mal recompensado amor de esposa, lembravam-se de aconselhá-la a aceitar em casa a prima pobre, que lhe seria excelente companheira, e doce contentamento de acção caridosa.

Anuiu Adelaide; e o cônsul, na esperança de amaciar assim as asperezas da consorte, condescendeu sem resistência.

Tinha uns dezanove anos formosíssimos Delfina. Se olhos e cabelos negrejassem menos, tomá-la-íeis por fina beleza de Inglaterra, tão de cetim era a pele e o melindre das feições. Contra o engano de quem lhe inglesasse a beleza, protestava a correcção de todas as formas, realçando a primor a dos pés e mãos, porções essenciais da mulher que só atinge o belo, quando vem amoldada nas formas perpetuadas por Milo ou Rafael.

Neste composto de beldades faltava o ar, o movimento, o clarão da alegria. Era melancólica Delfina como alma contínuo alanceada por presságio acerbo. Dava a pensar que o anjo de seu destino lhe estava sempre segredando fatalidades decretadas no céu.

Diziam que eram saudades de pai e mãe as lágrimas dela. Delfina já se escondia para chorar, temerosa do bálsamo que vem agro como fel, quando a chaga é outra.

Já Adelaide dizia que a convivência da prima, em vez de adoçar, lhe exasperava as amarguras. Ora D. Francisco simpatizava com a tristeza de Delfina; mas escassamente a confortava, receoso do escrutar dos alhos da mulher. O que ele podia fazer, sem incutir suspeitas, era lisonjeá-la com quantos indirectos cuidados o coração lhe sugeria.

O coração?!

Era o coração; espantem-se, mas creiam. O espanhol amava-a, porque era linda, porque era meiga, porque era pobre, porque era humilde, porque era virtuosa, porque ajuntava à formosura a desgraça, a desgraça à pureza, e a pureza às lágrimas.

Amava-a ainda mais, porque não dizia, porque nunca pudera dizer-lhe que a amava.

Algumas vezes a prevenida esposa o surpreendeu, contemplando a prima. E o

marido, conturbado pelos olhares da mulher, que eram flechas, mais se denunciava. O homem que ama é um tolo sublime.

Só de ânimo frio a gente sabe furtar-se a olhos de mulher ciosa. É o amor uma criança, que nos faz crianças em todas as idades. Uma sexagenária apaixonada arrepiava a carreira através de quarenta primaveras, e volve aos seus vinte anos, e chega a purpurear-se como rosa, quando lhe tocam, de propósito ou de acaso, a fibra sensível remoçada. Homem de quarenta anos, devastado, encanecido, laureado por cem conquistas ou cem tolices – que diz o mesmo – se acerta de amar deveras, e inflamar-se, como lampeja a luz em finais clarões, torna-se menino, tem os sobressaltos de um galã, as ridiculezas da mocidade, e tudo o mais que vem em prova de que o amor, salvas as legítimas consequências do matrimónio, nunca pode ser acto sério, por mais sério que se nos ele encampe no romance e na tragédia.

Logo que Adelaide desconfiou das deferências do marido a sua prima, não havia que esperar milagres de prudência daquela afogueada alma. Saíram logo em balão as indelicadezas, grosserias, e desprezos contra a órfã.

Sofria paciente Delfina os maus gestos da benfeitora, não sabendo a que atribuí-los. Presumia que eram azedumes com o marido, e precisão de desabafar.

Um dia disse Adelaide à sua hóspeda:

– Meu marido tem-te dito algumas palavras, que eu não saiba?

– Não, prima! – respondeu a órfã. – Que me há-de ele ter dito que tu não ouvisses?

– Eu sei!... Meu marido é um doido, e tu és galantinha, Delfina... Que mais é necessário?

– Não entendo, prima... Que tem que eu seja bonita?

– Ora! Não te faças criança! – replicou Adelaide risonha. – Tens vinte anos, e estás farta de saber que meu marido gosta de ti, como todo o homem que tem olhos.

– E tu queres que teu marido não seja meu amigo? O que eu continuamente peço a Deus é que ele e tu sejam amigos para se não enfadarem de me ter em sua companhia, e me darem o abrigo que meus pais me não deixaram. O primo D. Francisco nunca me disse senão o que tu tens ouvido, prima! Uma vez pergunta-me a causa de minha tristeza; outras diz-me que vá contigo ao teatro, e passar as noites a casa de nossos parentes e relações. Bem sabes as minhas respostas. Vivo triste, porque é este o meu génio, e não por sentir o peso da dependência que o teu bom coração me faz suave. Deixo de ir ao teatro e às visitas por ver que a minha companhia te não é precisa. Se o fosse, iria, Adelaide; mas se me deixas ficar no meu quarto a trabalhar, ou ler, dás-me os raros prazeres que o meu triste génio me concede.

– Mas – atalhou Adelaide – o D. Francisco nunca te falou às escondidas de mim?

– Nunca.

– E uma noite que ele veio do teatro a casa ficando eu lá...

– Nem o vi. Perguntei à criada quem tocara a campainha, e ela disse-me que o primo viera ao escritório buscar uns papéis.

– Acredito-te, que já a criada me disse o mesmo.

– E é necessário que a criada to dissesse para me acreditares, prima?

– Não... isto é um modo de falar – disse Adelaide, sem perturbar-se com a censura humilde à sua desconfiança, e prosseguiu sempre aferroada pelo seu demónio do ciúme: – Se ele alguma vez te disser alguma coisa, contas-me?

– Contarei, prima.

– E se te escrever?

– Se me escrever!? Para que há-de ele escrever-me?!

– A dizer-te que te ama... Olha que inocência.



– Estás doida, Adelaide!

– Não estou, não; já te disse que D. Francisco é um perdido com mulheres, e tu mesma, sem querer, és capaz de lhe enlouquecer a cabeça.

Delfina meditou alguns momentos, e disse:

– Nunca pensei em tal, prima... Parece-me sonho o que me estás dizendo! Bem sabes que eu pouco sei do mundo. Vivi na aldeia desde que meu pai morreu. Passei oito anos a conversar com minha mãe, que só me falava da falta de meu pai, e do triste futuro que me esperava, se algum parente me não acudisse com recursos para eu entrar num convento. Principio a abrir os olhos i agora para ver que são possíveis coisas horrorosas que minha boa mãe me não disse, porque talvez as não soubesse. Disseste que me não fingisse criança, porque já tenho vinte anos. Tens razão... É preciso adivinhar tudo aos vinte anos. Agora sei que posso ser amada por teu marido, e posso ter a má condição de vir causar-te maiores desgostos, em paga dos benefícios que me tens feito.

– Não disse tal... – atalhou Adelaide. – Conheço meu marido, e adivinho-lhe os pensamentos. Creio que serás sempre digna da minha confiança e amizade; e por isso te peço que me digas o que eu não puder adivinhar. A minha ideia, priminha, é salvar-te de alguma grande desgraça, e poupar-me a um desgosto, que me havia de matar, se eu soubesse que tu, por inocência ou por amor, lhe alimentavas a paixão. Não vás tu cuidar que são infundadas as minhas suspeitas. Já agora hei-de justificar-me. Um destes dias meu marido disse ao criado que lhe fosse lançar a correspondência ao correio. O criado pegou nas cartas e pousou-as sobre aquela mesa enquanto acabava de sacudir os tapetes. Reparei no sobrescrito de todas, e vi uma dirigida a um espanhol, amigo Intimo dele,, que já o tem cá vindo visitar. Não sei porquê, tive o pressentimento de que naquela carta se falava de ti, porque, demais a mais, sabia eu que D. Francisco não tinha segredos para o tal sujeito. Guardei a carta sem o criado dar fé! Abri-a..., e não me enganei... Espera um pouco, que eu vou buscá-la.

Enquanto Adelaide foi, Delfina amparou a face entre as mãos, e reteve a custo as lágrimas.

– Ei-la aqui! – disse Adelaide. – Eu leio-ta, que está escrita em espanhol.

E leu:

*Não te falei ainda dum anjo do céu que alumia a escuridade da minha vida íntima. E uma prima de Adelaide, órfã, que se acolheu em minha casa, guiada pela Providência, que se compadece de mim... Tu nunca viste mais formosa mulher em Sevilha, em Granada, no Aranjuez, na Porta-del-Sol! Os olhos lhe bastariam para a fazerem rainha do universo pela beleza,- mas são tantos os encantos, que difícil é designar qual deles lhe dá a soberania! Ajunta a esta excelência de formas a mais bela alma que possa imaginar um santo; a humildade, que a diviniza,- a melancolia, que a faz parecer anjo desterrado a esperar o chamamento de Deus!... Vê se podes conceber agora com que paixão adoro esta singular criatura! A voz me treme se lhe falo; mas ela é pura,- nunca seus olhos viram noutros a paixão; nunca seus ouvidos ouviram expressões de amor, nem sabe quando o trémulo da voz e o silêncio do respeito significam amor que emudece, e que muitas vezes (e esta será uma delas!) depressa vai da mudez do respeito à mudez da campa! Delfina é o nome da fada da minha existência!... Porque vi eu esta mulher? Que tremendo instrumento de expiação me é ela nas mãos de Deus? Que significa esta tortura diante do infernal IMPOSSÍVEL da nossa situação? Impossível decerto, ó meu amigo! Que te direi amanhã de mim? Não sei*

*Ante meus olhos há tormentos nublosos, cuja duração não sei antever. A desgraça é inevitável; qualquer que seja a saída desta funesta paixão. Aconselhares-me? Para quê? Seria inútil. O coração perde-me: não sei o que é salvar-se honra e dever nesta infernal luta. Fugir-lhe? Não posso, meu amigo... A morte que venha decidir do meu destino!*

– Aqui tens, prima, a carta de meu marido – continuou Adelaide, dobrando vagarosamente o papel. – Tu me dirás agora se é despropósito perguntar-te eu se meu marido nunca teve contigo alguma conversação de que a tua inocência não suspeitou o que eu saberia esclarecer-te...

– Já te disse que eu nunca falei com o Sr. D. Francisco na tua ausência. Eu não tenho a menor culpa dessa carta.

– Também assim o penso; mas noto que a ouviste serenamente, prima! Parece-me que semelhante carta devia afligir-te!

– Eu só me aflijo com as desgraças irremediáveis. Só a minha situação, o meu desgraçado futuro me arrancam lágrimas. O que a ti te desgosta não pode ser-me agradável, prima; mas, razões para afligir-me nunca Deus mas dê maiores. O meu dever, Adelaide, é remediar desgostos maiores que por minha causa possam sobrevir. Desde que fiquei sem mãe o meu pensamento foi entrar num convento, a não poder entrar na sepultura dela. Desgraçadamente o espólio de meus pais era insuficiente para as despesas. Pedi aos meus parentes ricos uma mesada de esmola, e só consegui que a tua caridade me abrisse os braços, que muito foi. Cuidaste que fazias uma boa acção, e saiu-te dela um desgosto. Não te aflijas, minha prima; a carta de teu marido nada importa. A minha ausência vai sarar o mal, que bom remédio tem. Lugar de criada não há-de faltar num convento do Porto ou da província. Tu podes com as tuas amizades obter-me este refúgio. Consegue-o sem dizer nada aos nossos parentes. Não vamos envergonhar pessoas ricas, que me deixariam morrer de fome, contanto que se não soubesse que eu era sua parente...

Chorava Delfina em tanto aperto, que não pôde continuar; e, como ouviu os passos de D. Francisco, foi de corrida para o seu quarto.

Conjecturou o espanhol do rosto de sua mulher alguma cena extraordinária.

– Não estava contigo a prima? – disse ele.

– Estava. Queres que a chame? – respondeu com desabrimento irónico.

– Não, menina. Admirei que ela se retirasse à minha chegada!

– Quem te disse que ela se retirou?

– Ouvi-lhe eu os passos.

– Como trazes os ouvidos apontados aos passos dela!

– Forte admiração! Não é preciso apontar os ouvidos para ouvir passos a pouca distância dos meus.

– Será isso... será... – disse, soltando uma risada seca e áspera.

– Esse riso que quer dizer? – perguntou o cônsul mal encarado.

– Quer dizer que me estou rindo da tua inocência.

– Fazes bem, que eu também me rio da tua parvoíce.

– Isso é que não, meu amigo. Da minha parvoíce é que nunca te rirás, apesar da tua muita velhacaria. Eu leio-te na alma.

– És esperta!

– A tua consciência o diz... E tu, que não sabes enganar-me, que és? Tolo.

– Modera-te!

– Mais ainda?! Se soubesses que provas te estou dando da minha moderação!

– Excelentes! Ninguém as daria mais tocantes! À quinta vez que fugires de casa és

canonizada por merecimento da tua angélica paciência...

- Basta de ironias! Se zombas de mim temos que ver!
- É melhor não ver nada. Boas-noites.
- Boas noites.

Que cordial palestra! Era dois rolos gemebundos, que se tinham casado por paixão!

No dia seguinte, a horas de almoço, Delfina faltou à mesa, e Adelaide, como indiferente à falta, não mandou chamá-la.

- Tua prima não almoça? – disse o espanhol.
- Não sei.
- Mas é um dever perguntar-lho.
- Já não há deveres.
- O quê? Já não há deveres?!
- Não, desde que deste o exemplo desprezador dos mais sagrados.
- Não percebo.
- Percebo eu, e basta.

– Quero explicações! – tornou D. Francisco, levantando-se de golpe e deixando cair a chávena da mão trémula.

– Modera-te. As explicações são piores que o silêncio. Almoça. Tens aqui outra chávena. E a da prima Delfina. Decerto não te repugna tomares chá por esta xícara.

O cônsul retirou-se da saleta, e, esporeado pela cólera, saiu de casa.

Adelaide foi levar a sua prima o almoço, e encontrou-a costurando sobre um estofo, húmido de lágrimas.

– Almoça, Delfina.

– Desculpa-me, prima, que eu não posso... Estás resolvida a fazer-me a esmola que eu te pedi? Arranjas-me lugar de criada num convento? Lembra-me as recolhidas de S. Lázaro. Não poderás tu obter que eu lá entre como mestra de primeiras letras e costura? Eu sei marcar e bordar. Sirvo pelo sustento, se me lá quiserem. Com pouco trabalho, livre das horas obrigadas, ganharei com que me viste.

– Pensaremos nisso... Descansa, que eu faço-te justiça.

– Bem sei; mas eu sou aqui muito infeliz, e tenho direito a implorar esta graça da tua bondade. Não spaces a tua resolução. Se puder ser amanhã, poupas-me um dia de suplicio.

– Pois eu mortifico-te, prima?

– Muito. Enquanto eu aqui estiver não haverá instante de paz entre ti e teu marido. Desculpo-te, Adelaide. Eu seria o mesmo na tua posição, se tu estivesses na minha.

– Se assim queres, irás para um convento como senhora, e não como criada.

– Antes como criada. Se posso entrar sem incomodar parentes, deixa-me ir com a independência que pode dar-me o trabalho. Isto não é soberba, prima; Deus sabe que não é. Ser senhora ou ser criada bem sei que são coisas muito distintas ao parecer do mundo; mas eu sou insensível aos juízos do mundo. Tanto se me dá que me respeitem a posição de senhora, como ser humilhada por estar ao serviço alheio. Acho prazer em ganhar a minha vida. Daqui a dias ninguém falará de mim; os nossos próprios parentes, cada um em sua consciência, me achará nobre de proceder, embora esta minha nobreza não sirva para eles alardearem. Isto é o que eu sei da sociedade e do coração humano, porque minha mãe mo dizia, farta de o saber e experimentar em dez anos de infortúnio, que seguiram a falência de meu pai. Se a gente é a mesma de há dez anos, eu devo esperar que os meus parentes sejam os de minha mãe.

– De mim – interrompeu Adelaide – certamente não tens razão de queixa.

– Nenhuma, prima, e perdoa-me se te não exceptuei.

– A prova de que te sou sincera amiga é não poder eu consentir que vás ser criada num convento.

– Essa prova quisera eu aceitá-la no valor que lhe dás; mas deixa-me ser, minha única amiga, o que posso dignamente ser.

D. Francisco fora sincero na carta ao amigo. Pensava ele que sua primeira paixão era aquela. O que eu posso afirmar é que era a última na escala das datas. Agora, se nenhuma outra lhe desvariou o juízo, isso oferece dúvidas. Estou em crer que a mais funesta paixão da sua vida foi a que lhe embaciou os olhos da razão até à catarata de não ver a índole de Adelaide. Enquanto a mim, o espanhol inflamava-se por todas as mulheres amáveis; mas uma só respeitara, se respeito deva chamar-se o acanhamento que senhoreia o homem na presença da mulher que o endoidece.

As avançadas ciosas da esposa exasperaram grandemente aquele sentir, que poderia conservar-se mais ou menos puro no silêncio e na serenidade. Pode ser que o afecto pecaminoso deixado a si se legitimasse pela amizade sem nódoa, e pelos honestos desejos que por vezes subtilizam o amor até o sublimarem aos enlevos do amor divino. Muito haverá quem ria destas conjecturas, que muito há quem supra com a mofa a míngua de sentimentos delicados. Para o nosso caso nada monta o riso. O leitor zombe das minhas ingenuidades de menino velho, que eu, sejam quais forem as desgraças provindouras neste bosquejo dum magnífico e sentimental romance, teimarei sempre em dizer que as mais delirosas paixões desfecham em afectos brandos, se o excitação das contrariedades as dessempecem de florescer e ficar sempre em flor e aromas que não ofendem o olfacto da sociedade.

D. Francisco, se bem que nas veias lhe girasse sangue árabe, sangue que escalda e enfurece a grandes pecados – dos quais Deus toma contas à alma e não ao sangue –, parece-me que devia ser, pouco mais ou menos, o que são todos os homens, aqueles mesmos que se me afiguram ter orchata, e não sangue nas veias. Se Adelaide procedesse paciente, discreta e tolerante como a minha leitora certamente procederia, o resultado era estiar em ideal e silencioso arroubamento a paixão do marido. Delfina, cõscia ou inconsciente do amor de seu primo, manteria sempre sua dignidade, ou o seu anjo da guarda lha manteria, conquanto eu não seja dos mais crédulos em anjos da guarda, em razão da sua pouquíssima vigilância ou facilidade na derrota. Afinal, o espanhol viria a ser um mero e extremoso amigo de Delfina; e quem sabe mesmo se, por amor dela, se faria a conversão do homem naquele mandamento, que sua mulher, por novo teor apostólico, lhe queria insinuar na alma depravada, à força de maus tratos e escandalosas fugidas!

Depravada e condenada estava aquela alma de espanhol a suplícios deste social inferno, em que não falaram as religiões, e a filosofia racional nos está mostrando a cada hora do dia e da noite em que paramos a contemplar o prémio da virtude e o castigo do vício.

A Inquisição quisera queimar-te, ó Bocage, porque disseste:

*É castigo do vício o próprio vício*

Teremos sermão com seus embrechados de heresia? Não se apavorem das longitudes das minhas divagações. Eu já sei onde está o defeito dos meus escritos. O leitor quer a história desenfronhada de refohudas glossas. Há-de tê-la.

Voltando o cõsul à hora de jantar, não viu Delfina. Sentou-se à mesa Adelaide, e esperou que o marido a servisse. D. Francisco de la Cueva cruzou os braços, e fitou os olhos na terrina, como quem se extasiava na paisagem sobre pó-de-pedra.

– Então?! – disse Adelaide.

– Que é?

– Come-se ou joga-se aos sisudos?

– Coma, se quer; eu dispenso que teimem comigo em minha casa.

– Também eu – disse Adelaide, servindo-se de sopa, que deglutiu o mais desentaladamente que imaginar-se pode.

D. Francisco encarou na mulher, e disse:

– Onde está essa sua desgraçada prima?

– No seu quarto.

– Por que não vem jantar? Por que não veio ontem ao chá, nem almoçou hoje?

– Não quis.

– E tem comido no seu quarto?

– É natural; sem comer não se vive.

– Mas a razão de não vir qual é?

– Pergunte-lho.

– E o que vou fazer – disse o espanhol, erguendo-se e caminhando em direitura ao quarto de Delfina.

Ergueu-se Adelaide impetuosamente, e segurou-o pelo braço, exclamando:

– Alto! No quarto de uma senhora não entram homens!

– Largue-me, que eu vou mandá-la chamar à sala. Dispenso e desprezo as suas lições de delicadeza... Estudei-a nos salões de Madrid e não nos armazéns de Vila Nova. Deixe-me!

– Diz-me isso em tom ameaçador! – replicou Adelaide, soltando-o e recuando.

– Não sei como lho digo... Preciso saber que misteriosa intriga se passa em minha casa. Sua prima há-de dizer-me que ofensas lhe fiz, que motivo lhe dei para que ela me fuja.

– Se tem muito interesse nisso, eu lho direi, senhor!

– Diga-o já.

– Desça ao seu escritório, que eu lá vou ter.

Desceu D. Francisco, e a mulher seguiu-o.

Ficou ele em pé, com os braços cruzados, esperando que Adelaide falasse; e, como ela se detivesse mais do que a sua impaciência consentia, exclamou:

– Fala?

– Falo! – bradou ela com subitânea cólera. – Esta carta falará por mim!

E, dizendo isto, tirou do seio a carta que o leitor conhece.

– Carta! – exclamou o castelhano.

– Sim! A carta em que o senhor confessa a sua deslealdade, sua desonra e seus malvados intentos!

– Deixe ver... – bradou ele, lançando mão à carta, que Adelaide retraiu. – Deixe ver essa carta!

– Quer rasgá-la! Quer tirar-me esta prova do seu crime? Não lha dou! Não sou tola! Desta vez tenho provas, que até hoje minha família me pedia, e eu só pudera dar-lhas em lágrimas. Veja-a de longe; reconheça-a; e envergonhe-se, se não tem remorsos de ultrajar-me assim, e calcar aos pés os sagrados deveres da hospitalidade.

D. Francisco, tremendo de raiva, com os dedos ora recurvos, ora fechados em ameaça, cresceu sobre a mulher, que lhe fugia já enfiada de medo. Seguiu-a escada acima, e segurou-a pelas saias, tirando por ela com tamanho ímpeto, que a fez cair desamparada no patamar do escritório. Depois quase a rojo a levou para dentro, e fechou a porta à chave. Adelaide gritava quando o marido lhe apertava os pulsos, e de entre os dedos roxos da pressão lhe arrancava a carta a pedaços.

– És mulher muito infame! – bradou ele. – És a mais odiosa serpente que o inferno lançou a este mundo! A minha vingança era arrancar-te esse coração diabólico.

Adelaide redobrava a gritaria, e arquejava sobre um canapé, para onde a arremessaram os braços convulsivos do espanhol.

Acudiu Delfina aos brados, batendo à porta do escritório, e chamando ansiadamente a prima.

Caíra Adelaide em síncope. D. Francisco, porventura arrependido do excesso de sua cólera, contemplava o rosto contuso da esposa, e ouvia o falatório de pessoas que se agruparam à porta da rua, atraídas pelos brados. Delfina, no entanto, chamava mais aflita a prima, empuxando a porta com desesperado esforço. O cônsul abriu a porta, deu passagem a Delfina, e saiu de casa.

Tomou a órfã sua prima nos braços, exclamando:

– Isto que foi, Adelaide?! Teu marido bateu-te? Fala, minha querida prima, pelo divino amor de Deus!

Adelaide estremeceu, fitou nela os olhos, repeliu-a desabridamente, e vociferou:

– Larga-me, demónio, que és a causa da minha desgraça!

– Eu!... – disse soluçante Delfina. – Eu a causa da tua desgraça!... Que mal te fiz?!

– Deixa-me, que fui sovada aos pés do teu amante! Sou miserável aos meus próprios olhos, e devo já valer muito pouco aos teus. O infame queria matar-me para te dar a ti o que eu hei-de disputar até à última gota do meu sangue. São os meus direitos!

– continuou, saltando para o meio da casa, e ferindo o chão com o pé, e a escrivanhinha a murros fechados. – São os meus direitos que eu defendo, e nem à força do punhal hei-de ceder-tos a ti!

– A mim!? Pois eu que te peço, prima? Que injusta tu és com esta desgraçada!... Torna à tua razão, Adelaide! Lembra-te que ainda há momentos tu me disseste que eu era inocente nos desgostos que te causo.

– Não sei o que és – bradou em crescente fúria a dama, que de relance vira no espelho a cara macerada. – Não sei o que és; sei que estou ferida, pisada, e ensanguentada por tua causa! Foi Satanás que te trouxe aqui!

– Pois Deus me levará; não te consumas; por caridade te rogo que me perdoes... que eu mesmo agora vou sair de tua casa.

– Vais procurá-lo?

– Procurar a quem?

– Ao teu amante... ao homem que me arrastou e calcou aos pés!

– Vou procurar o trabalho, a honra e o sossego, minha prima, e quer Deus que eu leve a consciência tranquila da inocência dos teus infortúnios. Os meus nunca te causem remorsos, sejam eles quais forem. Desculpo-te e perdo-te, minha prima, porque me parece que é a desgraça que te faz injusta comigo.

– Aquele patife! – bramia Adelaide, arrepelando-se e rasgando-se. – Aquele vil galego espancar-me porque a minha dignidade de senhora não tolera escândalos de portas a dentro! Eu me vingarei, malvado; eu me vingarei de ti e de todos!

E abrindo as janelas do escritório, pouco iminentes à rua, onde estavam discorrendo acerca dos brados alguns indivíduos, disse em altos gritos:

– Sejam-me todos testemunhas de que meu marido me espancou por eu não consentir que ele seja amante de minha prima!

– Jesus! – exclamou Delfina. – Tende piedade de mim! Levai-me para vós, minha mãe!

As pessoas invocadas a testemunhar os vestígios das pancadas acercaram-se da janela em que Adelaide expunha a cabeça desgrenhada, e o seio despeitorado pelos repelões do frenesi.

A compaixão, menos abelhuda que a curiosidade dos espectadores, animou a vítima a prosseguir no tom declamatório.

Que asco de mulher! Que envilecimento! Que inútil vergonha, e que feíssimo espectáculo!

É incalculável o termo onde pode ir com sua raiva a mulher criada entre as regalias de sua esmerada educação! Nada vingam estas a enfreá-la. É quase certo que havemos de vê-la emparelhada com a mulher feita entre as selhas do peixe, quando idêntica paixão as impulsiona. O ciúme iguala todas as condições. Uma duquesa de Portugal manda vazar fora os olhos de bonita mulher que seu marido ama, e oferece-lhos a ele como acepipe na mesa comum do jantar. A peixeira descalça o tamanco, e leva-o à cara da rival que lhe disputa o marido na taverna. Uma rainha portuguesa teria dado menos ignominioso exemplo de indecoro, se por ciúme movesse divórcio, que assoalha sua ínfima desonra e a do marido. Maior vilipêndio a instigava ainda: o amor incestuoso. Oh! Que baixos moldes estes em que Deus enformou o barro da criatura, rainha dos seres criados, e feita para subir a anjo!

Delfina deixara a prima imprecando e trejeitando como possessa. Subiu ao seu quarto. Ajuntou no baú os vestidos e insignificantes valores de prendas de sua mãe. Pediu ao criado da casa que chamasse um carreteiro, e saiu.

A descida entrou no escritório, onde sua prima estava apanhando alguns pedacinhos da carta incombináveis, sem dar tino de si naquela insensata diligência.

Entrara Delfina chorando. Adelaide encarou-a desabrida, e disse:

– Que mais queres?

– Dizer-te adeus, e agradecer-te a caridade de me receberes em tua casa. Não te fui ingrata; posso de cara descoberta dizer a ti e ao mundo que, se a paga dos benefícios é o reconhecimento, nenhuma mulher foi mais agradecida que eu. Bem sabes que a desventura nunca me irritou contra a mão benfazeja. Vim humilde, e humilde vou onde a vontade de Deus quiser que eu vá. Disseste às pessoas que te ouviram, uma falsidade, minha prima. Teu marido não era meu amante. Bem sabes a verdade. Que precisão tinhas de me caluniar e perder na opinião dessa gente? Posso dizer que vou mais pobre do que vim, porque vou desconceituada, e amanhã toda a gente dirá que sou amante de teu marido. A uma mulher pobre é uma crueldade tirar-lhe o seu património, e boa opinião de sua virtude; mesmo às perdidas é uma caridade encobri-las, e deixar a Deus o castigá-las, se lhes não basta o opróbrio deste muito. Isto não é acusar-te, Adelaide. Tudo te perdo, porque hás-de ter uma hora de remorso; e, se eu fosse vingativa, bastar-me-ia a tua dor dessa hora. Adeus, prima. Oxalá que vão comigo os teus desgostos.

Adelaide sofria. A injustiça é de sua infernal natureza covarde, e tem uns desmaios, os quais, nas almas de bons instintos às vezes tornam em saudável reabilitação. Não assim no ânimo de Adelaide. Como se visse avergada sob a paciente doçura da órfã, avultou ao febril espírito a imagem do marido arrastando-a, e as contorções dos pulsos. O mesmo foi restitui-la ao seu demónio, e abraçar-lhe o coração em sedes de vingança.

– Deixa-me! – exclamou ela. – Estou farta de te ouvir. Não engulo araras. Segue o teu destino, e deixa-me morrer no meu posto, que é este. Quando eu tiver morrido, então vem tomar conta desta casa; e guarda-te de ser expulsa por alguma órfã, que te peça um talher à tua mesa.

Delfina, entalada de novo pelos soluços, respondeu ao novo insulto:

– Deus te perdoe, Adelaide.

E saiu, escondendo o rosto na mantilha, para furtar-se aos olhares cobiçosos da vizinhança e da vadiagem, que ainda estanciava nas proximidades da casa.

Achou-se a infeliz na rua sem saber que destino tomasse. Lembraram-lhe os

parentes de Vila Nova, já não como almas caritativas que lhe dessem abrigo, mas como pessoas valiosas a lhe darem arrimo num mosteiro. Foi a Vila Nova, e contou os sucessos, menos as frases insultantes da prima. Os parentes ouviram-na com pasmo e desconfiança de mau agouro. Ao pedido instantâneo do convento responderam que escusava procurá-los para tal diligência, visto que para tão pouco era bastante o apresentar-se ela na portaria, ou incumbir semelhante negócio a uma inculcadeira de criadas.

No entanto, consentiram em que Delfina ficasse, até os parentes resolverem o mais acertado.

Horas depois chegou uma carta de Adelaide, contando os sucessos caluniosamente, e de modo que a culpa deles recaía sobre a órfã. O pai de Adelaide foi sem detença a casa de sua filha, e voltou a dizer à sobrinha que desalojasse quanto antes de sua casa.

Pedi de mãos erguidas a órfã que a não condenassem sem a ouvirem. Balbuciu em gemidos sua justificação, invocando o testemunho de Deus. Baldaram-se lágrimas, se é que o Senhor justiceiro as não tomou para a balança do dia final.

Foi Delfina caminho de S. Cristóvão, aldeia vizinha de Vila Nova. Morava aí uma antiga criada de sua mãe. Pernoitou a órfã no pobre catre da tecedeira, e madrugou com a intenção de vender alguns poucos enfeites de ouro, que tinha de sua herança, alugar um baixo no Porto, e trabalhar de costura, ou ensinar meninas, até que Deus lhe deparasse asilo no recolhimento. Assim o fez na parte que dependia de sua actividade. Alugou a casinha na *Torre da Marca*, trastejou-a pobremente, e escreveu uns anúncios de costureira e mestra de meninas, os quais ela mesma grudou nas esquinas da cidade. Esperou oito, esperou quinze dias, e um mês, e nenhuma menina, nenhuma encomenda de costura lhe apareceu. Os pouquíssimos recursos estavam quase exauridos. Foi ao mosteiro de S. Bento, e perguntou à porteira se alguma religiosa a tomaria como criada. Todas as religiosas estavam servidas. Em Santa Clara carecia-se de criada; mas não admitiam alguma sem fiança. Quem abonaria a desvalida menina, que ninguém conhecia?! Em Monchique foi rejeitada, por ser muito delicada de formas. No convento das domínicas de Vila Nova nenhuma freira a receberia como criada, tendo seus parentes ali, e sendo, de mais a mais, já notória a ingratição e desonestidade com que a órfã respondera à caridade de sua prima, segundo o teor por que os parentes vulgavam o sucesso.

Desanimada, e sem inspiração que lhe sugerisse meios de vida, acolheu-se à sua casinha, e principiou a vender ao desbarato os melhores vestidos, o pouco bragal, e depois os objectos mais necessários ao modesto amanhã de seu abrigo e compostura.

Virá a Providência divina a tempo de a fome a não violentar à desonra, ou ao suicídio?

Esperemos.

Entretanto, D. Francisco de la Cueva abandonara a própria casa desde o dia em que entrara disposto a reconciliar-se com a esposa, e soube que Delfina fora expulsa, ou obrigada a sair por maus tratos.

Adelaide, ao fim de três dias, fechou as portas e foi para os pais. O espanhol fez arrombar as portas, e senhoreou-se da casa.

Enquanto Adelaide instaurava acção de divórcio, motivada por espancamento, em que depunham os vizinhos e os caminheiros, inimigos de Castela e do castelhano, este, prevalecendo-se da sua posição e da espionagem inerente aos consulados, indagava a residência de Delfina. O condutor do baú fora o denunciante até ao ponto de ela entrar em casa dos parentes de Vila Nova; outro denunciou a ida para S. Cristóvão. A velha que a hospedara uma noite, e a servira no trastejamento da casinha da *Torre da Marca*,



dissera o resto.

Alcançara D. Francisco os últimos esclarecimentos, quando Delfina já tinha fome. Chamou à sua confiança a velha de S. Cristóvão, e fê-la portadora de dinheiro para a órfã, induzindo-a a dizer que os seus parentes lho remetiam.

Aceitou Delfina, e, ao cabo de três meses de socorros abundantíssimos, julgou-se obrigada a ir agradecer a beneficência aos seus tios.

Foi a Vila Nova e não lhe consentiram entrada na casa. Disse ela ao escudeiro o fim a que ia, e este, condoído da senhora, asseverou-lhe que a sua família não lhe dava nem um ceutil, e que tomaram eles poder vê-la na forca.

Delfina obrigou a criada a confessar de quem recebia os socorros, sob pena de despedi-la do seu serviço, como traidor instrumento de alguma tentativa contra a sua honra, desprotegida pela pobreza.

A velha foi verdadeira, e Delfina comoveu-se à caridade do marido de sua prima, e achou nobre e virtuoso o procedimento dele.

A inocência é assim.

As pérfidas intenções só as aventam as falsas virtudes fartas de serem tentadas pela serpente, e com os dentes já gastos de morderem no pomo fatal.

Sabedor destas ocorrências, D. Francisco escreveu a Delfina uma carta como devera escrever-lhe um irmão. Em duzentas linhas não se lia a palavra *amor*. Era como uma carta mística dirigida por Fr. António das Chagas às suas irmãs espirituais.

A segunda carta, em réplica aos humildes votos de gratidão da órfã, era uma lamentação, em que o espanhol, menos ditoso que Jeremias, não tinha sequer a quem mostrasse as suas lágrimas. *Amor*, porém, era palavra banida da segunda carta.

A terceira, em resposta à segunda, toda consolações e aspirações aos bens, que a Providência reserva aos seus eleitos de sofrimento, era vulcânica de desespero, e tratava a questão do suicídio, segundo a norma deixada por Rousseau na carta de Saint-Preux a Heloísa.

Eis aqui um período:

*Eu abomino a minha alma, porque a desgraça me conserva nela a reminiscência para me exacerbar o suplício. Se há inferno, quero lá despenhar-me com elo, se à porta do inferno ficam as esperanças, e também ficam as saudades. Estou só, com o maldito que a humanidade expulsou do seu seio. Assim morre-se a pedaços, e revive-se infernalmente. Não me fale em Deus, prima. Dê essa palavra sem ideias aos venturosos, a quem é indiferente o crime e a virtude, e o prémio e o castigo. Um desgraçado, com o meu destino, não tem que ver com a religião, cujo sacerdócio está confiado aos homens. A minha religião era o amor...*

Aqui temos a fatídica palavra, pela primeira vez nas cartas. Se Delfina corou ao lê-la, não afirmo. Como romancista era-me dever imaginá-la e descrevê-la corada ou pálida; como historiador, porém, o meu ofício é dizer o que sei.

A correspondência continuou, já por parte do castelhano, mais amorável, menos eriçada de apóstrofes à morte. Numa das cartas tivera ele a sinceridade de confessar que queria viver, já se vê, na religião do amor, e morrer nela, como todos os milhares de heróis de Lope de Vega e Calderon de la Barca.

As respostas da órfã denotavam inteligência das perguntas delicadas, que o cônsul fazia acobertadamente ao coração dela. Respondia pedindo a Deus que reformasse o génio de sua prima para restituir a felicidade ao marido extremoso, ao cavalheiro digno de um anjo.

Presumo que estes votos eram medianamente uniformes com os do marido extremoso; pelo menos, o génio intratável de Adelaide, e o desejo da reforma eram cláusulas alheias às cartas dele.

Recebeu, um dia, Delfina uma carta que lhe deu que pensar e sofrer. Pedia-lhe licença o espanhol para a ver, não em casa dela, que seria dar ensejo à difamação; mas num sítio retirado em algum dos arrabaldes do Porto. Respondeu com perplexidades, que significavam desejo e receio. E como a inocência responde.

Instou o homem sinceramente apaixonado, simulando o contentamento na serenidade e bom juízo das palavras. Foi designado o ponto em Matosinhos. Encontraram-se, e foram de passeio até às praias de Laça. Sentaram-se nas fragas, e conversaram das suas desventuras. Era poeta o espanhol; e, se o não fora, daquele baptismo das águas aspergidas da onda, sairia poeta, como ele se estava sentindo. E então de natural se elevaram as meditações, que refinavam em espiritualismo. A palavra Deus entrava em todas, e ingenuamente acudia aos lábios de um e de outro. Ocorreu a tese do amor. Trataram misticamente a questão que os romancistas rebaixam a profanidades. Nem teólogos, nem ideólogos profundaram com mais subtilidade o destino das almas, antes de chegarem a uma final conclusão. Querem elas que as almas desligadas neste globo pela fatalidade se despenem com a morte, e se espossem em eternas núpcias, celebradas pelo sacerdócio dos anjos. Pode ser que isto seja assim. Coisas muito mais absurdas se têm dito e escrito, com aceitação dos concílios e dos santos padres. À beira-mar é natural e possível adivinhar os segredos da criação, porque a voz do Criador, naquele bramir das águas e no estrondear que faz no recôncavo das penhas, parece que nos está ensinando a pensar. A *Cidade de Deus* de Santo Agostinho foi meditada à beira do mar de África. Michelet escreveu um grande livro em presença do oceano, livro de sibila, que só pode bem ler-se e entender-se à beira-mar. Há maravilhas ditas e escritas à vista do formidável elemento; mas, sem desfazer nas outras, entendo que as mais gratas ao leitor, se lhas eu pudesse repetir, seriam as que D. Francisco de la Cueva disse a Delfina, naquela tarde de Laça da Palmeira.

A órfã passou a seguinte noite em intermitências dum dormir agitado por estranhos sonhos.

Acordava em palpitações do seio, como o susto as causa nas compleições nervosas. Ouvia a longínqua toada das ondas, e cuidava ouvir também o murmúrio da voz maviosa do castelhano.

E por que vinha à imaginação da inquieta menina, não só a voz, também a imagem?

Por que as recordou ela, quando as julgava esquecidas, as principais frases daquela carta, que Adelaide lhe lera?

E o repeti-las a si, no silêncio da noite, que queria dizer, e donde lhe vinha a magia de semelhantes reminiscências?

Ajude-me o leitor a deslindar estes segredos, e forme o seu juízo, que eu, seja ele qual for, aceito-o como bom.

É assim que, a inocência se despenha.

Defrontando os rochedos marítimos, em que D. Francisco e Delfina se haviam sentado, estava uma casinha baixa, construída de pouco, e formosa à vista de poetas e amantes. Um inglês aborrecido da vida e dos guinéus parara ali, quando viajava, e mandara edificar aquela casa para descansar dois meses, e esmerilhar a antiguidade do Senhor de Matosinhos. Passado o termo dos seus estudos foi pascer o seu tédio a outras regiões, e deixou a chave de casa ao cônsul espanhol, único homem da península com quem falara em Portugal, porque o seu patricio Byron infamara os Portugueses, e

elogiara os espanhóis nas peregrinações de *Child-Harold*.

Estivera a casa desocupada um ano. Algumas vezes D. Francisco aí passara horas, e de uma assentada estivera os três dias que andou fugitivo da casa em que sua mulher vivia.

Um mês depois dos sucessos do último capítulo, viram os pescadores, num belo dia de sol de Dezembro, uma senhora encostada ao peitoril da janela mais alta do edifício, com os olhos postos no horizonte do mar.

Acercaram-se os mais curiosos ao longo do baixo muro que servia de sebe à casa, e disseram que ela tinha o rosto lavado em lágrimas.

Viram depois apear um cavalheiro a curta distância, e entrar na casa, a tempo que a dama enxugava o pranto, e se voltava com um sorriso a receber o hóspede.

Eu creio nestas informações dos pescadores, porque os pescadores não fazem estilo.

O que eles não sabiam contar é que a senhora da casinha inglesa era Delfina.

«*Delfina!*»

Ó leitores, não se finjam espantados! Guardemos para os salões os nossos pontos de admiração sobreposse. Quando ninguém nos vê ler os escândalos que os livros nos contam, podemos ser naturais e sinceros como Deus nos fez.

Era Delfina a dama lagrimosa da casa inglesa.

Era D. Francisco de la Cueva o cavaleiro que tinha direito a ser recebido com rosto sem lágrimas,

Perguntam-me se está, pois, perdida aquela boa rapariga?

Não sei se está perdida. Perdida sei eu que ela estava no conceito do mundo, quando Deus sabia que ela era pura, como tinha sido na sua divina mente a ideia de uma criatura, antes de Ele a denominasse mulher.

Era Delfina, a Delfina que quisera ser criada de um convento, ou costureira, ou mestra de meninas.

A Delfina que nenhum convento quisera.

Que nenhuma obra obteve na sua indignação.

Que nenhuma educanda procurou para lhe dar o pão da honra a troco do ensino.

Era a Delfina injuriada, caluniada e perdida no conceito do mundo, quando lhe batia na cara a porta dos parentes a quem ela ia agradecer a suposta esmola.

Era Delfina, mais desgraçada que nunca, porque aquela formosa casa era o debruçar-se sobre um abismo, abismo de perdição e de agonias que hão-de ter nome, quando o inferno nos fizer presente do seu vocabulário, que principia a ser adivinhado pelos legisladores, pelos moralistas, e pelos algozes togados e não togados deste caos de hipocrisia, crueza e devassidão.

Decorreram dois anos.

Adelaide prosseguia no pleito do divórcio, que o marido não impugnava. Mais por capricho ferino, que por ambição, apressava ela o processo. O casal a dividir era pequeno, que também o era o dote dela, e difícil de liquidar o património do marido em Espanha.

Caminhava o litígio, quando Adelaide soube que seu marido ia todos os dias a Leça, e lá pernoitava frequentemente. Pôs em campo a espionagem que seu pai lhe ministrou, e soube que Delfina era a locatária da casa inglesa, e seu marido a visita quotidiana da mulher teúda e manteúda. Com a protecção de seu pai apresentou-se ao desembargador encarregado da policia, queixando-se de sua prima, que lhe roubara o marido, e vivia com ele escandalosamente em Leça.

Como o demónio da raiva lhe espremia as glândulas lacrimais, o magistrado

condoeu-se das lágrimas da esposa traída nos seus extremos pela mulher indigna, que misericordiosamente recolhera em sua casa. Condoer-se e passar ordem de captura, foram actos contínuos.

Apresentou-se à porta de Delfina, ao romper da manhã, um escrivão do crime e três esbirros.

Apenas a criada abriu a porta assaltaram de súbito a casa, perguntando pela moradora. Saiu-lhes à saleta Delfina com uma criança de seis meses nos braços, perguntando o que lhe queriam.

O escrivão Crispim Caetano da Costa tirou lentamente do estojo de marroquim os óculos de prata, assou-se antes de os montar no nariz, que parecia farejar os cantos da sala, sentou-se, desdobrou meia folha de papel, fitou Delfina por cima dos vidros, e disse:

– Chama-se a senhora \*\*\* Delfina \*\*\* <sup>5</sup>?

– Sim, senhor.

– Sinto muito dizer-lhe que está a menina presa à ordem da intendência geral da policia.

– Presa!... – exclamou ela. – Presa porquê?

– A requerimento da Sr<sup>a</sup> D. Adelaide \*\*\*. Já a senhora sabe por que está presa. Faça favor de não demorar a diligência, que temos pressa.

Delfina chamou a criada, e disse-lhe em voz baixa, que corresse ao Porto; e, voltada para os esbirros, continuou:

– Não-de esperar que eu mande esta notícia ao Porto.

– Ao Porto! – exclamou o escrivão, enquanto os alguazis riam às gargalhadas. – Para o Porto vai a senhora, e lá dará a notícia a quem quiser. Assim como à ida para a cadeia já ninguém lhe vale; e então não ganha nada em mandar avisar alguém. Não se demore.

– E o meu filho? – disse ela apertando ao seio a criança.

– O seu filho não tem ordem de prisão – respondeu irónico o escrivão – mas se o quiser levar, leve-o, e lá na intendência lhe dirão o seu destino.

– O seu destino há-de ser o meu! – bradou Delfina.

– Pois será; nós cá não temos que ver com a criança. Arranje-se se quiser, e arranje o pequeno.

Delfina saiu da saleta, e o escrivão disse aos companheiros:

– Vão vocês dar um passeio em volta da casa, que isto de mulheres põem-nos muitas vezes o sal na moleira, e esta creio que é velhaca pelas recomendações que me deram.

Vestiu Delfina o primeiro vestido que teve à mão, e agasalhou a criancinha, em cuja face caíam, quatro a quatro, as lágrimas da mãe.

– Então? – dizia de instante a instante o chefe dos esbirros.

– Vamos embora? Não é preciso ir vestida de veludo, menina! Delfina já estava preparada; mas detivera-se a contemplar

insignificantes coisas do seu quarto, memórias em que lhe ficava o coração. Depois ajustou a face à janela que olhava para o mar, e embaciava os vidros com o hálito febril. Dali volvia o rosto para o filhinho, que bracejava e chorava sobre o leito; aconchegava-o do seio para acomodá-lo, e a criança chorava mais, como se lhe amargasse aquele leite, que já levava em si a peçonha da morte.

Poucos passos pudera dar Delfina. fora de casa. O escrivão mandou alugar uma

---

<sup>5</sup> Para não substituir o nome e apelido por outros supostos, preferimos designá-los com os asteriscos.

cavalgada, estipulada a condição de pagá-la a presa. Depois, de combinação com os esbirros, ordenou que seguissem o caminho do areal, e não a estrada direita, para evitar encontros desagradáveis.

Fácil é de ajuizar que o escrivão receava encontrar-se com o cônsul, ou levava já do Porto as instruções para evitar o encontro.

Chegou a presa ao tribunal da intendência, e foi asperamente injuriada pelo magistrado.

– Não tem vergonha de trazer essa criança nos braços? – bradou-lhe ele.

– Não tenho vergonha de trazer meu filho nos braços – respondeu ela serenamente.

– Seu filho! O filho adúltero! A prova viva do crime! Que desfaçatez! Vem confessar diante do mundo que é mãe desse filho do crime! Vamos! Veja que destino lhe dá! A senhora vai para a Relação e seu filho não pode ir consigo.

– Pelas cinco chagas de Cristo não me tirem o meu filho! – exclamou ela ajoelhando.

– Ponha-se a pé; eu não quero comédias. Vá ajoelhar à sua boa e virtuosa prima, a quem a senhora pagou com a infâmia e com a desgraça o pão da caridade.

– Isso é falso, senhor! – balbuciou Delfina sufocada.

– Falso! Falso! – urrou furioso o intendente. – Já viram maior pouca vergonha na negativa?! Pois esse pequeno não é filho do cônsul espanhol?

– É, sim, senhor.

– E o cônsul espanhol não é marido de sua prima!?

– Sim, senhor.

– Então que atrevimento é o seu de desmentir sua prima, a opinião pública e a mim?

– Mas eu fui caluniada, Sr. Intendente! Eu perdi-me no bom conceito do mundo, quando minha prima me tinha já desacreditado e reduzido a uma posição em que só a mão de Deus podia salvar-me da queda.

– Cale-se ai, impostora! Já lhe disse que isto não é teatro.

A mim já me consta que a senhora lia novelas, e cuida que a vida se leva com novelas. Está enganada. A lei é que cura as manias e as doidices das noveleiras. Vamos a acabar com isto. A quem dá essa criança?

– Eu não a dou a ninguém, senhor. Este menino tem seis meses; sou eu que o crio ao meu peito; a quem hei-de eu dá-lo?

– Dê-o a uma ama que o crie, ou mande-o para os enjeitados.

– Para os enjeitados! Por piedade, Sr. Intendente! Eu pagarei a uma ama; mas não me lancem à roda o meu filho!

E com tanta ternura e aflição a pobre mãe comprimia ao coração a criancinha, que o desembargador voltou o rosto para resistir à piedade do espectáculo.

– Vá alguém à roda – disse o intendente – perguntar se lá está uma mulher que se queira encarregar de amamentar uma criança enquanto se procura uma ama.

Saiu um esbirro, e Delfina foi mandada com a criança para outra sala.

Eu não sei dizer como foi aquela meia hora de Delfina com os olhos cravados no filhinho, de quem ia separar-se. A farta intuição que eu tenho das dores alheias, modeladas pelas minhas, não alcança tão longe. Se consulto mulheres, que são mães, acerca desta agonia, respondem-me a chorar. A chorar deve estar a mulher de maternais entranhas, que me está lendo estas linhas, de que eu vou fugindo, porque a tortura não é dádiva que a leitora deva agradecer a um escritor.

Veio com o alguazil uma mulher mal entrajada, que disse aceitar por quinze dias

as criança, se lhe pagassem a tostão por dia, e lhe dessem os arranjos necessários para o ter com limpeza.

Delfina chamou a mulher de parte, e disse-lhe:

– Pelo amor de Deus, trate-me bem o meu filho. Vá vossemecê com ele procurar o cônsul espanhol, que há-de receber dele tudo o que lhe for necessário, e uma boa gratificação. Vá logo que sair de aqui, sim?

– Vou, vou, senhora – disse a ama. – Então o pequerrucho é filho do Sr. Cônsul Espanhol?

– É, sim, é.

– Então nada lhe há-de faltar, se Deus quiser. Nesse caso, se a senhora estiver contente, eu fico com o menino, e acabo de o criar.

– Pois fale com o pai, que tudo se há-de fazer; mas trate-o com amor, sim? Ele é muito doentinho, agasalhe-o bem, que lhe não há-de faltar roupa.

– Eu vou lá de caminho, Dê cá o meu fidalguinho, que é lindo como os amores!

Delfina deu os últimos beijos no filho, que se debatia e chorava nos braços da ama. Já a estavam chamando à ordem do intendente. O escrivão teve piedade de a tirar por um braço à contemplação do filho; mas, ao desaparecer a ama, a desgraçada senhora caía com uma vertigem nos braços de alguns circunstantes, ali atraídos pelos estridentes soluços dela.

Meia hora depois, Delfina entrava nas cadeias da Relação do Porto. Aqui damos o traslado do assento da entrada copiado da pág. 155 do livro que compreende nominalmente os presos de 1817 a 1819:

*Em 13 de Novembro de 1818 veio presa \*\*\* Delfina, que assim disse chamar-se, e ser solteira, e viver da sua agência, natural de Vila Nova de Gaio, idade vinte e dois anos, filha de \*\*\*, O de sua mulher \*\*\*, já defuntos; estatura ordinária, olhos castanhos <sup>6</sup> e cabelo preto; vestida com um vestido de guingau amarelo <sup>7</sup>, a qual entregou o oficial Ribeiro por ordem do desembargador encarregado da polícia, para ficar presa à ordem do ilustríssimo intendente geral da polícia, e mandei fazer este assento, que assinei – Joaquim Teixeira de Lima.*

Na margem direita deste assento, lê-se:

*Recomendada por ordem da intendência geral da policia de 24 de Outubro do corrente ano. – Escrivão, Crispim.*

A prisão destinada a Delfina denominava-se a «saleta». É um quadrado de doze passos de parede a parede, com uma janela gradeada, que defronta com a igreja de S. Bento. Por cima da abóbada desta prisão era o oratório dos condenados; debaixo do pavimento estava o antro do carrasco.

Algumas presas ocupavam o mesmo recinto. Eram mulheres que podiam dar maior percentagem ao carcereiro, e livravam-se assim dos horrores da enxovia. No pessoal das companheiras de Delfina predominavam as infanticidas, e duas delas haviam matado com veneno seus maridos. O restante eram ladras, ou colarejas, que

---

<sup>6</sup> Pessoas que conheceram Delfina, e a trataram intimamente nos últimos meses de sua vida, asseveraram-me que eram negros os olhos dela, e de estatura alta, poeto que magra. A luz coada por ferros não admira que o carcereiro se enganasse na cor dos olhos da formosa encarcerada.

<sup>7</sup> Naquele tempo, o guingau era estofado de preço não vulgar. Disse-me uma amiga de Delfina que ela saíra para a cadeia sem mudar de vestido; duvida, porém. que fosse amarelo o guingau, afirmando que a sua desgraçada amiga vestira sempre de escuro.

cumpriam sentença correcional, por levarem fora do alcouce a impudência da sua linguagem.

A chegada de uma presa, trajada limpamente, com jeito de senhora, e um ar de pavor, que mais parecia nos olhos um suplicar de piedade, fez estranheza nas outras encarceradas, estranheza que passou ao riso e ao trejeitar de mofa.

– É de espanto! – dizia uma, arregalando os olhos, e alongando os beiços.

Outra, torcendo a boca em careta, afeiada pela cárie dos dentes, resmoneava:

– Olha que mãos tão brancas! Não há-de cá estar muito tempo, que as ventas são bem boas!

– Ela está pasmada! Queres tu ver que não acha bonita a casa! – acudiu outra com seriedade de farsista.

O carcereiro falou pelas grades à juíza da prisão, e disse:

– Ó Tomásia Pitorra, trata bem esta menina, que não é da vossa igualha, canalha bravia.

– Cá trata-se bem quem pinga – disse a Sr<sup>a</sup> Pitorra, que deixara medrar a rataria em casa para ministrar ao seu defunto marido os pós, que bastariam a devastar as ratazanas do Mont-Faucon, em consequência do qual descuido estava condenada à pena capital, e esperava em ferros, havia quinze anos, a comutação da pena para degredo perpétuo. E encarando na presa com uns biocos de zombeteira compaixão, disse-lhe:

– A menina não traz cama?! Olhe que isto cá são tarimbas, e faz frio como na rua. Sempre mande vir uns lençóis e alguns cobertores, se não quer tocar castanholas com os queixos.

Delfina sentou-se numa caixa de pinho, e rompeu em pranto desfeito.

As presas ora a contemplavam com ar de pena, ora se olhavam umas às outras, trocando sorrisos.

A mais nova, moça de dezasseis anos, quando muito, e a menos criminosa de todas – que o seu delito era teimar em residir numa rua de gente honesta, sendo ela o reverso da honestidade – essa não ser ria, nem desfitara ainda os olhos compassivos da nova companheira.

Como a visse em ânsias e sufocações de gemidos, chegou-se a ela, e pediu-lhe licença para desapertar-lhe os colchetes do vestido. Tão meigamente lho disse, e vendo-a lagrimosa, conheceu uns longes de consolação. Pouco basta a consolar na extrema desgraça.

– Quer que a desaperte? – repetiu a presa.

– Pois sim, faça-me esse favor – disse Delfina.

– Quer uma gota de água?

– Queria, se é possível.

A presa, que a honestidade pública aferrolhara no cárcere, foi buscar um pequeno copo de água, que chegou aos lábios de Delfina. Depois acrescentou:

– A senhora deve estar em jejum, não está?

– Não me lembra isso...

– Eu vou mandar buscar café e biscoitos.

– Muito agradecida, menina, eu não posso comer.

– Há-de comer, minha senhora – instou a moça. – O melhor que a gente pode fazer nestas casas é não morrer. O seu crime não há-de ser grande; e, mais hoje, mais amanhã, a senhora vai para a rua, e depois o passado é passado.

– É prognóstica! – disse uma das infanticidas.

– Lérias sabe ela a dar cum pau! – disse a outra.

– A fazer-se senhora!... – murmurou uma das ladras.

– Lá palavreado tem ela, a melada de não sei que diga! –ajuntou a juíza.

A moça, que houvera alcunha de *Levandisca*, ouvira indiferentemente os remoqueos das presas, e sorria a Delfina, quando esta mostrava sofrer com os apartes das condenadas.

– Deixá-las – murmurou a *Levandisca* –, são umas desgraçadas que nem coração têm, quanto mais vergonha!

E foi mandar buscar o café, dando à servente costumada um lenço de seda para ela o deixar em penhor ao botequineiro.

D. Francisco dormia ainda, quando o despertaram para lhe darem aviso de ser procurado por duas mulheres. Era uma a criada de Delfina, e a outra a ama com o menino.

Ouviu o espanhol a notícia da captura, saltou do leito e vestiu-se. Ordenou à ama que ficasse na casa, e saiu. Foi à cadeia, perguntou ao carcereiro se podia falar com a presa recentemente capturada, e o carcereiro mostrou-lhe por escrito a ordem do intendente, que punha Delfina incomunicável com pessoas suspeitas que a procurassem, e nomeadamente com o cônsul espanhol D. Francisco de la Cueva.

Levantou o cônsul a voz, bradando contra as leis deste país de bárbaros, e ameaçando o carcereiro. Este, porém, medianamente disposto para resistir em pessoa às agressões do castelhano, disse que tinha a seu arbítrio pedir força ao comandante da guarda da cadeia.

Saiu raivando o cônsul, e foi ao intendente, que o recebeu com má sombra, e o ameaçou de o fazer prender e remeter às justiças de Castela como adúltero, ou, pelo menos, fazê-lo exautorar do consulado, e submetê-lo às leis do reino, onde praticara o crime.

D. Francisco achou extrema seriedade neste prospecto, e amoleceu-se mediante os emolientes da paciência, que amolecem os mais rebeldes ânimos.

À custa de maneiras mais compostas conseguiu o cônsul que a presa pudesse ao menos ver seu filho. O intendente, comovido à lembrança do conflito, piedoso da separação que presenciara, consentiu que o menino fosse à cadeia todos os dias, e se demorasse lá uma hora.

Aqui está a ordem textual, que o cônsul apresentou ao carcereiro:

*Pode o carcereiro das cadeias da Relação consentir que a presa \*\*\* Delfina receba diariamente a visita de uma criança, que diz ser seu filho, ficando fora da prisão a ama que a conduzir; isto por uma hora somente, guardadas rigorosamente as ordens dados para todos os mais efeitos. Porto, intendência da policia, 13 de Novembro de 1818. – O desembargador, servindo de intendente.*

Nesse mesmo dia, foi o menino à cadeia com a ama à hora do jantar. Demorou-se uma hora em que a pobre mãe o não tirou do peito, oprimido por dores causadas pelo regurgitamento dos seios.

Delfina pernoitou entre as presas aquela noite de cruelíssimas vigias. Ao amanhecer caíra em torpor; mas logo espertou ao rangido dos ferrolhos e ao estrondo das pancadas dos alçapões. Não tem nome aquele abrir de olhos às trevas da masmorra, cuja janela a mão do guarda não viera ainda abrir. Vinte e quatro horas antes, ainda os primeiros raios do sol tinham dourado o pavilhão do seu leito, donde ela via pratear-se o mar, e enfunarem-se as velas dos pescadores. Tudo lhe lembrou, e mais que tudo o filho que, ao despertar-se, ela encontrava sempre adormecido sobre o seu braço esquerdo.

Sentou-se no enxergão que pousava sobre o pavimento, e desatou-se em pranto e



gemidos, pedindo a Deus que lhe tirasse a vida. Humanaram-se as presas menos sensíveis, e rodaram-na, dizendo cada uma suas palavras de consolação, que eram mais para exasperar a dor.

A *Levandisca*, quando as outras lhe deram lugar, aproximou-se do leito, aqueceu entre as suas as mãos glaciais de Delfina, e disse-lhe:

– Chore, chore, minha senhora, que o chorar é alívio. Eu também chorei muito quando me vi perdida e abandonada. Fez-me tão bem o chorar, que passados dias estava esquecida da minha desgraça.

Às nove horas deste dia recebeu ordem o carcereiro de remover a presa Delfina para um quarto separado no último andar da cadeia, sendo permitido à presa escolher uma das encarceradas na saleta para acompanhá-la e servi-la.

Transmitida a ordem a Delfina, escolheu esta a *Levandisca*, e saiu depois que, intimada pela juíza, pagou oito vinténs de propinas àquela autoridade do cárcere.

Estava já modestamente mobilado o quarto que lhe deram. AI respirou ela, porque tinha ar em abundância, que lho dava uma janela gradeada sim, mas aberta sobre a Praça da Cordoaria.

Faltava-lhe o filho para radiar de alegria aquele recinto. Satisfez-lhe Deus esse desejo com a chegada da criancinha, e uma longa carta de D. Francisco, não animadora de esperanças de liberdade, mas afectuosa pela tribulação de ânimo que parecera ditá-la.

Nesse mesmo dia, soube Adelaide que sua prima nem estava incomunicável, nem na enxovia, nem a pão e água no segredo. Enfureceu-se e disse mal da sua sorte, da inércia do procurador, e da corrupção dos magistrados. Como naqueles tempos a imprensa não era ainda um suplemento respiratório aos pulmões dos aflitos, a esposa ciosa, para não abafar de todo, foi passear no Largo da Cordoaria, a ver se entrevia a prima nas grades da janela para debaixo lhe fazer algumas caretas vingativas.

De feito, Delfina aproximando-se das grades para olhar ao longe o horizonte do mar, viu a prima debaixo daquela árvore central, que foi ali plantada no dia em que os taverneiros foram enforcados à ordem do marquês de Pombal Recuou a tremer, e inutilizou desta vez o desabafo de Adelaide.

Os solicitadores da querela empenharam-se com a intendência para angustiarem a prisão de Delfina, alegando que o atormentá-la seria o mais eficaz meio de dissuadi-la de algumas criminosas esperanças. Ao mesmo tempo, o cônsul mediante os amigos fiéis no infortúnio, malograva as influências dos inimigos e conseguia que não se alterassem as ordens.

Perguntem-se se há palavras com que possa definir-se o estado moral de D. Francisco de la Cueva. Respondo que há. D. Francisco de la Cueva tinha lição do seu Tirso de Molina, e simpatizava com o carácter daquele João Tenório que o leitor leu traduzido em Molière, e degenerado em Byron, e refundido em Malefille, e de todo estragado nuns tenórios que por aí enxameiam nos botequins e nas lojas das luveiras.

D. Francisco tinha imaginação vulcânica e nada mais. Nele, o coração era o que a fisiologia diz que ele é realmente: o órgão central do sistema sanguíneo, um agregado de membranas fibrosas e válvulas, cuja contractilidade recebe e expelle o sangue, cujos elementos procedem do ar e do estômago.

Que ele amava Delfina, isso para mim é ponto de fé. Se digo que foi com o coração que ele a amou, arrisco-me a que me redarguam que o meu modo de ver o amor é uma questão fisiológica, um fenómeno sanguíneo. Tal não direi, porque sou duma escola de idealistas que vai caindo em desuso, e está a passar ao ridículo.

Amou-a com a sua candente imaginação. Coloriu-a com as cores do céu; adornou-a com enfeites dos anjos. Acontece, porém, que as coisas do céu, transplantadas ao

nosso globo, descoram e desmaiavam, apenas este empestado clima as toca. E daí vem que os amores, puxados da imaginação, mais hoje ou mais amanhã começam a decompor-se. O que é perfume vai para o céu donde veio. O que é verdadeiro, sensível e tangível fica na terra, porque é barro, e não sairá jamais do barro.

Barro, e grosseiríssimo barro era o espanhol, tanto mais quebradiço, quanto ele estivera endurecendo ao fogo em que o padre Gabriel Teles formara aquele mau sujeito que recebia convidados de pedra.

A isto convém ajuntar uma circunstância que parece, à primeira vista, frívola: Delfina estivera dezasseis meses na casinha pitoresca de Laça, e fora quase quotidianamente visitada pelo arroubado amante, que, ao cabo de alguns meses, se retirava pasmado de achar a casinha fastidiosa, a moradora sempre com o mesmo riso, o mar já fastidioso com o seu eterno rugido, e os caminhos péssimos, particularmente de Inverno.

Quer isto dizer que os anjos tinham levado para si o que a imaginação do poeta castelhano lhes pedira de empréstimo. Como a casa de Laça não mudava de arquitectura, nem Delfina de semblante, nem o mar de voz, nem as estradas alcançavam para si o exclusivo de um perpétuo estio, D. Francisco aborreceu-se, e tornou à conta de obrigação andar naquelas caminhadas, que o não indemnizavam da crítica da sociedade.

A prisão de Delfina penalizou-o. Bem viram que ele foi à cadeia, e disse que as leis dos Portugueses eram bárbaras. Está provada a sensibilidade do homem; mas o coração do amante não.

– Pois que havia de fazer ele?

Parece-me que devia lutar para arrancá-la de lá. Inutilizada a luta, devia tomar um quinhão da dor e da ignominia dela. Depois, esgotado irmãmente o cálice, morrerem ambos.

O que me falta é saber que o leitor se está rindo agora!

A mim pouco me faltou para chorar, quando ouvi dizer que D. Francisco, temendo que lhe tirassem o consulado, abandonou à compaixão dos magistrados a sorte de Delfina, e nunca mais solicitou a liberdade dela. Dava-lhe meios, dava-lhe dinheiro; mas que é dinheiro para a mulher que pede amor? É o vitupério mais grosseiro, quando a mulher, desprezada de todos, se encontra em si, e em seu pundonor se refugia.

Dinheiro à nobre alma, que só conhecia o valor da pureza de consciência que perdera para mais realçar o quilate da paixão que dava e da paixão que lhe deviam!

Acostumou-se Delfina ao cárcere, ou a porção mais sensível do coração se desfizera em lágrimas.

Como tivesse consigo uma hora o filho, cobrava alentos para contar minuto a minuto as vinte e três horas de cada dia e noite de vigílias ou dormitação sobressaltada por maus sonhos.

As cartas do espanhol foram declinando da veemência da paixão para a frieza do raciocínio; e, como as máximas da razão são poucas, e o cônsul assim mesmo as não sabia todas, com o andar do tempo nem já raciocínios lhe mandava. Delfina queixou-se sem irritação. D. Francisco redarguiu com desculpas fundadas no melindre da sua posição, e no risco em que estava de perder o emprego por sugestões da mulher inexorável, e na impossibilidade em que ficaria de sustentá-la na cadeia, ou no convento em que seus parentes queriam encerrá-la:

Delfina não replicou a semelhantes razões; mas devolveu-lhe, no fim do seu quarto mês de prisão, a mesada que o espanhol lhe mandava pela ama.

Remeteu-lha outra vez, com uma carta enternecida, o condoído amante; mas a presa, sem assomos de orgulho, nem sequer ironia, pediu ao pai de seu filho que revertesse em favor da criança os benefícios, que ela podia dispensar, visto que tinha

consigo objectos de valor, cuja conservação lhe era inútil.

E começou a vender para seu sustento algumas prendas e vestidos que ela não esperava usar mais.

Neste tempo morreu no Alto Douro uma irmã de sua mãe, cujo espólio valeria quatro mil cruzados. Metade desta herança coube a Delfina, e foi-lhe logo entregue a instâncias de Adelaide, que assim cuidou salvar o casal do encargo de sustentá-la. A não ser este egoísmo, a herdeira seria roubada pelos parentes, ou excomungada dos direitos de sucessão sob qualquer pretexto fundado no crime que pendia nos tribunais. A miúdo a lei é capa de ladrões sagazes, e de infelizes tolos que lhe pedem protecção.

Delfina devia ter um destino. Os parentes não a queriam sentenciada, porque o não podia ser sem que o co-réu fosse entregue à justiça de Espanha. Cuidavam, portanto, em sentenciá-la, condená-la e executá-la sem intervenção da lei.

O recolhimento das Órfãs de S. Lázaro, naquele tempo, era uma casa de suplício. A cruz do Senhor estava ali arvorada a cada canto para significar que era ali o Gólgota. As meninas sem pai, que a Santa Casa da Misericórdia mandava lá recolher, aceitavam alegres o pão da caridade; mas as reclusas por violência morriam ali abafadas, ou recuperavam o ar vital por lances de desesperação, dos quais eu sei de um exemplo que hei-de contar brevemente, e já prometi contar na *Filha do Arcediago*.

Conseguida a licença para a reclusão de Delfina, sem previamente a consultarem, e prevenida a regente do recolhimento com o odioso da verdade e o odioso da calúnia, foi a presa intimada para se preparar que ia sair da cadeia.

Cuidou-se livre a pobre senhora, e exultou e festejou a nova que lhe ia restituir seu filho para todas as horas do dia e da noite.

– Deus queira – disse a *Levandisca* – que a senhora não tenha ainda saudades da cadeia! Ninguém vai para melhor, minha senhora. A gente quando começa a ser desgraçada vai sempre a pior.

– Pois eu não vou ser posta em liberdade?! – disse Delfina.

– Eu ouvi dizer que a senhora ia para um recolhimento onde talvez a não deixem ver o seu menino.

Delfina, atribulada pela horrível suspeita da sua criada, desceu da prisão ao escritório onde a esperava o escrivão que a prendera, portador da ordem, e perguntou para onde ia.

– Vai para o recolhimento de S. Lázaro – disse o esbirro impassível.

– E meu filho?

– Seu filho fica onde está?

– E não há-de lá ir?

– Eu sei cá! A senhora pergunta-me a mim se seu filho há-de ir ao recolhimento!? Isso é lá com a regente da casa.

– Pois eu não saio daqui sem a certeza de que meu filho pede entrar no recolhimento.

– Não tem remédio senão sair – retorquiu o Sr. Crispim Caetano da Costa, amiudando as pitadas calmantes da sua cólera.

– Veremos! Arrastem-me daqui! – exclamou Delfina, sentando-se num daqueles dois bancos de castanho, que o autor curioso pôde ver no salão da cadeia, mesmo porque os ilustres padecentes de 1829 ali se assentaram com as suas túnicas brancas quando iam para a forca.

O escrivão encarou na presa pertinaz com olhos coruscantes de raiva, e disse:

– Olhe que eu chamo dois soldados que lhe peguem pelos braços e a metam na cadeirinha! Não brinque comigo! O que a Sr<sup>a</sup> D. Adelaide devia ter feito era fazê-la sentenciar, e mandá-la tomar ares em Angola. A senhora há-de ser sempre ingrata até ao

fim! Dão-lhe por piedade um recolhimento onde estão meninas muito fidalgas, e a senhora ainda se faz de manto de seda!

A mulher do carcereiro, que visitava e consolava Delfina algumas vezes, interveio com as suas lágrimas e razões, persuadindo a desgraçada a entrar no recolhimento, como meio de alcançar mais depressa o seu perdão, e poder ter ainda uma boa parte de vida feliz na companhia de seu filho. Por outro lado, agourou-lhe o ruim futuro que podia seguir-se à sua resistência, sendo que Adelaide irritada daria querela contra o marido, obrigando-o a sair de Portugal, e a expatriar-se de Espanha para não ser preso e sentenciado como ela.

Delfina ouviu silenciosa as prudentes razões da mulher do carcereiro, e entrou, quase em braços dela e do marido, na cadeirinha que a levou ao recolhimento de S. Lázaro.

Esteve Delfina encarcerada sete meses e catorze dias, como consta da seguinte nota, escrita à margem do assentamento da entrada:

*Solta, e entregue ao escrivão Crispim Caetano da Costa para a fazer recolher no recolhimento das Órfãs de S. Lázaro, em 27 de Junho de 1819.*

Saltou Delfina da cadeirinha impetuosamente no pátio do recolhimento, porque vira o filho nos braços da ama. Tirou-lho num como repelão de doida, e beijou-o com tal sofreguidão de abraços, que a criança parecia estranhá-la, e chorava espavorida. Não balbuciava sons articulados a pobre mãe; gemia e soluçava tão alto, que a regente e porteira já estavam à porta, não condoídas, mas espantadas do espectáculo indecoroso debaixo das abóbadas sagradas.

O escrivão Crispim, que tinha que fazer, interveio satanicamente no grupo miserando, dizendo a Delfina que não viesse para ali fazer lamúrias, que estava a escandalizar as senhoras da casa e tirar-lhe a ele o tempo.

Delfina fitou os olhos esgazeados no vilão, passou o filhinho aos braços da ama, e pediu forças a Deus para o transe horrível. Não quis Deus ouvi-la, ou de mais a ouviu, porque lhe tirou o sentimento.

Foi Delfina levada em braços para dentro, e posta sobre um escabelo de pau, sobre o qual estava a imagem de Jesus. Ninguém se sentou à beira dela, ninguém lhe amparou a cabeça desfalecida. Do lampadário que pendia aos pés do retábulo de Jesus caía-lhe sobre o rosto um reflexo avermelhado; e as lágrimas, como cristalizadas no rosto da padecente, rebrilhavam aos revérberos daquele lampadário.

Nem uma voz caridosa lhe falou, nem houve mão de mulher que lhe corresse um lenço sobre as lágrimas!

E, contudo, estavam ali algumas *santas*, a quem cá de fora se pediam orações nas grandes calamidades do reino e das famílias; e sobre a cabeça da desgraçada estava a imagem do Senhor da Misericórdias, com quem aquelas *santas* tinham colóquios tão arroubados, que, no dizer da porteira, não era raro o Senhor falar com elas em português chão, subirem-se ao ar em corpo e alma, e ficarem suspensas dois côvados acima do pavimento!

Chamava-se a regente D. Ana Quitéria da Chaga do lado.

*Chaga do lado!* Que poesia tão mística tem o epíteto! Que predestinação do céu nos está encantando na piedosa suavidade daqueles apelidos nobilíssimos na genealogia dos mártires! *A chaga do lado!*

A porteira, que escondera o rosto para se não escandalizarem seus olhos daquela cena de mãe beijando o filho do crime... oh!.. como se chamaria a porteira?

Chamava-se a Sr<sup>a</sup> Inocência! *Inocência!* Não podia deixar de ser assim, a não

poder chamar-se a Sr<sup>a</sup> Pudicícia, ou a Sr<sup>a</sup> Honestidade!

Voltando a si, Delfina viu as velhas e algumas pensionistas, que a fitavam de um modo diferente das velhas.

– Venha para o seu quarto, senhora – disse secamente a devota da Chaga do lado.

– Eu não tenho forças, minha senhora – murmurou Delfina.

– Peço-lhe a esmola de me deixar estar aqui um bocadinho.

– É melhor ir descansar no seu quarto – replicou a regente – e o mais acertado seria ir a senhora ao coro rezar e pedir a Deus que a faça entrar na sua consciência, e aceitar o castigo na terra, para ter menos que pensar no inferno.

Delfina abriu os olhos espavoridos, encarou com as austeras carantonhas da criatura da Chaga do lado, e recaiu em síncope, exclamando:

– Ó meu pobre filho, que estás sem mãe!

– Cale-se mulher! – exclamou a regente convulsiva de piedosa fúria. – Não me venha dizer diante destas meninas que tem filhos.

Delfina já não a ouvia.

A regente prosseguiu voltada para as circunstantes:

– Vão-se daqui, meninas! Não quero que ouçam as blasfémias desta pecadora!

E as pensionistas retiraram lenta e tristemente, excepto uma, que teimou em ficar.

– A menina não ouviu? – disse a regente.

– Ouvi, sim, senhora; mas não há-de ficar sozinha esta pobre criatura.

– E que lhe importa à menina a criatura?!

– Importa, porque tenho coração, e sou cristã.

– Aqui sou eu que governo! Eu, que a mando sair, é porque sei que essa mulher não está em graça de Deus.

– Pois por isso mesmo – replicou a pensionista – é que mais direito tem à nossa caridade e assistência, a ver se assim conseguimos restituí-la à graça de Deus.

– Não me venha com sentenças, Sr<sup>a</sup> D. Maria Pacheco! – bradou a velha da Chaga do lado.

– Isto não são sentenças, são obrigações da nossa religião, Sr<sup>a</sup> Regente. Se nesta casa se não professa a religião de Jesus Cristo, abram-me a porta, que me quero ir embora.

– Que a menina se quer ir embora sei eu; mas há-de ir quando seu tio quiser. A sua religião bem sei eu qual ela é!... Estávamos aviadas se todas lêssemos pela mesma cartilha

– Pois olhe que a sua, Sr<sup>a</sup> Regente, não há-de levar muita gente ao céu! Aqui faltam só as fogueiras da Inquisição.

– Cale-se! – bradou a velha. – Olhe que eu acuso-a ao Sr. Provedor da Misericórdia!

– Que me importa a mim o Sr. Provedor da Misericórdia, não me dirá? Como à minha custa, e não recebo favores nenhuns da Santa Casa!. Eu é que lhos faço em pagar um péssimo quarto e péssimos alimentos por bons cruzados novos.

Delfina, recuperado o alento, ouvira a última parte daquele edificante diálogo, tomado ali ao clarão da lâmpada do Senhor, na casa de caridade das meninas pobres, e da educação das meninas ricas.

Convém saber quem era esta D. Maria Pacheco, que, tão altiva e desabusada, contendia com a regente. Diga-se de corrida.

Era sobrinha dum fidalgo portuense, e filha dum rico abade irmão daquele fidalgo. Como se deixasse cativar dos galanteios de um moço de baixo nascimento, a ponto de entender em matrimoniar-se, o tio, para resguardar o seu brasão de alguma mascarra, convidou arditosamente a sobrinha a dar um passeio de sege, e parou à porta do

recolhimento, sob pretexto de cumprimentar a regente. A inexperiente menina foi com o tio. Apenas se abriu a porta sentiu-se ela impelida de fora, e puxada para dentro tão à pressa, que não lhe deram tempo de pensar na resistência.

E lá ficou bem petrechada de adornos para o seu quarto, bem servida de criadas, e com abundantes meios. Isso, porém, não tirava que ela todos os dias verberasse de língua a regente, a vice-regente, e a porteira, a Sr<sup>a</sup> Inocência, que, não sabemos se amestrada por ela, já dizia palavradas, que era regalar-se o porco sujo de ouvi-las.

Esta menina, com alguns anos de reclusão, esqueceu o amador constante, e conseguiu ir a Caldas. Nas Caldas sentiu novas febres de amor, e desforrou-se da repressão em que lhe tiveram os melhores anos da mocidade. Nem mais voltou ao recolhimento, nem cuidou de saber que juízo formavam dela as fidalgas suas parentas. Há poucos anos que ela vivia numa cidade do Minho, muito amada de seus filhos, e mal vista na sociedade, que duvidava da legitimidade dos filhos. É, porém, coisa notável, que esta mesma sociedade aplaudiu o tio de Maria Pacheco, quando ele a enclausurou no recolhimento para ela não casar com um homem de quem poderia haver muito honradamente filhos legítimos.

A sociedade é respeitável e adorável em suas esquisitices!

– Eu dou-lhe o braço, minha senhora, e acompanho-a ao seu quarto – disse Maria Pacheco a Delfina.

A regente relanceou os olhos para o retábulo de Jesus, como se dissesse: «Perdoai-lhe, Senhor, que ela não sabe o que faz.»

Delfina apoiou-se no braço da pensionista, e entrou na sua cela.

Era esta um cubículo escuro, que recebia a luz coada por uma fresta de grades, redobradas por outra grade de arames, aberta na parede em tamanha altura, que nem a dobrada altura de uma encorpada mulher bastaria a lá chegar.

Delfina aterrou-se e disse:

– Aqui falta-me o ar, meu Deus! Não vivo nesta furna vinte e quatro horas!

– Tem aqui vivido muita gente – disse a regente. – Aqui só não vive quem está abandonada da graça de Deus.

– Se o sofrimento e a expiação é a graça de Deus – replicou Delfina – eu tenho muito que esperar da bondade divina, minha senhora.

– Primeiro há-de arrepende-se, e conformar-se com a divina vontade – redarguiu a Sr<sup>a</sup> D. Ana Quitéria da Chaga do lado.

– Estou conformada com a divina vontade – balbuciou afogada por gemidos Delfina. – Aqui é morrer... e eu morrerei contente.

– Tenha resignação, menina – disse Maria Pacheco. – Aqui há corações com humanidade. Olhe bem para mim, que também fui aqui arrastada pelos cabelos, e vivo, e quero viver, porque se as lágrimas não apagam este inferno, a força de vontade, tarde ou cedo, nos deixa vencer o despotismo e a infâmia dos algozes.

– Que linguagem é essa, Sr<sup>a</sup> D. Maria Pacheco?! – clamou a regente.

– É a linguagem que a senhora me tem ouvido muitas vezes. Para que se está a fingir estranha? Posso falar assim diante desta senhora, que não é nenhuma inocentinha que eu possa estragar, como a senhora diz que estrago as meninas.

– Proíbo-a de estar neste quarto – retorquiu a regente trémula de raiva.

– Pois proíba! Mande chamar a mesa da Santa Casa. Grite às armas, a ver se o general cá vem com a tropa! Bem me importam a mim as suas proibições! Se me cá não quer assim, abra-me a porta, que eu prometo não olhar para trás.

– Bem sei, bem sei...

– Pois se sabe, melhor.

Retirou-se a da Chaga do lado, e fez reunir em comunidade as órfãs para lhes

proibir que entrassem no quarto da pensionista Delfina, ou tivessem com ela conversações fora do quarto, sob pena de castigar com o tronco as desobedientes.

O tronco era um túmulo de granito sem luz nem ar, com uma enxerga sobre uma tábua, e um alçapão no tecto, por onde as castigadas recebiam o pão e a água.

Neste tronco penou uns dias uma senhora, a quem devo parte do entrecho desta história, porque um dia, compadecida de Delfina, colocou uma cadeira sobre unia cómoda, e subiu à cadeira até poder, com uma tesoura, cortar uns arames de modo que a infeliz pudesse, pelo escasso orifício, ver o filho, que passava com a ama defronte do recolhimento, na pedreira que hoje se chama o jardim de S. Lázaro.

Deu-se este facto posteriormente à época, que vamos historiando, alguns meses.

Estreitaram-se intimamente em amizade Delfina e Maria Pacheco. Nunca esta conseguiu, porém, desanuviar o semblante da infeliz, atormentada por saudades do filho.

A respeito de D. Francisco, nunca lhe ouviram palavra. Presumo que o não amava, porque não podia amá-lo. Lá tinha o amor de mãe para encher-lhe o coração, e coração bastante nobre para se deixar morrer aos golpes da ingratidão. Não me digam que outras mulheres são feitas de outro barro, porque eu, nem como romancista admito absurdos, e muito menos imposturas. Cuida muita gente que as lágrimas da mulher abandonada são o soro do coração amante. É outra coisa: é a ferida da ingratidão que sangra; é o arrependimento da cega e ultrajada confiança que chora. Ao fogo, que por fim requeima no seio estas lágrimas, ordinário é acendram-se as culpas, e sair a contrição com grandes virtudes, virtudes que pendem de pouco: basta o esquecimento da injúria recebida da mesma mão, que inflorara o abismo da mulher, e o despenhara nele.

Cá vêm as delongas aborrecidas! Ruim vezo é este da velhice!

Entretanto, D. Francisco de la Cueva conseguira que algumas cartas suas chegassem astuciosamente à mão de Delfina. Em cada sábado recebia ela uma bandeja com dois pires de geleia, enviada pelos seus parentes. A porteira, que era a inocência em nome e pessoa, acreditava na legitima procedência do presente, e mandava-o à pensionista sem exame. Debaixo de um dos pires ia a carta do espanhol.

Poucas semanas logrou D. Francisco o seu ardil. Descoberta a velhacada nunca mais foi recebida a geleia, e Delfina sofreu duras repreensões, que seriam mais pungentes, se Maria Pacheco não saísse sempre em defesa dela.

Algumas criadas do recolhimento foram despedidas por suspeitas de receberem de seus parentes, comprados pelo espanhol, cartas para Delfina. Uma destas criadas, quando foi despedida, disse à pensionista que escrevesse depressa uma carta, que ela iria pessoalmente entregá-la ao cônsul. Delfina entregou-lhe umas poucas, escritas em sucessivos dias, versando todas sobre o filho. A ladina moça cingiu-as entre as meias e as pernas; mas a mais ladina regente fê-la despir as meias, e achando a papelada, mimoseou a criada com alguns bofetões, e lançou-a a empurrões à rua.

Foram lidas as cartas em consistório, e decidiu a virtuosa Chaga do lado, que à vista dos termos amorosos com que a pecadora ainda falava ao pai do filho, o mundo não podia durar muito, e o remado do anticristo estava a bater.

Delfina, baldados quantos esforços sugerira Maria Pacheco para ver o filho, ou ao menos ter cartas do pai, desanimou.

Se até ali, por vezes, o génio divertido de D. Maria Pacheco lhe tirava ao semblante um ar de graça e de resignação, depois as mesmas provocações ao riso a molestavam de modo que Delfina mal podia disfarçar o desgosto.

Com a tristeza sem desafogo vieram os primeiros sintomas de doença mal

encarada. Ânias de coração, dores profundas, tosse a intervalos, e espectorção ensanguentada, com grandes aflições do aparelho respiratório.

O Dr. Alão, médico do recolhimento, foi logo chamado por Maria Pacheco; como quer, porém, que a regente o iniciasse primeiro nos precedentes da enferma, ouviu ele a exposição da moléstia, meditou alguns segundos, e disse a Delfina:

– Tenha juízo, senhora, e terá saúde. O seu mal é todo do espírito, e o seu espírito está desvairado. Juízo, juízo é o que há-de curá-la.

– Mas – disse Maria Pacheco – se o Sr. Doutor fizesse ver a conveniência desta senhora ir a ares, talvez que ela se restabelecesse.

– Não são ares que ela precisa; juízo, juízo, já disse. Os ares acabavam de enlouquecê-la. Não tenho mais que lhe diga.

– E se ela morrer!? – atalhou irritada a sobrinha do fidalgo portuense.

– Se morrer?! – tornou com faceto espanto o médico. – Se morrer há-de ressuscitar no dia do juízo, se as Escrituras não mentem.

– As Escrituras Sagradas são uma grande mentira – redarguiu colérica a Pacheco – na boca da regente, e na boca dos médicos que por miseráveis migalhas tomam o partido do forte contra o fraco.

– Parece que quer insultar-me, Sr<sup>a</sup> D. Maria?! – disse ofendido o doutor.

– Tome lá como quiser o dito.

– Mas é que eu vou queixar-me.

– Queixe-se e veja se consegue que eu seja expulsa desta casa.

– Expulsa não; mas nesta casa há castigos.

– Isso sei eu, e os algozes são certos sujeitos como o senhor, e como os membros da mesa chamada da *santa casa*, que se chama *santa* por isso que a Inquisição também era *santa* quando assava o corpo na terra, e mandava assar a alma do pecador ao inferno!

– E a senhora – tornou o Alão, limpando as camarinhas de suor – se nascesse há cem anos lá iria com bem mais razões que muitos outros tiveram para lá ir.

– Também me parece que sim; e o Sr. Doutor naturalmente era o encarregado de acender a fogueira!... Como não pode ser oficial da Inquisição é médico do recolhimento; e às infelizes que cospem sangue, porque não têm ar, manda-as ter juízo.. Tanto faz uma coisa como outra.

Foi dali o Dr. Alão procurar a regente, e expôs em tom declamatório a sarambada que lhe deu a filha do abade.

A regente benzeu-se três vezes, e segundo ela disse, sentia vontade de desmaiar. Queria, porém, o médico que a regente, em vez de desmaiar, fizesse uma formal queixa de Maria Pacheco ao provedor da Santa Casa, a fim de que ele a mandasse recolher ao tronco. A regente, recobrada das ameaças do seu desmaio, disse que as pensionistas não podiam ser castigadas com o tronco, mas sim despedidas por incorrigíveis. Replicou o Alão que, em tal caso, fosse despedida a desenvolta mulher, ou ele se demitia de médico da casa. Então a Sr<sup>a</sup> D. Ana Quitéria da Chaga do lado, entre soluços e flatulências, confessou que o tio de D. Maria Pacheco dava quatro vezes maior pensão para aquela casa, contanto que lhe aturassem a sobrinha. Que além disso, tanto o Sr. Diogo Leite, provedor, como o Sr. Dr. João Pedro Gomes de Abreu, escrivão da Santa Casa, respeitavam muito o tio da pensionista, e já por vezes, queixando-se ela regente, eles lhe tinham dito que a virtude da paciência era a mais segura âncora para aferrar o porto do céu; que tivesse ela para com a sobrinha do fidalgo todas as contemplanções possíveis. Acrescentou, por fim, a paciente senhora que, desde muito, ela tencionava falar ao Sr. Provedor, a fim de aumentar o ordenado do médico, e o fazia na certeza do aumento; e, por isso, lhe pedia a ele, Dr. Alão, que continuasse a ser o médico da casa com mais



cinquenta mil réis de ordenado.

Pungiu-se o doutor à última parte do discurso, e cedeu a ficar, pensando que a virtude da paciência, tanto nas regentes dos recolhimentos, como nos médicos, era a mais segura âncora para aferrar o porto do céu.

Delfina piorava a rápido progresso.

E, desde que um dia conseguiu ver o filho pelo arдил que ficou dito – com tão duro castigo para a menina órfã que cortou os arames – raras vezes saiu do leito.

Aconselhada por Maria Pacheco, escreveu a seus tios, sujeitando-se a ir viver na aldeia que eles escolhessem, com seu filho e com seus recursos. Não lhe responderam.

Escreveu também a sua prima Adelaide, pedindo-lhe perdão da ofensa, confessando com sincero arrependimento o seu crime, e sujeitando-se a ir para onde a mandassem com seu filho.

Adelaide fez alarde desta carta para confirmar a razão com que se estava vingando. E o mundo entendeu que razão de sobra tinha ela para vingança maior.

«É tão desavergonhada que confessa!», diziam as senhoras da intimidade da família.

Era, portanto, uma desgraça sem respiradouro.

D. Francisco não podia valer-lhe, nem sequer animá-la com cartas, nem falar-lhe no filho. A cada hora estava ele esperando, com susto, a sua exoneração do emprego, e a querela instaurada.

Chegara ele a ter o pensamento vil de reconciliar-se com a mulher para aquietar os sustos, e planear com sossego uma vingança clandestina, ministrada pelo veneno.

Neste pressuposto foi a Espanha para consultar não sei que raça hereditária das Locustas e Bórgias. O êxito desta diligência poderia ser bom; mas, como o sucesso não provou nada, eximo-me de aventurar hipóteses descaridosas, sobre desnecessárias.

O que sei é que Delfina aos oito meses de reclusão nenhuma esperança dava de vida, ou de juízo, como dizia o sábio Alão. Amargura incessante, definhamento acelerado, o pulmão cuspidos a pedaços, e as agonias, que, sendo tantas, lhe não valiam a distrair-lhe do coração o sangue que saía em lágrimas, foi o seu viver até ao fim do duodécimo mês de recolhimento.

E, no entanto, dizia-se cá fora:

«Está no recolhimento de S. Lázaro a morrer uma desgraçada senhora, que morre de saudades de um filho que lhe arrancaram quando a recolheram judicialmente.»

Havia humanidade na voz que dizia isto; mas em redor da pessoa que tal notícia dava, vinte vozes, a um tempo, diziam:

«É bem feito. A humanidade quer-se vingada. São necessários os exemplos.»

Destas vinte pessoas, consentâneas em votar à morte a infeliz, uma era uma senhora que deixara morrer de indigência sua mãe, porque seu marido não queria para sogra uma mulher que ilegitimamente se prestara a dar à luz uma menina que ficou herdeira de seu pai, e se nobilitara matrimonialmente pela herança.

A outra era uma adúltera que levou a mal que seu marido se mostrasse compadecido de Delfina.

A outra era uma viúva que defraudava o património das filhas, esbanjando-o em brindes que faziam suportável, mas dobradamente ridícula a decrepitude do seu vicio.

A outra era uma antiga criada de servir, que ajudara a matar com desgostos a ama, e casara com o amo, ileso da difamação pública.

A outra era uma religiosa franciscana, que pedira licença para tomar ares, e medrava admiravelmente no ar pestífero das lagoas pontinas da devassidão.

A outra era uma brasileira, chegada recentemente de Pernambuco a título de

buscar saúde em clima temperado; mas a verdadeira causa da sua excursão à Europa era estar culpada de enorme roubo de jóias feito ao comerciante que falecera quando ela lhe administrava a casa e educava as filhas menores.

Outra...

Imaginem o que quiserem, na certeza que não se enganam.

Onde estão vinte pessoas reunidas em pregão de insulto ao infortúnio, ai, sem dúvida, estão acobertados vinte crimes. Do elo da libertinagem ao elo da ladroeira preenchem a cadeia com os fuzis que faltam. Dispensa-se a imaginação e engenho para a obra.

O médico Alão foi um dia à cela de Delfina, voltou à da regente, e disse:

– A pensionista não vive três dias. Sacramentem-na, que é tempo.

Maria Pacheco tomou à sua conta dizer a Delfina que estava em risco de morte.

A enferma ouviu as redundâncias da sua melindrosa amiga, e respondeu:

– Estava farta de o saber, minha amiga. Estou pronta para receber o confessor; mas não me será permitido confessar-me lá fora, e sacramentar-me em sítio onde possa ver o céu e despedir-me do meu filhinho?

Foi Maria levar este recado à regente.

A regente disse que não dependia dela a saída da enferma, senão com a melhor vontade lhe abria a porta.

E, dizendo, pôs a mão sobre o coração e os olhos no tecto, à falta de céu, que costuma testemunhar impassivelmente muitas apelações blasfemas e sacrílegas.

Maria Pacheco saiu murmurando:

– Corja de hipócritas!

– Que vai dizendo a senhora? – exclamou a da Chaga do lado.

Maria retrocedeu ao limiar da porta da regente, e disse em voz sonora e vibrante:

– Corja de hipócritas! Foi o que eu disse.

– Isso é comigo? – tornou a regente.

– É, sim, senhora.

– E muito malcriada, Sr<sup>a</sup> D. Maria Pacheco!

– Mas não negoceio com a religião, Sr<sup>a</sup> Ana Quitéria.

– Veja lá como fala, e com quem fala! – bradou a regente, ultrajada pela elipse do *dom*.

– Sei que falo com a Sr<sup>a</sup> Ana Quitéria, que antes de ser D. Ana da Chaga do lado era a Sr. Aninhas, filha da Sr<sup>a</sup> Rosa, doceira de Cima-de-Vila.

A regente sentou-se, porque sentia desarticularem-se-lhe os joelhos, e esbofava e suave.

Maria saiu majestosa como rainha, e jubilosa da sua vingança, como quem saldou contas com um inimigo e com a sua consciência.

Ó raça das nobres e soberbas mulheres, nunca te extingas, para que a humanidade possa admirar em si o melhor que o divinal engenho do Criador lhe deu!

Voltou Maria ao quarto da moribunda, e disse-lhe:

– Não tens licença para sair, anjo. Bebe o teu cálice até às fezes.

– Beberei – disse Delfina.

Saiu Maria chorando, e mandou chamar seu tio.

Veio logo o fidalgo, a quem ela contou o estado da sua amiga, pedindo-lhe encarecidamente que fosse ele implorar aos parentes que a deixassem morrer ao ar livre e despedir-se do filho.

Foi o velho a Vila Nova. Pediu, instou, e conseguiu que Delfina saísse do

recolhimento, e se abrigasse numa casa situada no Candal, pertencente aos seus parentes.

Era a casa onde ela tinha nascido, quando seus pais, abastados e regalados de confortos, ali iam passar o Estio.

Voltou o fidalgo com licença do juiz do crime sobre a licença de Adelaide.

Maria deu a nova à sua amiga. Delfina lançou-se fora do leito, exclamando:

– Ar! Ar! Meu Deus! Vou ver o meu filho!

E lançou-se aos braços de Maria.

A regente, vendo-a de pé e animada, segredou à vice-regente:

– Olha como ela já tem forças! A velhaca andou a enganar-nos com a doença... O que ela queria era sair.

Estava a este tempo sem sentidos a infeliz. Casualmente passava o médico, e tomou-lhe o pulso.

– Será bom sacramentá-la – disse ele.

Perguntou Maria a Delfina se queria tomar os sacramentos antes de sair.

Respondeu Delfina que sim.

Sacramentou-se, depois que pediu a todos perdão do escândalo que a sua desgraça lhe fizera dar naquela casa. Choravam muitas meninas.

Maria Pacheco fitou os olhos na cara da regente, e murmurou:

– Nem uma lágrima! É de ferro esta mulher!

A da Chaga do lado não retrucou. Disse que ia pedir a Deus que desse saúde à enferma, ou a glória eterna à sua alma.

E foi para a cela fazer a conta relativa aos dias do último mês que Delfina estivera no recolhimento, e comer umas sopas tiradas da olha da panela, com os quais cilícios a beata cingia os rins às onze horas da manhã, para evitar a queda da espinhela, a que era atreita.

Sacramentada Delfina, chegou uma carruagem à porta. Era a carruagem do tio de D. Maria Pacheco.

Momentos antes, mandara Maria um bilhete ao cônsul, dizendo: «Delfina vai sair. Mande o menino esperá-la à ponte.»

A mulher forte, Maria, ao dar o extremo abraço na penitente, sucumbiu.

– Nunca mais ver-te, mártir! – exclamou ela, e desfaleceu.

Foi Delfina levada em braços à carruagem.

– Os cavalos que vão muito devagar – disse o médico Alão.

E partiu, a passo de saimento, a sege.

Delfina não pôde suportar a luz do sol. Era num dia de Julho. Defendeu os olhos com o lenço ensopado em lágrimas, e correu as cortinas das vidraças.

À entrada da ponte abriu-as, e viu sentada a ama com o menino no regaço. Fez parar a sege com um grito estridente, que o boleeiro julgou ser o arrancar da morte.

Chegou-se à portinhola a ama, e curvou-se Delfina para tomar o filho.

– Como estás lindo! – exclamou. – Como te deixo lindo, meu querido anjo!

A criança encarava nela com assombro, e levava as mãozinhas à face onde a mãe lhe deixava o fogo dos lábios febris.

– Conheces-me, Francisco? – dizia ela, enxugando as lágrimas que lhe turvavam a luz. – Conheces tua mãe?

O menino relanceava os olhos entre a mãe e a ama.

E a ama disse à criança:

– Esqueceu-se do que lhe disse o papá, menino?

– Que te disse, filho? – exclamou Delfina.

– Que abraçasse muito a mamã – balbuciou o menino.

Delfina abraçou-o com delirante fogo, e, de súbito, afastou-o de si impetuosamente, dizendo em voz convulsa:

– Estou a matar-te, filho! Tenho a morte na garganta! Parece-me que já ardes da minha febre. Tome-o, tome-o, ama... Fuja com ele de mim... Preciso ter quem me chore no futuro... Fuja, fuja, ama. Diga ao pai deste anjo que à ame sempre por amor do que eu padeci... Diga-lhe que me não lastime desta hora em diante... Adeus!... Outro beijo, o último, meu filho... e adeus até ao céu!

Retirou-se a ama afogada em lágrimas.

E a carruagem caminhou lentamente.

Delfina ainda lançou a cabeça fora da portinhola, e viu o filho nos braços da ama.

Acenou-lhe com o lenço, e a criancinha abriu e fechou os dedinhos enquanto avistou a carruagem.

Além da ponte estava um servo dos tios de Delfina, que devia guiar o boleeiro.

Subiram os cavalos a encosta de Vila Nova. No topo estava a casa destinada.

– Pare aqui – disse o guia.

O boleeiro apeou, e pediu uma cadeira para a doente firmar o pé, e foi abrir a portinhola.

Reparou que a senhora estava toda reclinada a um canto do respaldo da sege.

– Minha senhora! – exclamou ele, ousando tocar-lhe nas mãos. – Não responde – disse, voltado para o criado. – Acho que vem sem sentidos... Mas as mãos estão a arrefecer!

A este tempo acercou-se da sege um homem ofegante de cansaço, puxou para si o corpo de Delfina, chamando-a com voz dilacerante.

Era D. Francisco de la Cueva.

Delfina não lhe respondeu.

As respostas da eternidade não se ouvem aqui.

Quando às vezes aperto a mão do filho de Delfina, sinto vontade de lhe dizer:

– Acaso sabe o senhor a história de sua mãe?

## XXXII

ISTO PRECISA SER COMPLETAMENTE ARRASADO. São palavras do Senhor D. Pedro V, ao sair das cadeias da Relação, quando, primeira vez, as visitou.

Que tinha visto o rei? Tudo, as extremas misérias que nunca viram monarcas. Se alguma vez rei de Portugal entrou às enxovias, não o dizem crónicas. Pedro V foi o primeiro príncipe que se afrontou com a face mais cancerosa e repulsiva da humanidade. Parece que os horrores lhe eram deleite. Contemplava sereno a agonia dos coléricos: a face do moribundo tem uns como resplendores da alva da eternidade; mas o aspecto patibular do parricida parece que tem como esculpidas as contorções da agonia da alma.

Não foi a curiosidade artística, nem a cobiça de sensações, que encaminhou o rei ao interior daquelas paredes cintadas e chumbadas de ferro. Foi a presunção de encontrar ali homens mais castigados que as feras, engaioladas e alimentadas por fausto, embora elas tenham devorado tribos nos seus sertões.

O rei apareceu inopinadamente à porta da cadeia. O carcereiro era um alferes de veteranos, que naquele momento perdeu todo o seu espírito militar e marcial desassombro. Como eu estivesse no escritório, contemplei o espasmo do velho soldado do Rossilhão, o qual, a saber ler, morreria marechal de campo; e para ser aos quarenta anos sargento, aprendeu a escrever o nome com a mais imaginosa das caligrafias.

Era de supor que o Sr. Nascimento (já lá está na presença do Rei dos Reis), à chegada do monarca, descesse ao pátio a recebê-lo. Assim o teria feito se o deixassem pensar, se o avisassem quinze dias antes. Esperou o rei no seu escritório, e à pergunta: «Quem é o carcereiro?», respondeu:

– Saberá Vossa Majestade que sou eu, à falta de homens.

D. Pedro V correu-o com os olhos, e disse:

– Conduza-me às enxovias.

Abriram-se os alçapões dos calabouços. O carcereiro, querendo ser menos urbano, teria descido adiante para guiar nas precipitosas escadas, e na quase escuridão do recinto, o rei que lhe media a profundidade. Porém, o aturdido velho estendeu as mãos, e arqueou o dorso, como quem cede a honra primacial da entrada. Sua Majestade desceu rapidamente, como se pisasse os tapetes das marmóreas escadarias dos régios paços. A sua chegada, uns presos petrificaram, outros ajoelharam, e alguns, voz em grita, pediam a liberdade. Transluzia no cândido rosto do soberano a compaixão de espectáculo tão atrozmente necessário às relações do homem com o homem, do filho de Deus com os seus irmãos. Da primeira passou a outras enxovias, recebendo de todas, ao abrir os alçapões, o hálito pestilencial da respiração e da imundície de centenas de presos.

Foi ao calabouço das mulheres, uma das quais, de mãos postas, rezou o padre-nosso, enquanto outra dizia ao rei:

– Mande-me Vossa Excelência dar liberdade, que eu não torno a cair noutra.

O rei sorriu, e a custo se desenvencilhou da mulher que lhe abraçava as pernas.

Entrou depois nos salões do segundo andar, em um dos quais todos os presos caíram estrondosamente de joelhos à voz do parricida Mendes. O rei disse a um dos guardas da cadeia:

– Diga a esses homens que me recebam de pé.

Passou entre as alas, e instado a aceitar requerimentos de muitos, disse:

– Mandem-mos ao paço, que eu farei o que puder.

Subiu aos quartos de malta, e entrou ao limiar de todos os cubículos, perguntando a cada preso o seu crime.

Respondiam quase todos por uma voz:

– Moeda falsa.

Sua Majestade, ao quinto preso por moeda falsa, sorriu para o Sr. Tiago Horta, e murmurou em secreto algumas palavras.

Um moço ourives, que ali estava arguido de roubo, respondeu sinceramente:

– Estou preso por furto.

– Começou muito cedo – disse o monarca.

Saí fora do meu quarto para cortejar o rei à entrada.

O Sr. Tiago Horta proferiu o meu nome, e Sua Majestade fez um gesto de admirado, e disse:

– Não esperava encontrá-lo aqui!

Mas àquele gesto seguiu-se outro de reflexão e assentimento em que eu vi que o rei achara nas suas reminiscências o motivo da minha prisão.

– Há quanto tempo aqui está? – perguntou.

– Há dois meses e meio.

– Entretém-se em escrever?

– Apenas tento entreter-me.

– Diz bem; o local é impróprio para trabalhar de espírito. Deve aqui haver muita bulha.

– Creio que os primeiros quinze minutos de silêncio nesta casa são os que Vossa Majestade aqui trouxe.

O rei deu alguns passos no meu quarto e reparou um instante num livro aberto, que era um Plutarco, na vida dos varões ilustres.

Observou-me fitamente, e disse-me:

– Estimarei que se livre cedo.

– Isto deve estar a terminar – disse o Sr. Ministro das Obras Públicas.

– Começa agora – respondi eu.

El-rei olhou-me com visível compaixão, relanceou os olhos às abóbadas, e saiu, repetindo:

– Estimarei que se livre cedo.

Passou Sua Majestade à enfermaria dos presos, e à das presas em seguida.

Na extrema desta há uma porta que abre para o quarto de uma senhora, que ali estava presa.

– Que é ali dentro?

– Saberá Vossa Majestade – disse o carcereiro – que é o quarto da Sr<sup>a</sup> D. \*\*\*.

O rei entrou, e a senhora foi chamada do corredor onde tinha o seu asilo de trabalho.

Com a senhora veio um menino nos braços de sua ama.

D. Pedro V cumprimentou a presa, perguntando-lhe o tempo de sua prisão. Reparou no menino, e acarinhou-o, perguntando-lhe o nome e a idade. A mãe respondeu pela criancinha, e o rei deteve-se a contemplar a infeliz. Ao lado do monarca compungido, estava o Sr. Marquês de Loulé, pensando, porventura, que naquele dia tinha de banquetear-se no palácio de uma irmã daquela encarcerada.

Saiu Sua Majestade, e, ao descer as escadas, proferiu as palavras iniciais deste capítulo: ISTO PRECISA SER COMPLETAMENTE ARRASADO.

Meses depois voltou Sua Majestade à cadeia. Receava-me eu de ser mal visto do monarca, à conta de uma imprudente carta que estampeei nos jornais. Revivo com desprazer a causa. Dissera-se que eu recebera dois contos de réis, dádiva do soberano. Os meus amigos perguntavam-me se eu os recebera, como certíssimos de que eu os enganava, respondendo negativamente. Dei o boato como inventado no Porto, e

ponderei-o como todas as calúnias que por aqui me assaltam, e eu esmago entre a sola e a lama. Quando, porém, um respeitável cavalheiro e amigo, António Joaquim Xavier Pacheco, me asseverou que vira uma carta de Lisboa, dizendo que o Sr. Conde da Ponte me ia enviar dois contos de réis por ordem do rei, apressei-me a desmentir a calúnia, ou a rebater a esmola sem mais vaidade que a do trabalho, que a si se basta.

A minha carta era necessária; as frases é que pecaram de leviandade de orgulho. O rei, que entre as suas máximas virtudes preluzia na delicadeza, que doura todas, certamente não mandaria esmolos ao homem que tinha a fácil coragem do suicídio, antes da angustiosa fraqueza de as pedir.

Ora eu sabia que nenhum escrito de certos jornais era estranho a el-rei, e a minha carta fora publicada em alguns, e encarecida noutros como briosa acção.

Disto me acometia o receio de ter-me malquistado com a primeira benevolência do rei.

Enganei-me. O Senhor D. Pedro V era um anjo; não sei dar-lhe outro nome.

Foram estas as suas palavras:

– Ainda aqui está?!

– E estarei amarrado com correntes de ouro àqueles varões de ferro.

Deteve-se a pensar, e olhou para dois cavalheiros que estavam comigo.

Depois me disse o que já referi concernente ao preso José Bernardino, com um jeito de tamanha bondade, que eu, a não ser preso, dobraria sem pejo o joelho para beijar-lhe a mão.

A minha livraria estava cercada de um biombo com vidraças, através das quais Sua Majestade observou os livros, notando com risonho gesto, que era copiosa bastante para preso. Eu disse a Sua Majestade que apenas ali tinha *numerosas insignificâncias*.

– Este quarto é mau! – disse o rei, encarando no papel que rebordava da parede em rolos, formando caprichosas laçarias e cornijas.

– Vive-se aqui – respondi. – Viveu neste quarto alguns meses o Sr. Duque da Terceira e

Sustive a frase para deixar em silêncio e em desmemória o açougue de 1829.

– Agora deve estar a terminar o seu infortúnio? – disse Sua Majestade.

– Hei-de ser julgado em Outubro.

Saiu o rei, e correu de novo as enfermarias, e retrocedeu quando se abriu a porta da prisão onde estava a senhora, mãe do menino, que vinha pela mão do general Caula.

El-rei chamou de parte o Sr. Infante D. João, naturalmente a dar-lhe a causa de não entrar naquele quarto, onde a senhora, expondo-se à mera curiosidade de quem quer que fosse, ajuntava a humilhação inútil ao infortúnio insanável. O rei constitucional não podia repetir as palavras de Jesus de Nazaré.

Sua Majestade, ao sair segunda vez da cadeia, disse:

– SEMPRE A MESMA MISÉRIA!

## XXXIII

«Desgraçado Portugal, que não tens um ministro!», declama o Sr. Dr. Aires de Gouveia, pungido de dó, e engulhoso do enojo que nossas cadeias lhe causaram, e nomeadamente a da Relação do Porto <sup>8</sup>.

Razão teve de enojar-se e doer-se; mas assim mesmo sua excelência, a ser menos poeta, iria da cadeia com menos náuseas e pungimentos de sua feracíssima fantasia.

Contou o florente e ramalhudo escritor ao país uma historieta de grão pavor a propósito da Relação. Bom seria dá-la textual, a fim de que os leitores saboreassem a nata de lusitanismos, que, passados e agorentados na minha fieira chá, hão-de sair chifros e insossos. Olhando, porém, a não avolumar o livro, sumariaremos o essencial. Conta o catedrático que os presos nas enxovias travam *brigas horríveis em que se esfaqueiam e até se matam, sem que os soldados das sentinelas se aventurem a descer a esses antros*. Então de abrem os alçapões, e *um ou dois sacos de cal são de chofre despejados; esta, batendo no chão, ergue-se em nuvens sufocadoras*, e os presos ficam prostrados.

Isto é que é rasgar baetas de poesia crespa e horrente!

Aconteceu uma vez, há muitos anos, aplacarem-se os presos mediante o despejo da cal, facto único, não mais repetido. Raro mesmo se tem dado a necessidade de entrarem soldados às masmorras para aquietar os desordeiros; e memória de homicídios, procedentes de brigas, não há nenhuma. Os presos brigões são removidos para outras enxovias, quando recalcitram às admoestações das autoridades. Presenciei mais de um ano decorrido, sem mediano distúrbio. O procurador régio, se suspeitava de rixas entre presos, prevenia as desordens separando-os.

O carcereiro não *espolia os presos caprichosamente*, conchavado com o juiz da prisão, como assevera o Sr. Dr. Aires. O preso usa, quando lhe apraz, o direito de petição, e mensalmente as autoridades percorrem as cadeias para ouvi-lo; creio que nunca os juizes foram arguidos de espoliadores, nem os carcereiros de os autorizarem. Uma única vez observei que um preso mandava vender a jaqueta para pagar a carceragem; mas o carcereiro dessa época era um funcionário interino que, antevendo a demissão, nenhuma infâmia quis deixar exceptuada na sua gerência. Dois carcereiros conheci que davam as suas roupas usadas aos presos indigentes, e resignavam aos emolumentos, se eles espontaneamente lhos não pagavam.

Os carcereiros não ganham *cem réis* por dia, como afirma o Sr. Dr. Aires. O ordenado e emolumentos orça por seiscentos mil réis o mínimo, e, em alguns anos, sobe a novecentos mil réis.

Apavorou-se o escritor de encontrar em domingo de Páscoa os presos *comendo, bebendo, e galhofando*, quando cá fora *tudo é paz, hinos nos templos, amor nas famílias, e orações para Deus*.

Isto é bonito em estrofes; mas num livro de reforma de prisões é esquisita poesia!

O dia de Páscoa, fora da cadeia, é um dia em que o vinho corre a frouxo, e os estômagos se repletam a estoirar. Os presos comiam, bebiam e galhofavam, não tendo outros expedientes de solenizar o dia. Aquele *ruído satânico de blasfêmias, de pragas, de injúrias*, que o doutor ouviu, é uma história. Se comiam, não blasfemavam; se bebiam, não praguejavam; se se divertiam, não injuriavam. Parece até, no dizer do doutor, que os pobres homens se estavam amando uns aos outros naquele dia, porque se *abraçavam e gesticulavam*, e andavam às *cabriolas*.

---

<sup>8</sup> Reforma das prisões.



Conta o Sr. Doutor:

«A minha presença trazia-me chascos aos ouvidos; este pedia-me esmola, aquele despegava do magote para vir medir-me de alto a baixo.»

Que milagre! O Sr. Aires é pessoa muito de medir-se de alto a baixo, e o preso sente naturalmente a intuição do belo e do maravilhoso.

Pena foi que as autoridades, prevenidas do ilustre hóspede, não impusessem aos presos e suas famílias o jejum naquele dia, e os não mandassem cantar hinos no templo, e orarem em comunidade, como cá fora se faz!

No tocante a chascos à pessoa do Sr. Doutor, aqui há pincelada negra no quadro feito a capricho. Os presos são tão humildes, que sá perfilam em alas à chegada de um estranho. Entrei diversas vezes nos salões, e admirei a compostura e seriedade de centenas de homens, que por mim só tinham a deferência de quem se compadece dos nossos infortúnios.

Estava o *José do Telhado em meio da turba... Isto é um pandemónio, um inferno!* – exclama o doutor, espantadiço de coisa tão natural. Onde queria o reformador que estivesse José do Telhado? A ler a Bíblia, ou a cantar hinos no templo. Os reformadores poetas são como os reis filósofos de *Voltaire*.

O Sr. Dr. Aires quer que se remova dali a cadeia, e se edifique outra nos arrabaldes do Porto. Alvitra que se venda o mosteiro das freiras beneditinas, a cujo muro tem sua excelência encostado o solar, que há-de ficar vistoso, derrubado o muro. A razão primaz do seu alvidramento é que as cadeias, *erguendo-se em meio da labutação industrial do povo, ao lado de habitações todas honestas e pacíficas, alertarão incessantemente a consciência pública em lembrar-lhe a ideia do crime.*

E ajunta:

*Isso não tem nada de proveitoso. Julgais intimidar com a vista do edifício prisional, e colheis em resultado, com ter esperto o conceito do delito, uma quebra constante na tranquilidade social, que tão benéfica é para o seu adiantamento.*

Os Alemães que entendam estas maravilhas; mas sempre é bom não *alertar incessantemente a consciência pública em lembrar-lhe a ideia do crime*, pressuposto que o crime é um engodo, e a cadeia uma paisagem convidativa. Tem ideias!

No tocante ao local da construção, opina o Sr. Dr. Aires de Gouveia que o muro da prisão *seja construído invencível muralha da fortaleza da cidade, afundado exteriormente com largos valos, para que a cadeia se torne ao vir a necessidade, inexpugnável castelo e primeira defesa da cidade.*

Isto sim, que é reter ali nas muralhas um seminário de patriotas, uma legião de bravos! À primeira fenda que uma granada abrisse no baluarte, os presos saíam todos por ela, arremetiam aos agressores, e voltavam carregados de troféus.

O Sr. Aires, quando poetava em mais comezinhos assuntos, aventou o plano de um grémio de bardos, e elegeu, como local, o convento da Serra, por estar mais achegado ao céu, donde desciam as inspirações. As suas ideias floream todas, e desde muitos anos, numa estufa onde não entra o ar comum, que aviventa o restante da humanidade.

Agora direi o que é actualmente a cadeia, reformada por imediata inspecção do Sr. Camilo Aureliano da Silva e Sousa, procurador régio.

A serventia das enxovias deixou de fazer-se por alçapões. Há portas de comunicação para o pátio central, onde saem os presos a receber os alimentos, e onde entram as famílias dos presos à hora permitida. A comunicação exterior, das grades para as ruas, cessou com a reformação interna.

Os presos que têm ofício trabalham e vivem juntos como em vasta oficina de ocupações mais semelhantes. Os operámos em esparto estão em comum; alfaiates e

sapateiros trabalham aparte daqueles; os carpinteiros têm seus bancos em cada prisão; os presos que entram sem ofício aprendem a trançar chapéus, a fazer escovas, ou outros mesteres de menos difícil aprendizagem.

As tarimbas foram ou vão ser reformadas, segundo os ditames de melhor higiene, que nunca será a precisa, porque a ventilação da casa é má e irremediável.

Os presos necessitados recebem vestimentas da procuradoria régia ou da Misericórdia. A limpeza corporal requer reformas fundamentais, que a simples fiscalização das autoridades administradoras da cadeia não basta a fazer. Ainda assim os presos se não andam lavados, é porque já fora da cadeia gostavam de andar sujos. A água é abundantíssima; lá estão algumas tinas à disposição dos presos.

Ao actual procurador régio se deve a iniciativa de muitas obras, se não perfeitas, o mais que podiam sê-lo em conformidade com a localização e os recursos. Em obras de segurança, merece louvores a autoridade, até mesmo pela superfluidade de ferro que manda cintar em portas, e triplicar nas janelas. Em corredores devolutos vão construir-se quartos particulares para presas que os queiram pagar. A enxovia está sendo o receptáculo comum de todas. Há poucos dias vi eu, no escritório da Ralação, uma senhora acusada de envenenar e matar o marido, pedindo com lágrimas que a tirassem da enxovia, ou a mandassem matar. O carcereiro não podia sequer fazer-lhe o favor de a matar. Está a criminosa condenada a pena capital. Esta sentença é um ludíbrio para os criminosos que desejam morrer. A padecente há-de agonizar alguns anos em enxovias, e depois será levada à sepultura de África.

Tanto bradar contra a pena de morte! De que esteios de esperança pende a vida daquela mulher? Quem cuida em morigerá-la, e reabilitá-la pelo arrependimento? Onde encontrará ela o sacerdote que lhe acenda o fogo interior do remorso purificante, e depure alguma porção da alma que a sociedade repele, e Deus misericordioso aceita?

A pena de morte devia ser exterminada quando ao condenado se concedesse a vida com a esperança de resgatar-se da pena, pela expiação, ou da justiça eterna, pelo pesar, se a justiça humana fosse inexorável.

CONCLUSÃO<sup>9</sup>

Fecham-se as MEMÓRIAS.

Há nelas uma grande lacuna. Eu devia ter dito por que estive preso um ano e dezasseis dias. Não disse, nem digo, porque verdadeiramente ainda não sei por que foi.

---

<sup>9</sup> Esta *Conclusão* aparece apenas na 1ª edição, tendo sido suprimida nas edições seguintes.

\*\*\*\*\*

Obra digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2000

<http://www.ipn.pt/literatura>

\*\*\*\*\*